

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Lorena Portela Soares

Agroecologia para adiar o fim do mundo?

Uma análise dos olhares e dos discursos da saúde sobre a agroecologia

Rio de Janeiro

2020

Lorena Portela Soares

Agroecologia para adiar o fim do mundo?

Uma análise dos olhares e dos discursos da saúde sobre a agroecologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial na obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos processos saúde-doença: produção/trabalho, território e direitos humanos

Orientadora: Prof^aDr.^aDanielle Ribeiro de Moraes

Rio de Janeiro

2020

Agroecology to postpone the end of the world? An analysis of health views and discourses on agroecology

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

S676a Soares, Lorena Portela.
Agroecologia para adiar o fim do mundo? Uma análise dos olhares e dos discursos da saúde sobre a agroecologia / Lorena Portela Soares. - 2020.
173 f. : il. color. ; graf. ; mapas ; tab.

Orientadora: Danielle Ribeiro de Moraes.
Coorientadora: Rosely Magalhães.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2020.

1. Saúde Pública. 2. Agricultura Orgânica. 3. Conhecimento. 4. Disseminação de Informação. 5. Segurança Alimentar e Nutricional. 6. Sustentabilidade. 7. Promoção da Saúde. 8. Análise do Discurso.
I. Título.

CDD – 23.ed. – 577.55

Lorena Portela Soares

Agroecologia para adiar o fim do mundo?

Uma análise dos olhares e dos discursos da saúde sobre a agroecologia

Dissertação apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Ciências Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública Área de concentração: Processo Saúde- Doença, Território e Justiça Social.

Aprovada em: 09 de março de 2020.

Banca Examinadora

Prof.^aDr.^a Claudia Job Schmitt

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.^aDr.^a Marize da Cunha

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz

Prof.^aDr.^a Rosely Magalhães de Oliveira

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz

Prof.^aDr.^a Danielle Ribeiro de Moraes

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Marcia, minha mãe, e Ricardo, meu pai, por todas as formas pelas quais expressam suporte, incentivo e amor;

Estevão, meu irmão, por tudo que é você;

Elis, amiga e parceira de sonhos possíveis de educação e plantio;

Maria, pelas conversas, leituras indicadas e instruções reconfortantes sobre estudar e fazer pesquisa;

Regina, tia querida, por ter aceitado cuidar da revisão final desta dissertação;

Professoras, professores e parceiras e parceiros de mestrado e pesquisa com os quais tive oportunidade de trocar e aprender ao longo de dois anos;

Rosely, pela intensa habilidade e dedicação no guiar; Dani pelo sorriso e precisão que aquecem: aprendo em cada encontro com a imensa generosidade característica, penso, de verdadeiras educadoras;

Por fim, agradeço e dedico esta dissertação à memória de João Vitor Meirelles: pelos muitos aprendizados sobre os ciclos e sobre o amor que move eles.

Tempo bom, tempo ruim

GILBERTO GIL, *Iansã*, 1973

RESUMO

A agroecologia tem sido um objeto no campo da saúde coletiva/pública de maneira crescente nas duas últimas décadas. Conforme o tema ganha relevância, importa verificar como a literatura acadêmica da saúde no Brasil tem abordado agroecologia, tendo em vista a persistência de tendências à redução, normatização e esvaziamento na apropriação de conceitos pelo campo. Artigos científicos da saúde foram analisados por abordagens quantitativa e qualitativa e procedimentos da análise de conteúdo e da análise do discurso, atentando aos sentidos e temas mais recorrentes e também às “ausências” nos discursos da saúde ligados à agroecologia. Resultados mostram esforços importantes de diálogo, associados principalmente à “segurança alimentar e nutricional”, “agrotóxicos”, “promoção da saúde” e “sustentabilidade”. Verifica-se que abordagens instrumentais da saúde coletiva tendem a se associar à vertente mais gerencial da agroecologia. Silêncios persistentes referem-se à legitimidade da origem “tradicional”/indígena/“popular” do conhecimento agroecológico, à emergência do campo estritamente ligada à luta histórica de movimentos populares no Brasil; e, ainda, à consideração da agroecologia enquanto campo científico que, como a saúde coletiva, está em disputa. Considera-se que saúde coletiva e agroecologia se vinculam fundamentalmente enquanto projetos de transformação social com potencial emancipatório. São feitas considerações sobre a redução da agroecologia a um sistema ecológico de produção que “naturalmente promove saúde”, e possíveis repercussões para cooptação da pauta agroecológica pelos discursos hegemônicos. Reconhecendo o poder representado pela ciência ocidental, reflete-se sobre a importância da apropriação crítica de conceitos para o aprofundamento do diálogo entre os campos da saúde coletiva e da agroecologia.

Palavras-chave: Saúde Coletiva. Agricultura Ecológica. Construção Compartilhada do Conhecimento. Análise do Discurso.

ABSTRACT

Agroecology has been an object in collective/public health in an increasing way in the last two decades. As it gains relevance, it is important to verify how Brazilian's academic health literature has addressed agroecology, considering persistent trends towards reduction, standardization and emptying when concepts are appropriated by the field. Scientific health articles were analyzed through quantitative and qualitative approaches and content and speech analysis, paying attention to the recurring meanings and themes and also to the "absences" in health discourses related to agroecology. Results show important dialogue efforts, mainly associated with "food and nutrition security", "pesticides", "health promotion" and "sustainability". Apparently, collective health instrumental approaches tend to be associated with more "management" agroecology perspectives. Persistent silences are related to "traditional" / indigenous / "popular" legitimacy of agroecological knowledge; recognition of the emergence of agroecology as a scientific field as part of the historic popular movements struggle; and, further, to the consideration of agroecology as a scientific field that is in dispute, just like collective health. Collective health and agroecology are considered to be fundamentally linked by its emancipatory potential in social transformation projects. Considerations are made involving the reduction of agroecology as an ecological-based agricultural system that "naturally promotes health", and its possible repercussions in agroecological agenda cooptation. Concerning the power represented by science in Western societies, it is discussed the importance of concept critical appropriation in deepening dialogues between collective health and agroecology fields.

Key words: Collective Health. Ecological Agriculture. Speech Analysis. Shared Knowledge Construction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Cronologia histórica de constituição dos campos da saúde coletiva e da agroecologia no Brasil.....	31
Figura 2 -	Página da busca avançada no sítio do portal regional da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS).....	49
Figura 3 -	Página da pesquisa avançada de artigos no sítio da <i>ScientificElectronic Library Online</i> (SciELO).....	50
Figura 4 -	Fluxo da busca de publicações nas bases Biblioteca Virtual em Saúde e <i>ScientificElectronic Library Online</i>	52
Quadro 1 -	Resultados* da abordagem qualitativa/quantitativa dos três recortes delimitados para o corpus analítico (110, 55 e 20 documentos).....	62
Figura 5 -	Árvore de descritores do sistema de indexação do portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde, segundo o qual “Agroecologia” é considerada equivalente ao descritor “Agricultura Sustentável”.....	63
Gráfico 1 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina por ano de publicação e assunto/tema principal do estudo.....	67
Figura 6 -	Árvore de descritores do sistema de indexação do portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde, segundo o qual “Agrotóxico” é considerado equivalente ao descritor “Agroquímico”.....	70
Figura 7 -	– Árvore de descritores do sistema de indexação do portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde, no qual a palavra “agrotóxico” aparece inserida ao descritor “Limite Máximo de Agrotóxicos em Alimentos”, remetendo a existência de um “uso seguro” de tais substâncias.....	71
Figura 8 -	Mapa e gráfico de caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo país onde está localizada a inst. de afiliação do primeiro autor.....	72
Figura 9 -	Mapa e gráfico de caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo estado brasileiro onde está localizada a inst. de afiliação do primeiro autor.....	74

Figura 10 -	Mapa e gráfico de caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo país como assunto (tema e/ou local de realização).....	76
Figura 11 -	Mapa e gráfico de caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo estado brasileiro como assunto (tema e/ou local de realização).....	78
Gráfico 2 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina (instituição de produção ou região como assunto) que abordam <i>agroecologia</i> , segundo ano de publicação e assunto principal.....	81
Gráfico 3 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina que abordam <i>agroecologia</i> , classificados segundo país de afiliação do primeiro autor.....	82
Gráfico 4 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina que abordam <i>agroecologia</i> , classificados segundo país e, entre os estudos do Brasil, por estado brasileiro como assunto (tema e/ou local de realização).....	83
Gráfico 5 -	Caracterização dos artigos* científicos da saúde de revistas do Brasil segundo palavras-chave.....	85
Figura 12 -	Caracterização dos artigos científicos da saúde do Brasil, por palavras-chave pelo recurso “nuvem de palavras”: o tamanho da palavra é proporcional à quantidade de vezes que ela aparece, em relação ao conjunto de palavras-chave das 20 publicações.....	86
Figura 13 -	Mapa e gráfico de caracterização dos artigos* científicos de revistas do Brasil segundo estado brasileiro onde está localizada a instituição de afiliação do primeiro autor.....	87
Quadro 2 -	Caracterização do corpus analítico* segundo título, autores, ano de publicação, revista de publicação, instituição de afiliação do primeiro autor e estado brasileiro onde está localizada a instituição e a região de assunto do estudo.....	92
Quadro 3 -	Caracterização dos artigos selecionados, conforme perspectivas principais de abordagem temas/conceitos emergentes do diálogo entre saúde e <i>agroecologia</i> no corpus analítico*.....	94

Gráfico 6 -	Gráfico de dispersão para caracterização do corpus analítico* de acordo com o “nível de criticidade/ instrumentalização” dos campos da agroecologia e da saúde coletiva. Cada ponto no gráfico representa artigo analisado.....	97
Quadro 4 -	Parâmetros qualitativos de referência para elaboração “nível de criticidade/ instrumentalização” dos campos da agroecologia e da saúde coletiva, para o conjunto dos artigos* do corpus analítico.....	98
Gráfico 7 -	Gráfico do tipo lollypop para caracterização do corpus analítico* segundo categoria “desvio padrão”, que designa o grau de alinhamento (de 0 a 3) entre o discurso sobre conhecimento e o próprio processo de produção do conhecimento em cada estudo.....	100
Quadro 5 -	Parâmetros qualitativos de referência para elaboração da categoria “desvio padrão” que designa o grau de alinhamento (de 0 a 3) entre o discurso sobre conhecimento e o próprio processo de produção do conhecimento em cada estudo, elaborado para o conjunto dos artigos* do corpus analítico.....	101
Figura 14 -	Representação da relação linear entre agroecologia e saúde verificada entre os estudos do corpus analítico*.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina por assunto principal.....	65
Tabela 2 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina por quantidade de publicações a cada ano, por assunto/tema principal do estudo.....	68
Tabela 3 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo o país onde está localizada a instituição de afiliação do primeiro autor.....	73
Tabela 4 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina por número de publicações, segundo estado brasileiro da instituição de afiliação do primeiro autor.....	75
Tabela 5 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina que abordam <i>agroecologia</i> , segundo assunto principal.....	80
Tabela 6 -	Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina que abordam <i>agroecologia</i> , segundo país onde está localizada a instituição de afiliação do primeiro autor.....	82
Tabela 7 -	Caracterização dos artigos* científicos do Brasil, segundo instituição de afiliação do primeiro autor e estado brasileiro onde está localizada.....	88
Tabela 8 -	Caracterização dos artigos* científicos do Brasil por fonte de financiamento da pesquisa, a partir das informações disponibilizadas (ou não) pelos autores em cada um dos artigos.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AC	Acre
AC	Análise de conteúdo
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AD	Análise do discurso
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
BA	Bahia
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
Cebes	Centro Brasileiro de Estudos da Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DECS	Descritores
DDS	Determinantes Sociais da Saúde
DS	Determinação Social do Processo Saúde Doença
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Agricultura e Pecuária
Ensp	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
ES	Espírito Santo
EPS	Educação Popular em Saúde
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FJDSMT	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
GO	Goiás

IAM	Instituto Aggeu Magalhães
IAPR	Instituto Agronômico do Paraná
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INI	Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas
MÃE	Mutirão de Agricultura Ecológica
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MeSH	Medical SubjectHeading
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MT	Medicina Tradicional
NPK	Nitrogênio, Fósforo, Potássio
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Pará
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANC	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PR	Paraná
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REGA	Rede Nacional de Grupos de Agroecologia
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional

SC	Santa Catarina
SciELO	ScientificElectronic Library Online
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
UAM	Universidade Anhembi Morumbi
UEC	Universidade Estadual do Ceará
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UENFDR	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFA	Universidade Federal do Acre
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	ALGUNS ELEMENTOS PARA PENSAR O DIÁLOGO ENTRE SAÚDE E AGROECOLOGIA	23
2.1	SITUANDO O CAMPO DA SAÚDE COLETIVA.....	23
2.2	SITUANDO AGROECOLOGIA PARA O CAMPO DA SAÚDE.....	26
2.3	CHAVES DE LEITURA DE EMBASAMENTO DO ESTUDO.....	33
3	CAMINHOS PERCORRIDOS	42
3.1	BUSCANDO ELEMENTOS PARA COMPREENDER A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E PODERES, NA PERSPECTIVA DA SAÚDE COLETIVA.....	42
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
4.1	PALAVRAS IMPORTANTES! O QUE VOCALIZAM E O QUE SILENCIAM AS BASES DE BUSCA BIBLIOGRÁFICA.....	61
4.1.1	Análise de estudos acadêmicos da saúde de revistas da América Latina – 110 publicações (artigos, teses e monografia) recuperados na Biblioteca Virtual em Saúde	62
4.1.2	Análise de estudos acadêmicos da saúde de revistas da América Latina – 55 publicações (artigos e teses) recuperados na Biblioteca Virtual em Saúde	76
4.1.3	Análise de estudos acadêmicos da saúde do Brasil – 20 artigos recuperados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no ScientificElectronic Library Online (SciELO)	82
4.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO E DISCURSO DE 20 ARTIGOS BRASILEIROS DA SAÚDE SOBRE AGROECOLOGIA: EIXOS DE RELAÇÃO ENTRE AGROECOLOGIA E SAÚDE	89
4.2.1	Eixos centrais da relação entre saúde e agroecologia	100
4.2.1.1	Sentidos para promoção da saúde.....	100
4.2.1.2	Agrotóxico, risco, segurança e soberania alimentar.....	106
4.2.1.3	Determinação, determinantes e algumas dificuldades.....	110

4.2.1.4	Sentidos da agroecologia para a saúde.....	113
4.2.1.5	Conformação x transformação: rumo ao desenvolvimento sustentável ou a outras formas de envolvimento?.....	121
4.2.1.6	Ausências persistentes: legitimidade do conhecimento.....	129
4.2.1.7	Bifurcação natureza x cultura.....	139
4.2.2	Eixos exploratórios da relação entre saúde e agroecologia.....	144
4.2.2.1	Fluxo das propostas academia – organizações sociais/movimentos populares	144
4.2.2.2	Fluxo das propostas academia – Estado.....	150
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: BREVES REFLEXÕES PARA A SAÚDE COLETIVA SOBRE CAMINHOS POSSÍVEIS JUNTO À AGROECOLOGIA.....	155
	REFERÊNCIAS.....	164
	APÊNDICE A.....	170
	APÊNDICE B.....	172

APRESENTAÇÃO

A agroecologia, nas últimas duas décadas, tem sido um objeto no campo da saúde. Conforme o tema ganha relevância, há uma necessidade de saber de que maneira a agroecologia tem sido apropriada nas diferentes narrativas da saúde coletiva no Brasil. Historicamente, a área da “saúde rural” se ocupava do mundo agrário, quase inteiramente através de ações de profilaxia. Nesses mais de cem anos, mudanças. A forma com que pretendi conduzir essa pesquisa já começa a ser indicada no título da dissertação, para o qual escolhi parafrasear Ailton Krenak¹(2019).

Existe uma necessidade latente entre pesquisadoras e pesquisadores, segundo Pierre Bourdieu(1997), de tratar de uma “demanda social” em nossos estudos para sentir que, com nosso tema e nosso trabalho, estamos dando alguma contribuição à sociedade. Com essa intenção inicial, decidi falar de agroecologia no mestrado: com trabalho de campo, desejava compreender o que era necessário para um efetivo processo de transição agroecológica na sociedade brasileira. Uma pretensão carregada dessa urgência de “como salvar o mundo”.

Conforme o caminho, percebi a necessidade de dar um passo atrás para compreender um pouco melhor o campo científico no qual me inseri, a saúde coletiva. Falar sobre esse lugar, o que está e o que acredito poder ser pensado, produzido, construído daqui desse lugar de pesquisa. Entender a pesquisa científica como uma demanda social em si e “*participar da construção dessa demanda*” (*id.*).

Esta dissertação não traz um assunto novo; isso que viemos conformando chamar agroecologia a partir da década de 1970 no Brasil e América Latina é resultado da colaboração ente agricultoras e agricultores, técnicos, pesquisadoras, pesquisadores, e estreitamente ligado à história das lutas demovimentos populares(MONTEIRO; LONDRES, 2017). Como campo de conhecimento, a agroecologia disputa o espaço da ciência “oficial”no esforço de traduzir e sistematizar, para essa linguagem, conhecimento vivo e que fundamentalmente está aí, milhares de anos, mantendo a humanidade de pé.

Conheci e comecei a praticar um pouco da agroecologia em 2012, através do projeto de extensão Mutirão de Agricultura Ecológica, na Universidade Federal Fluminense (MÃE/UFF), na ocasião em que cursava graduação em Engenharia Ambiental. Desde então, em menos de oito anos, percebo o crescimento do interesse sobre o tema.

¹Liderança indígena no Brasil pertencente à etnia Krenak. Ambientalista e escritor, nomeado professor honoris causa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2016.

Minha aproximação com o campo da saúde inicia no ensino médio, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/FIOCRUZ, na formação profissional nível técnico em Vigilância em Saúde. Em seguida, no primeiro ano da graduação, começo a trabalhar como servidora no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI)/FIOCRUZ, posto que escolhi deixar após um ano e meio e então dedicar-me aos projetos de extensão universitária MÃE e Ecorraúze. Através desses projetos, pude ter contato com outras lógicas de ensino-aprendizagem na trajetória universitária e comecei a me envolver também nas atividades da Rede Nacional de Grupos de Agroecologia (REGA). A extensão foi o lugar do “fazer com as mãos”, mas também de “resistir pela dança”: foi preciso aprender a movimentar-se em relação aos poderes institucionais para manter nossos espaços de cultivo e desocialização construídos no campus – repetidamente deslegitimados, porque envolviam, acredito, uma proposta estética estranhada por alguns docentes e administradores do ambiente universitário.

Na busca de brechas para suprir as lacunas de uma graduação excessivamente técnica, tive oportunidade de estagiar em uma fazenda de agricultura biológica no Sul da França, durante o Programa Ciência sem Fronteiras, e também no projeto Horta Inteligente, que nasceu no Morro da Providência (Rio de Janeiro, RJ) no qual sigo, atuando com educação e agroecologia. Nesse mesmo período, fui monitora das disciplinas de Saúde Pública e Meio Ambiente do Departamento de Planejamento em Saúde da UFF, em uma reaproximação com a saúde coletiva. Minha trajetória acadêmica e profissional, por campos aparentemente tão distintos, ajuda a explicar a opção ao chegar à pós-graduação, por investigar um objeto de estudo de fronteira², construído na interseção de campos diferentes. Para delimitá-lo, além da saúde coletiva, fui buscar referências no campo da agroecologia e da sociologia agrária, que compõem uma parte importante do corpus teórico.

Hoje, a agroecologia está “na moda” e, provavelmente, nos próximos anos estará ainda mais. Esse processo é resultado de longos esforços do movimento agroecológico para firmar o campo junto a espaços institucionais da academia e nas políticas públicas. Essa visibilidade é uma conquista que acompanha, invariavelmente (ao menos sob a lógica do nosso sistema econômico-cultural), mecanismos de captura pelas instâncias de poder “dominantes”.

² Conceito encontrado em Moraes (2016).

Ainda no início do mestrado, a leitura de alguns artigos sobre agroecologia de autores da saúde produziu de imediato um estranhamento, com a constatação da ausência ou simplificação de conceitos importantes do campo da agroecologia.

A saúde coletiva/medicina social se consolidam no Brasil/América Latina como um campo mais aberto à incorporação de propostas inovadoras do que qualquer outro movimento equivalente na esfera da saúde pública mundial (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998). No entanto, quando essa “abertura” não acompanha o devido rigor epistêmico, contribui para o esvaziamento na produção de sentidos. Sevalho (2017) aponta que, ao privilegiar a objetividade e a operacionalidade, a saúde submete conceitos e categorias apropriados de outros campos científicos à deformação política, amputando sua historicidade e senso crítico.

Há, portanto, no campo da saúde, uma tendência a “fagocitar” conceitos externos, uma forma de apropriação que reduz e, ao reduzir, produz apagamentos. Incluem-se aí conceitos advindos das Ciências Sociais, da Geografia, da Agroecologia e do próprio pensamento Latino Americano em Saúde, como ocorre com a “determinação social do processo saúde doença” (DS), comumente apresentada como sinônimo do modelo de “determinantes sociais da saúde” (DSS).

Há uma forte vertente da agroecologia que, ao buscar diálogos entre distintos regimes de conhecimento, pode ajudar a transformar uma compreensão profundamente arraigada de que natureza/meio ambiente acontecem em torno de nós; de que há algo de universal na humanidade ao mesmo tempo que nos experienciamos (indivíduos ou grupos) separados, diferentes de todo o resto, do outro.

Pode-se dizer ser quase consensual, nas discussões atuais sobre transformação social entre segmentos acadêmicos mais críticos, apontamentos sobre a necessidade de articulação entre os diferentes movimentos e grupos da sociedade. Mas que “cuidados” epistemológicos tais esforços de diálogo demandam?

Existem diferentes caminhos para tratar a questão alimentar e ambiental. A ideia “agroecologia” pode servir também a segmentos bem distintos da sociedade. Nos direcionamos a essas diferentes finalidades possíveis, conforme o tipo de abordagem que escolhemos utilizar nos nossos estudos e produções científicas.

O campo da saúde coletiva, a partir de distintas vertentes no seu interior, vem utilizando algumas dessas diferentes “entradas” para relacionar agricultura e sistemas de produção agroalimentares à saúde. Reconhecê-las é um passo importante para fortalecer o diálogo. Nesse processo, é necessário voltar-mo-nos brevemente aos discursos, aos processos

de tradução e de apropriação de conceitos e a serviço de que projeto de sociedade eles operam.

Dessa forma, no exercício de investigar papéis desempenhados pela produção científico-acadêmica no mundo contemporâneo, parto da compreensão da ciência como “*produtora de cosmologias*” que tem exercido uma função ideológica e cultural na sociedade ocidental nos últimos, pelo menos, quatrocentos anos como “*a forma que temos utilizado para falar sobre o outro desde nossa própria chave de leitura*” (STEIL; CARVALHO, 2014, p. 173).

Dentro da academia, ao menos no campo da saúde, tem-se buscado retomar a “consciência” ambiental, sobretudo via racionalidade dos métodos científicos e validar nossas pautas a partir das grandes conferências internacionais sobre promoção da saúde, meio ambiente, mudanças climáticas; fazendo uso de conceitos como sustentabilidade, soberania, bem-viver, complexidade, emancipação, agroecologia. Que façamos bom uso destes, então, com a devida rigorosidade reivindicada pela *ciência*.

Mas se fôssemos além da ciência? Para as tradições de conhecimento budista e de povos indígenas, com que tive oportunidades pontuais de contato, o mundo está sempre acabando; a escuridão que faceamos deve ser abraçada, pois é mesmo “*muito maior que a luz*”³. Por isso, ao considerar a agroecologia, a saúde pública, o que será do país, o futuro do planeta: nem avidez por uma solução pronta, única, (uni)direcional; nem apatia, indiferença, paralisia. Caminhar, permitindo perguntas, permitindo não saber.

Ao falar em “adiar o fim”, Krenak nos convida a não depositar energia ansiando sobre a iminência da queda (seja da *humanidade* ou do *mundo*), mas usá-la para ir construindo paraquedas coloridos que permitem ir caindo com leveza, devagar. Assim também convidado, na leitura das próximas páginas – que são, sobretudo, uma síntese do percurso no mestrado em Saúde Pública – a um pouso implicado, pois o chão também o é.

³ Carlos Papá, liderança espiritual Guarani em comunicação oral sobre “o princípio gerador da escuridão” no Seminário Selvagem, no dia 14/11/19 na biblioteca do Jardim Botânico, Rio de Janeiro (RJ).

1 INTRODUÇÃO

O interesse deste estudo está voltado à compreensão dos discursos sobre agroecologia no campo da saúde coletiva, identificando perspectivas teóricas e práticas que orientam o diálogo entre os campos.

Para tanto, objetivou especificamente:

- conhecer como o campo da saúde coletiva se apropria de conceitos da agroecologia e em que medida essa apropriação se aproxima e se distancia do campo original e das demandas de movimentos e organizações sociais identificados com a agroecologia; e, ainda,
- discutir limites e possibilidades na integração do campo da saúde e da agroecologia, tendo em vista as diferentes perspectivas de saúde e de agroecologia emergentes.

A saúde e a agricultura emergem como campos científicos em momentos diferentes da história, ambos circunscritos ao pensamento moderno ocidental, eurocentrado, com sua correspondente cosmologia na compreensão do tempo, do corpo, da natureza. Limites desses pressupostos têm sido apontados ao menos nos últimos cem anos no interior de alguns segmentos dessa mesma ciência.

Em decorrência das tendências relativas à produção do conhecimento na saúde que o presente estudo se dedicou a conhecer, as aproximações teóricas que vem sendo tecidas entre os campos a partir dos olhares que partem da saúde coletiva. Sem a pretensão de realizar uma reconstituição exaustiva da saúde coletiva, que emerge na década de 1980 no Brasil como campo científico e âmbito de práticas transdisciplinar (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998), a análise das produções científicas buscou uma reconstrução empírica acerca dos paradigmas e orientações metodológicas sobre as quais elas se assentam. Intencionou-se explicitar categorias importantes à história do campo da agroecologia e suas disputas internas, mas também conseguir explicitar as contradições nas abordagens da saúde quando se trata de diálogo por outros campos de conhecimento em busca da verdade, de solução, de cura.

O dossiê sobre agrotóxicos produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) apresenta a agroecologia como um campo científico que inspira um novo paradigma de ciência, pois *“reconhece o conhecimento como processo da prática social e resultado da experiência das pessoas de um determinado local sobre a natureza”* (CARNEIRO, 2015, p. 251)

A vertente da agroecologia assumida neste estudo difere-se do que genericamente vem sendo convencionado chamar “agricultura sustentável”, da agricultura orgânica e de outros sistemas de produção orientados por princípios ecológicos. Na agroecologia, o princípio da *diversidade* se estende aos domínios ecossistêmico e social e por isso ela pode ser definida, indissociavelmente, como prática de cultivo de base ecológica, ciência transdisciplinar e movimento social (WEZEL *et al.*, 2009; MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013). Isto significa que a agroecologia pressupõe princípios éticos que orientam a relação entre quem dispõe da terra, quem produz e quem consome – e, em adição, entre quem reivindica a “propriedade” dos conhecimentos que permeiam tais processos.

Usando como referencial as vertentes da saúde coletiva e da agroecologia que convergem fundamentalmente no engajamento junto a processos de transformação social que se pretendem emancipatórios, o estudo dedicou-se a investigar aproximações, limites e tensionamentos entre os modos de produção de sentidos e de práticas discursivas no campo da saúde coletiva em relação a outras práticas científicas/sociais atualmente associadas ao termo agroecologia.

A metodologia utilizada para analisar a literatura acadêmica da saúde, especificamente do tipo artigo científico, foi uma combinação de análise de conteúdo e análise do discurso. Para tensionar os artigos, lançou-me mão de referencial teórico de apoio e, de maneira exploratória, alguns documentos de movimentos sociais ligados a agroecologia (Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, A Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, entre outros).

No processo de análise e discussão do corpus analítico foram elaboradas categorias operacionais, a partir de temas que emergiram nos textos da saúde, destacando-se: formas de legitimidade e cooptação de conhecimentos ligados à agroecologia, promoção da saúde, segurança/soberania alimentar, uso de agrotóxicos e risco, sustentabilidade, relação cultura e natureza; proposições que relacionam academia, movimentos sociais e Estado, entre outros.

Assim, o estudo dedicou-se a problematizar práticas discursivas, ou seja, questionar formulações e conceitos que já ocupam uma posição de evidência inquestionável, equivalente a noção de “caixa preta” utilizada por Latour para se referir aos fatos científicos consumados. Os métodos de análise textual foram utilizados como uma possibilidade de influenciar a prática de produção de conhecimento no campo da saúde, considerando que “*o relevante é a direção que queremos induzir na transformação que toda ação discursiva e toda a ação de análise discursiva terão que provocar necessariamente*” (LUPICINIO IÑIGUEZ, 2004, p. 96).

Sendo a visão aqui exposta inevitavelmente “*parcial e arbitrária dos próprios agentes*” e “*como tal, falsa, ainda que revele uma parte da verdade*”, então por isso deseja-se fazer “*uma contribuição possível para a compreensão mútua dos ocupantes de diferentes posições no campo*” (BOURDIEU, 1997, p.45) e tendenciar deslocamentos em certos paradigmas da saúde coletiva. Considera-se que a relevância científica da pesquisa está em abordar como o campo da saúde coletiva/pública se vê e se posiciona em relação à agroecologia, e sua relevância social está na possibilidade de identificar e decodificar para grupos e movimentos sociais o que a ciência pode estar produzindo de opressão, colaborando com instrumentos para repensar suas próprias pautas e reivindicações sobre agroecologia, sobretudo as demandas direcionadas ao meio acadêmico/científico.

Intenciona-se que o fortalecimento do diálogo possa contribuir para o reconhecimento mútuo entre os campos e construção de caminhos comuns. Espera-se, enfim, colaborar com todas e todos aqueles interessados por saúde e por agroecologia, entendidas desde seus potenciais de transformação e emancipação social.

A dissertação se estrutura da seguinte maneira: o capítulo 1 faz um histórico breve da constituição dos campos da saúde coletiva e da agroecologia no Brasil. Em seguida, apresenta chaves teóricas que orientaram a pesquisa. O capítulo 2 descreve o percurso metodológico da pesquisa, situando, de início, algumas tendências teóricas no campo da saúde e em seguida descrevendo procedimentos/etapas da análise documental.

O capítulo 3 apresenta os resultados e discussões, divididos em dois momentos: primeiro uma abordagem quantitativa e qualitativa na análise das publicações científicas da saúde na América Latina e Brasil; e, no segundo momento, a análise de artigos científicos produzidos no Brasil, combinando análise de conteúdo e do discurso. Esta segunda etapa está dividida em seções, cada uma correspondente a um “eixo central” da relação entre saúde e agroecologia, reconhecidos a partir do corpus analítico. O capítulo 4, por fim, traz considerações e apontamentos finais sobre os caminhos possíveis na relação da saúde coletiva com a agroecologia.

2 ALGUNS ELEMENTOS PARA PENSAR O DIÁLOGO ENTRE SAÚDE E AGROECOLOGIA

2.1 SITUANDO O CAMPO DA SAÚDE COLETIVA

A teoria crítica da saúde interliga três abordagens interdependentes: saúde como objeto, saúde como conceito metodológico e saúde como um campo de ação (BREILH, 2008). Enquanto objeto, saúde pode ser definida como *“unproceso construido colectivamente, tanto en la forma que adquiere en cada sociedad y momento histórico como en las posibilidades de transformar-lo”* (IRIART, 2002, p. 128).

Russo e Carrara (2015) trazem contribuições acerca das tensões constitutivas do campo da saúde coletiva e as hierarquias que o estruturam. Para esses autores, saúde coletiva não é uma disciplina científica, mas *“um conjunto híbrido de saberes e práticas, dentre as quais se inclui a prática acadêmico-científica”* e *“lugar de encontro de diferentes disciplinas”* (p. 468) originalmente posicionadas nas áreas das ciências da saúde e das ciências sociais. De caráter interdisciplinar, o campo da saúde coletiva é dividido em duas grandes vertentes: uma voltada à pesquisa acadêmica e outra à ação política, o que gera uma tensão entre a prática propriamente científica – organizada em torno da produção científica nos programas de pós-graduação – e a intervenção na arena social – que se organiza em torno do poder de influir na arena pública e junto às instituições ligadas à saúde.

Borghi, Oliveira e Sevalho (2018) também apontam que os campos da Saúde Pública, da Saúde Coletiva e da Medicina Social, possuem como particularidade a estreita relação entre ciência e política, estando sujeitos à heteronomia, conceito cunhado por Bourdieu (1997), autor que designa o campo científico como um microcosmos dotado de suas leis próprias. Sendo um mundo social como os demais, faz imposições e solicitações que lhe são próprias e possui uma *“autonomia relativa”* às pressões sociais e demandas político-econômicas externas a ele. A principal manifestação do grau de autonomia usufruído por um campo, de acordo com esse autor, é sua capacidade de retraduzir para uma *“forma específica”* as pressões sociais externas, internalizando-as sob sua lógica. Ao contrário, quanto mais sujeito à heteronomia, mais o campo exprime diretamente os problemas políticos exteriores.

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta ou concorrência. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (...), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983; p.1).

O próprio funcionamento de um campo científico, portanto, produz e supõe uma forma específica de interesse e, segundo o autor, designa a cada pesquisador no seu interior,

em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas (BOURDIEU, 1983, p. 5).

Na saúde coletiva, a clivagem entre “produzir conhecimento científico” e “intervir nas políticas públicas” tornam mais complexas as disputas em torno do que é legítimo pesquisar e sobre quem detém autoridade propriamente científica no campo, quando comparado a outros campos disciplinares mais *consolidados*. Ao mesmo tempo que potencialmente conflituosas, as arenas científica e política-institucional também se apoiam mutuamente, pois incidem sobre formas de legitimidade distintas, que se reforçam (RUSSO E CARRARA, 2015).

Para compreender essas disputas, apresenta-se a seguir breve descrição do contexto de emergência da saúde coletiva e da medicina social no Brasil e América Latina, impulsionados pela crise na saúde pública a partir da década de 1970.

Saúde pública é definida por Paim e Almeida Filho (1998) como um campo cujas bases remetem aos discursos sociais sobre a saúde emergentes na Europa Ocidental no século XVIII e que vem se institucionalizar nos países da América Latina somente no início do século XX. Quando emerge, a saúde coletiva passa a tomar como objeto as *necessidades sociais de saúde*, buscando intervenções centradas nos grupos sociais e no ambiente, centrada nas estratégias preventivas e de atenção primária. Esses autores consideram que esse novo campo é impulsionado por mudanças necessárias no nível do paradigma científico do campo anterior, essencialmente centrado nas ciências biomédicas. Borghi, Oliveira e

Sevalho (2018) também defendem que a saúde coletiva e a medicina social tem origem de “*ruptura epistemológica de objeto e de projeto*” (p. 877) com a saúde pública, mas que ainda hoje seguem disputas entre os campos, que compartilham espaços institucionais, de produção científica e intervenção política.

Para Bourdieu (1997), a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes de um campo irá comandar os pontos de vista, lugares de publicação, temas escolhidos e objetos de interesse no seu interior. Os fatos científicos são feitos por um agente a partir de sua posição nesse campo, que contribui para definir suas possibilidades – o que ele pode ou não fazer. Os pesquisadores e as pesquisas dominantes dispõem de maior capital científico (simbólico, atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo) ou seja, de mais poder para definir os objetos e questões importantes para o campo em um dado momento, determinando sua estrutura. No caso da saúde coletiva, este poder esteve inicialmente ligado à lógica médico-sanitária e, em um segundo momento, à epidemiologia, como apresentado a seguir.

A saúde coletiva começa a se estruturar nas décadas de 1970 e 1980 como um movimento comprometido com a redemocratização do país e com a melhoria da saúde pública no interior desse processo. A esfera acadêmica encontrava-se nesse momento mais subordinada aos imperativos políticos, marcado pela politização em torno das origens sociais da doença, lançando mão dos modelos explicativos de determinação e determinantes e das características sociodemográficas e condições sanitárias da população. O campo se estrutura assim em três grandes áreas: política e planejamento (então a principal), epidemiologia e ciências sociais e saúde, com predomínio de um “pensamento sanitarista” que, apesar de fortemente influenciado pelo referencial marxista, definiu claramente o campo como parte integrante da área médica, restando às ciências sociais um papel “auxiliar” (RUSSO; CARRARA, 2015).

De acordo com esses autores, a partir da década de 1990 começa a se acentuar a separação entre os dois tipos de legitimidade (política e acadêmica) até então entrelaçados, concomitantemente à consolidação acadêmica e separação da epidemiologia da área de política e planejamento. A epidemiologia se forja como disciplina dentro do campo da Saúde Coletiva, nesse momento já estava mais estruturada do que as ciências sociais e saúde. A burocratização e os critérios de excelência que passam a ser adotados na avaliação da pós-graduação brasileira nesse período, com valorização quantitativa da produção acadêmica, contemplavam mais facilmente o estilo produtivo da epidemiologia, fator que contribuiu para a sua imposição como lógica dominante na saúde coletiva na virada dos anos 2000 e

explicita a primazia das ciências duras/biomédicas sobre as ciências sociais. Esses autores consideram que por possuir matrizes disciplinares originalmente externas à saúde, ciências sociais e saúde enfrenta desafios para afirmar sua legitimidade na articulação com as “ciências aplicadas” como é o caso da saúde coletiva, fortemente vinculada a uma ação prática ou política, que tradicionalmente tende ao predomínio de pesquisas objetivas e propositivas.

Ainda na década de 1990, começa a ganhar espaço uma forma de politização na saúde coletiva na perspectiva de ouvir os sujeitos e grupos, seus modos de organização e de “dar sentido ao mundo”. Com influência de diferentes movimentos sociais (feminismo, reforma psiquiátrica, movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Tanssexuais e Transgênero – LGBT – entre outros) são incorporados novos temas à saúde, como gênero, subjetividade e cultura, comunicação, violência e saúde, que demandam também novas abordagens metodológicas qualitativas para acessar o universo simbólico (RUSSO; CARRARA, 2015). Ciências sociais e saúde se separam efetivamente como área de concentração independente nos programas de pós-graduação apenas na década de 2000.

O preventivismo e a medicina social como abordagens do processo saúde-doença em coletivos são, segundo Osório e Schraiber(2015), as raízes da proposta da saúde coletiva, em importantes rupturas e algumas continuidades em relação à saúde pública. Para os autores, o surgimento recente do campo e sua articulação a “*uma dimensão mais prática dos serviços de saúde, por vezes confundindo-se com essa dimensão de recorte político administrativo*” (p. 214), podem ser explicações para a existência dessa pluralidade disciplinar e também para a carência, na saúde coletiva, de reflexões mais aprofundadas no campo epistemológico.

Como a saúde coletiva, a agroecologia começa a emergir a partir da década de 1970 no Brasil. Ambas são atravessadas por uma história comum de mobilizações populares pela democratização do país; possuem, no entanto, trajetórias distintas de institucionalização. Na sequência, apresenta-se brevemente a história de constituição da agroecologia como campo científico.

2.2 SITUANDO AGROECOLOGIA PARA O CAMPO DA SAÚDE

Nas primeiras décadas do século XX, as grandes áreas da saúde e da agricultura passam por um processo de internacionalização, com a incidência de instituições norte americanas, especificamente as Fundações Ford e Rockefeller, com projetos de “assistência

técnica e apoio à pesquisa” para os países da América Latina (posteriormente expandidos ao continente asiático e africano), voltados ao combate da desnutrição, um dos fatores de maior impedimento, no período, ao desenvolvimento econômico (PICHARDO, 2006). No caso brasileiro, esse processo trouxe repercussões distintas nas correlações de poder durante a constituição dos campos da saúde coletiva e da agroecologia.

Como já apresentado, a saúde coletiva se constitui vinculada a espaços institucionais e acadêmicos no bojo do movimento pela Reforma Sanitária (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998), um processo que internalizasse novo campo científico, com tensionamentos, pressupostos remanescentes da antiga Saúde Pública.

A agroecologia, por outro lado, se constitui, segundo Schmitt (2012), com forte ancoragem em processos localmente situados de inovação na articulação entre movimentos ambientais/sociais⁴, organizações da sociedade civil, entidades de assessoria técnica, grupos acadêmicos e profissionais das ciências agrárias e agricultores camponeses nas distintas regiões do país.

A agroecologia não se estrutura inicialmente, portanto, como uma “ciência oficial”, mas como um conjunto de movimentos organizados em torno das práticas tradicionais de agricultura, em parte como resposta aos efeitos nocivos da agricultura moderna para os pequenos produtores. Ela se instituiu junto à academia um pouco mais tardiamente, inscrita sobretudo nos campos da ecologia, dos estudos ambientais e mais “marginalmente” na agronomia, que corresponde ao campo científico dominante da agricultura.

De maneira mais radical que a saúde coletiva, mas também em resposta à crise de um modelo dominante, a agroecologia vai se estruturando como campo científico na culminância de correntes de pensamento/prática que se agrupavam na década de 1980 pelo nome de “agricultura alternativa”. O campo se configura propondo um diálogo entre conhecimentos “não acadêmicos”, na relação com grupos sociais de resistência, *“aliados à sensibilidade política de agências de cooperação internacional e de ocupantes de cargos públicos dos*

⁴ Esta breve apresentação histórica não se pretende exaustiva. Ademais, é válido pontuar que o movimento agroecológico tem em suas raízes as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs, constituídas com apoio da Comissão Pastoral da Terra, CPT), emergentes na década de 1970 e, a partir da década de 1980, os movimentos contestatórios aos impactos ecológicos, ao uso de agrotóxicos e à crescente dependência dos agricultores decorrentes da industrialização da agricultura. Para apreensão mais completa da trajetória da agroecologia no Brasil, ver Sabourin *et al.* (2017) e Monteiro e Londres (2017).

governos do período democrático, especialmente a partir dos anos 2000” (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 53).

Justamente por seu caráter contratendente, é um campo com desafios de institucionalização, por vezes se constituindo de maneira fragmentada, galgando espaços no âmbito teórico e na transformação de seus aparatos técnico-científicos⁵.

Nos estágios iniciais (da década de 1970 até fins da década de 1980), a agroecologia tinha como enfoque a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia, voltando-se ao desenho e manejo de “agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2001). Segundo Méndez, Bacon e Cohen (2013), dessa mesma base inicial, bifurcam-se duas perspectivas dominantes: uma que assume uma versão gerencial da transformação da agricultura, e outra que se aproximou das ciências sociais e de perspectivas da ecologia política, buscando integrar abordagens “transdisciplinares”, “participativas” e engajadas com questões de ordem social, política e econômica.

Considera-se, assim, a existência de diferentes “agroecologias”, destacando-se seguir duas definidas por esses autores – sem deixar de considerar a existência de *híbridos*, misturas em diferentes proporções dessas duas abordagens principais.

Comum a ambas é o “princípio da diversidade”, orientado no domínio da gestão e manejo dos sistemas agrícolas. A geração de agrobiodiversidade envolve consórcios entre espécies vegetais, sistema de rotação de culturas e de integração de cultivo e pecuária, “zonas de amortecimento”, entre outros; mais do que a quantidade distinta de espécies e técnicas de manejo, importa a interação entre esses componentes nas atividades que alimentam e regulam o cultivo, por exemplo, a polinização, o equilíbrio das populações de insetos e a ciclagem de nutrientes (MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013).

Na segunda vertente da agroecologia, o “princípio da diversidade” é ampliado ao domínio social, considerando a inseparabilidade de processos sociais e ecológicos. Assumindo a dimensão do *sistema agroalimentar*, além das estratégias produtivas são levadas em consideração as estratégias múltiplas de organização dos produtores, de constituição de redes alternativas de distribuição, comercialização, consumo e de regulação política/institucional. A *transdisciplinaridade* característica dessa vertente, segundo os mesmos autores, remete às estratégias que valorizam e integram diferentes disciplinas científicas e diferentes sistemas de conhecimento (“experencial”, “local”, “popular”, entre outros), desafiando abordagens mais convencionais da pesquisa agrícola (e políticas a elas

⁵Texto elaborado a partir de comunicação oral de Claudia Schmitt na ocasião de defesa do projeto de qualificação desta dissertação, ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, no dia 29/05/2019.

relacionadas). Já o aspecto *participativo* remete à atenção para o conjunto de atores do sistema agroalimentar, especialmente para as vozes que são frequentemente marginalizadas, como mulheres do campo, trabalhadores rurais, grupos indígenas e tradicionais (MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013).

Para esses autores, pesquisas que seguem a primeira vertente resultaram em importantes descobertas, ligadas a aspectos biofísicos e ambientais da produção agrícola, que podem contribuir no redirecionamento dos sistemas convencionais a sistemas de base ecológica. Entretanto, mesmo quando consideram o conjunto do sistema agroalimentar, essa linha de investigação tende a fragmentá-lo em diferentes escalas (sistema agrícola, paisagem, região) ou reduzi-lo a variáveis produtivas (cultivo, processamento, comercialização, consumo) do processo de produção agrícola.

Sendo mais instrumental, esta vertente encontra mais possibilidades de institucionalização: sua dominância repercute nos temas mais publicados nas revistas acadêmicas de agroecologia, analogamente ao que ocorre com as abordagens *gerenciais* no campo da saúde (a ser discutido no capítulo 3, “Caminhos Percorridos”). No entanto, uma abordagem agroecológica, fundamentada apenas nas ciências naturais, mantém obscurecidos aspectos sociais e culturais importantes, bem como contribuições de conhecimentos construídos fora do paradigma científico ocidental, cuja consideração é fundamental para a transformação do sistema agroalimentar dominante. (MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013). Nesta perspectiva da agroecologia, o ser humano que trabalha, que come, que tem saúde e que adoece, desaparece.

Por outro lado, mesmo a vertente que estabeleceu diálogo com estudos campesinos e que visibiliza o camponês enquanto sujeito (e, no caso do Brasil, os indígenas e povos de comunidades tradicionais), muitas vezes não olha para a saúde a partir da pluralidade de atores que estão engajados no sistema agroalimentar. Quando a perspectiva agroecológica começa a transitar da escala do agroecossistema (unidade de produção agrícola) para os sistemas agroalimentares e incorporar referenciais da ecologia sistêmica, começam a ser incluídos os sujeitos como parte da ecologia e não apenas como a “parte responsável pelo manejo ecológico”. Essa mudança amplia perspectivas de problematização do próprio campo, impulsionando uma aproximação a outras áreas de conhecimento, como a saúde e a nutrição. A lente da saúde na agroecologia, por sua vez, vai possibilitando ampliar o olhar sobre o

próprio processo de trabalho do agricultor, *recolocando* o ser humano no território, no ambiente⁶.

Está presente na agroecologia a tensão epistemológica “regulação-emancipação”, como também é observado nas disputas no interior do campo da saúde coletiva. Ademais, é possível considerar que a relação entre os campos da saúde e da agroecologia é impulsionada por atores mais associados às suas vertentes “emancipatórias”.

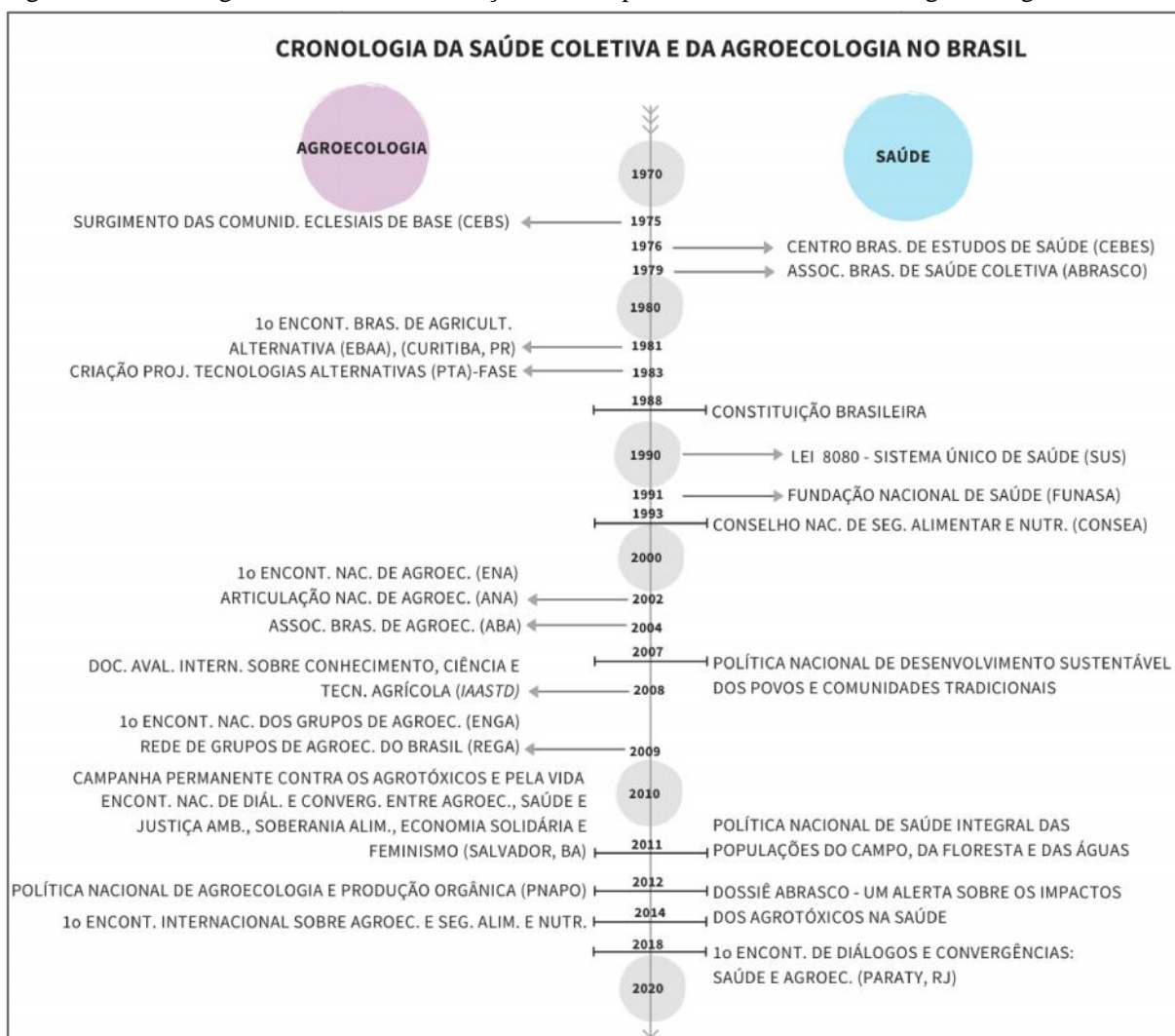
O diálogo entre os campos da saúde e da agroecologia começa a acontecer pouco a pouco, a partir de iniciativas de movimentos sociais ligados à agroecologia, como na ocasião do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo em 2011⁷ que, segundo Monteiro e Londres (2017), inicia o fortalecimento de importantes alianças políticas entre redes da sociedade civil. A medida que estabelece diálogo com vertentes mais críticas da Saúde Coletiva, os novos espaços de debate permitem tensionar paradigmas a partir das quais a agroecologia se constituiu (as áreas da ecologia, biologia, agronomia). A agroecologia também é potencializada pela maior institucionalização da saúde, que possibilitou fortalecer, por exemplo, discussões para o enfrentamento dos agrotóxicos, interface temática importante dos campos.

A linha cronológica a seguir (Figura 1) pontua alguns marcos importantes na constituição da saúde coletiva e da agroecologia no país. É possível verificar histórias paralelas de constituição dos dois campos, com alguns acontecimentos mais explicitamente relacionados (indicadas pela linha horizontal preta).

⁶Texto elaborado a partir de comunicação oral de Claudia Schmitt na ocasião de defesa do projeto de qualificação desta dissertação, ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, no dia 29/05/2019.

⁷O encontro aconteceu em 2011 na cidade do Rio de Janeiro, organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A carta elaborada no encontro é um dos documentos representativos dos movimentos civis e institucionais ligados à agroecologia utilizados para dialogar com o corpus analítico.

Figura 1 – Cronologia histórica de constituição dos campos da saúde coletiva e da agroecologia no Brasil.



Fonte: autoria própria a partir de informações disponibilizadas em Sabourinet *et al.* (2017), Monteiro e Londres (2017), FUNASA (2017) e Osmo e Schraiber (2015) através do programa online e gratuito Canva (<http://canva.com>), 2020.

O desenvolvimento da agroecologia segue desafiado pela coexistência de dois grandes modelos distintos de agricultura (e, mais amplamente, de perspectivas de desenvolvimento) no país: de um lado, a “agricultura patronal” (setor do agronegócio) e, do outro, a “agricultura familiar”, camponesa, de povos indígenas e comunidades tradicionais (MALUF *et al.*, 2015). A opção política pela expansão da agricultura de exportação (associada aos projetos de mineração e às grandes obras de energia/infraestrutura), que ocupa

um espaço relevante na economia do país se opõe aos grupos com outras racionalidades e práticas na produção do alimento – e da vida.

A “Revolução Verde” é um marco importante para compreender a dominância, no país, do atual modelo de produção agrícola baseado em sistemas mecanizados, de larga escala, intensivos no uso de insumos e agrotóxicos. Num outro aspecto, a Revolução Verde representa o processo de inclusão da produção de alimentos no sustentado processo de industrialização, no contexto das grandes Guerras Mundiais (PICHARDO, 2006). Ainda, é culminância do processo de consolidação da agricultura como uma área específica de pesquisa: diferente da medicina/saúde, somente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, a agricultura se institucionaliza em centros de pesquisa em universidades, inicialmente norte-americanos, como o campo científico da agronomia.

No Brasil, a ditadura militar a partir de 1964 consolida e reforça a estrutura fundiária já historicamente dominada pela grande propriedade rural. A manutenção da concentração da terra (e demais recursos produtivos) foi determinante para a expansão do modelo agrícola no período, associada a políticas estatais de crédito rural, subsídio à aquisição de insumos, incentivos fiscais à exportação, investimento em assistência técnica, pesquisa agropecuária e infraestruturas, entre outros (MALUF *et al.*, 2015; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Nas décadas de 1950 e 1960 havia ampla mobilização pela reforma agrária, porém, nos anos seguintes, a expulsão massiva dos pequenos produtores para expandir a fronteira agrícola, associada à inadequação das políticas agrícolas à lógica camponesa, provocou endividamentos, degradação ambiental e consequente migração para as cidades, em um período de intensa marginalização desses grupos e crescimento das periferias nos centros urbanos em expansão. Novamente na década de 1990, a mobilização na disputa pela terra se fortalece e muitos assentamentos são conquistados. No entanto, a reprodução desse mesmo sistema produtivo, de alto custo e baseado na monocultura e intensiva em insumos, aplicada a terras já muito degradadas pelo latifúndio, começou a dificultar a permanência das famílias. Foi nessa década, a partir dessas dificuldades, que se inicia um processo de reflexão crítica nos movimentos do campo sobre o modelo até então incentivado nos assentamentos (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Hoje, a questão agroecológica está internalizada às pautas dos movimentos sociais que integram a Via Campesina do Brasil - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), constituindo-se como possibilidade de alinhamento da agenda política das lutas do campo. De acordo com

Monteiro e Londres (2017), a participação de movimentos representativos de povos e comunidades tradicionais (entre extrativistas, indígenas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, entre outras) no movimento agroecológico começa se fortalecer a partir da década de 2010, conforme aumenta a compreensão da agroecologia como causa também desses grupos, e não uma *outra* bandeira de luta.

Portanto, ainda que existaforte tendência à compreensão do processo de *modernizaçã*o agrícola como uma evolução necessária e natural das formas anteriores de agricultura, esse projeto produtivo representaantes uma descontinuidade ou ruptura, ainda muito recente, dos múltiplos sistemas *tradicionais* de agricultura anteriores. Ainda assim, a imagem da “agricultura moderna” foi construída como sendo uma resposta *universal* às crescentes demandas da produção de alimentos no mundo.

Após situar historicamente como foram configurados os campos da saúde e da agroecologia, a próxima seção traz conceitos/chaves de leitura importantes na orientação desta pesquisa.

2.3 CHAVES DE LEITURA DE EMBASAMENTO DO ESTUDO

Foram estabelecidos alguns caminhos teóricos como pontos de partida para analisar a aproximação da agroecologia com a saúde coletiva, a partir dos seguintes referenciais: o modelo explicativo de determinação social do processo saúde doença, mais especificamente a atualização conceitual da determinação “estrutural-relacional” elaborada em Borghi, Oliveira e Sevalho (2018); o conceito de promoção da saúde, aproximando-se da vertente *emancipatória* elaborada em Freitas e Porto (2011); e a produção do conhecimento, especificamente o conceito de *construção compartilhada do conhecimento*, a partir de Valla (1996). Tais aspectos teóricos foram as perspectivas a partir das quais foi realizado o estudo, e embasaram a análise das produções científicas da saúde sobre agroecologia.

Considera-se a determinação social do processo saúde-doença, modelo explicativo elaborado dentro da vertente crítica da epidemiologia latino-americana (ALMEIDA-FILHO, 2004), uma chave de leitura importante na investigação das produções científicas que relacionam saúde e agroecologia. Para conceituá-lo, é necessária a diferenciação deste em relação do modelo de “determinantes sociais da saúde”, comumente apresentados como sinônimos.

O campo da Saúde Coletiva e o Sistema Único de Saúde (SUS) emergem no Brasil inscritos na perspectiva do avanço do neoliberalismo como projeto econômico e modelo cultural que afeta os modos de pensar e viver. Sua história se constrói, dessa forma, entre a resistência crítica e a acomodação. Essa influência se expressa em certos aspectos de sua produção científica: o enfraquecimento do embasamento teórico, sobretudo na subárea das Ciências Sociais da Saúde e na forma como ocorre o transporte interdisciplinar de conceitos ao campo (SEVALHO, 2016; SEVALHO, 2017; BORGHI, OLIVEIRA E SEVALHO, 2018).

Ao longo da história, diferentes modelos teóricos foram desenvolvidos para responder porque os indivíduos e populações adoecem, conforme a organização social e o acúmulo tecnológico em cada momento. Segundo Sabroza (2005), em relações de ruptura e continuidade entre os modelos, diversas concepções sobre saúde e doença também podem coexistir, devido à persistência de modelos antigos que ainda atendem a determinadas necessidades atuais.

Os modelos de determinação social do processo saúde doença e de determinantes sociais da saúde são diferenciados a seguir, com a ressalva de que tais denominações não os reduzem a dois constructos opostos, mas a “*um mosaico de concepções com graus variados de convergência e divergência*” (BORGHI; OLIVEIRA; SEVALHO, 2018, p. 884).

De acordo com os autores, o modelo de determinantes sociais da saúde, que passa a ser adotado formalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na década de 2000, representa uma continuidade aos modelos ecológicos multicausais anteriores. Estruturados na América Latina, a partir do período pós segunda Guerra Mundial até a década de 1980 como resposta, no plano acadêmico, às demandas de ações de saúde pública e assistência para garantir a reprodução da força de trabalho, em um contexto de industrialização e urbanização/êxodo rural e consolidação dos estados nacionais. Esse modelo é resumido por Borghi, Oliveira e Sevalho (2018) como relacionado, no plano epistêmico, com a ciências biomédicas, a epidemiologia tradicional e a saúde pública, expressando características do paradigma positivista dominante como a sobreposição das ciências naturais às sociais, a defesa acrítica do rigor científico exercido por medições, a busca por causalidades, a pretensão de alcance da verdade e de controle da natureza.

Borde, Hernández-Álvarez e Porto (2015, p. 842) analisam a abordagem dos DSS desde a medicina social e saúde coletiva latino americana e consideram que a proposta

se apresentou como nova agenda de pesquisa em contraposição às abordagens ainda hegemônicas na epidemiologia, que diante a dificuldade de abordar ‘o social’ têm optado por uma negação ‘do

social' e tem reforçado uma redução da epidemiologia à sua componente biomédica, artificialmente isolando os processos saúde-doença dos processos sociais mais amplos e, principalmente, das relações de poder.

O modelo de determinantes representou uma importante retomada na consideração dos aspectos sociais e ambientais que incidem sobre coletividades, e tem contribuído para dar visibilidade mundial à dimensão social das desigualdades em saúde. Entretanto, por ainda manter o “eixo explicativo” centrado no indivíduo, acaba por reduzir o “social” a mais um fator que influencia (relação linear entre causa e efeito) nos processos de saúde e adoecimento (BOGHI; OLIVEIRA; SEVALHO, 2018). Sua crítica segue incompleta por que nega a saúde como processo social *historicamente* situado e não problematiza as desigualdades sociais como condição necessária à própria manutenção do modelo de sociedade capitalista.

Para Borde, Hernández-Álvarez e Porto (2015, p. 846) o modelo dos DSS não explicita a classe social, etnia e gênero “*como categorias analíticas da matriz de dominação que têm sustentando a consolidação e expansão do sistema-mundo capitalista moderno/colonial*”. Breilh (2008, p.5) complementa que, ao considerar a realidade “*unicamente como um mundo de conexões causais e associações externas entre fatores*”, limitam-se também as possibilidades de intervenção, reduzidas necessariamente a ações pontuais de controle dos fatores de risco que colaboram mais para manutenção da ordem social do que para efetiva transformação das relações de exploração, dominação e exclusão subjacentes à desigualdades em saúde.

A busca de um desenho do modelo de determinação social remete à década de 1980 em questionamento ao reducionismo do modelo de determinantes, em um contexto histórico de ditaduras e crescimento do neoliberalismo na América Latina, e estabelece relações epistemológicas com a saúde coletiva e a medicina social latino-americana. Herdeiro do modelo histórico-social tem como referenciais teóricos a epidemiologia social e materialismo dialético (estabelece uma perspectiva dialética entre social-biológico e sociedade-natureza) (BORGHI; OLIVEIRA; SEVALHO, 2018).

Para esses autores, a DS representa uma ruptura em relação aos modelos anteriores porque inclui a estrutura social na explicação do processo saúde-doença, estabelecendo uma “epidemiologia de classes”, que abrange a dimensão histórica, a estrutura de produção, a reprodução social e o modo de vida (as noções, condições e estilos de vida). Os autores apontam como limites do modelo as dificuldades metodológicas para articular a dimensão

biológica, psicológica e cultural à estrutura social, ao não considerar que a estrutura econômica/social é viabilizada na dependência de determinadas relações culturais e estruturas simbólicas, e ainda por não incluir dimensões de gênero, etnia e raça nas suas abordagens. Esta seria também uma expressão da influência neoliberal na saúde, o domínio de teorias sociais conservadoras, tais como o materialismo histórico, que fragmentam a compreensão e as possibilidades de enfrentamento do capitalismo em sua totalidade.

Por esse motivo, Borghi, Oliveira e Sevalho (2018) utilizam a marcação “estrutural-relacional” para explicitar atualizações conceituais e metodológicas do modelo de determinação, elaboradas em um contexto de contestação aos efeitos negativos da globalização e das políticas neoliberais. Mantendo a “estrutura social” como eixo explicativo central, voltam-se à compreensão das relações de interdependência entre indivíduo-coletivo e a interação entre o biológico e o social.

Demarcam-se assim estudos do campo da epidemiologia crítica que passam a incluir, na análise da situação de saúde, a reprodução social em suas dimensões biológica, ecológica, econômica e de autoconsciência/conduita. Incorporam como referencial também a complexidade que, partindo de Edgar Morin(1991), consiste na compreensão da indissociabilidade entre sujeito e objeto interagindo em sistemas “abertos”; em outras palavras, uma “determinação” que assume certo grau de incerteza (BORGHI, OLIVEIRA E SEVALHO, 2018).

Os autores consideram que a diferenciação entre os modelos explicativos do processo saúde-doença ajuda na compreensão dos interesses em disputa na saúde no Brasil e América Latina: um alinhado à transformação social na perspectiva de luta pelos espaços comuns/solidários, e o outro associado à apropriação privada desses espaços. A tensão epistemológica entre os modelos de determinação e de determinantes pode ser sintetizada pela dicotomia “regulação” x “emancipação”, recorrente em conceitos e temas importantes no campo, como é o caso da promoção da saúde, apresentada a seguir.

Para compreender os sentidos do conceito de promoção da saúde, retorna-se à Carta de Bogotá, fruto da Conferência Internacional de Promoção da Saúde realizada entre os países da América Latina, no âmbito da Organização Pan-americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS):

a promoção da saúde destaca a importância da participação ativa das pessoas na mudança das condições sanitárias e na maneira de viver, condizentes com a criação de uma nova cultura da saúde. Dessa forma, o repasse de informação e a promoção do

conhecimento constituem valiosos instrumentos para a participação e as mudanças dos estilos de vida nas comunidades (OPAS, 1992, p. 45-46).

Esta declaração e os demais documentos da saúde produzidos pela OMS (sendo o mais conhecido a Carta de Ottawa de 1986) incorporam e atualizam duas concepções históricas distintas de promoção da saúde: uma mais orientada para mudanças políticas ligadas a fatores externos gerais e outra orientada para mudanças no comportamento e nos “estilos de vida não saudáveis” (STOTZ; ARAUJO, 2004).

Olhando atentamente o texto da Carta de Bogotá, alguns termos emergem: “participação ativa”; “criação de uma nova cultura da saúde”; “repasso de informação”; “mudanças nos estilos de vida”. Passaremos rapidamente por alguns desses pontos, que serão retomados em seções posteriores deste estudo.

Stotz e Araujo (2004 p.12) consideram tal ideário de promoção da saúde um “*programa de extremo autoritarismo*”, pois pressupõe que as pessoas não têm uma cultura da saúde e precisam ser conscientizadas da sua importância. Para os autores, a criação de uma nova “cultura” para a população pobre através das ações de promoção da saúde é prescrita por ser mais viável, operacionalmente, do que a modificação de condições estruturais geradoras de sua pobreza. Ações educativas de promoção da saúde também tem custo inferior ao de promover o desenvolvimento social e humano através de políticas e serviços.

Ao mesmo tempo que nega a cultura e o conhecimento popular, esta definição de promoção da saúde demanda “participação ativa” da população. Stotz e Araujo (*ibid.*, p. 16) consideram que, na realidade, o desafio estaria em construir, na relação com esses mesmos grupos, uma nova cultura para o setor saúde, que é fortemente marcada pela normatividade, ou seja, a regulação por normas centralizadas e rígidas das atividades de saúde e à qual subjaz “*um medo e uma recusa à criatividade não normatizada*”. Em última instância, tal forma de promoção da saúde presta-se “*no nível discursivo, à operacionalização de uma prática que não confronta instituições e estruturas sociais*” (p. 16), prescrevendo soluções que remetem à escolha pessoal e que deslocam o indivíduo/grupo da sua condição de cidadão e portador de direitos à condição de consumidor, portador de responsabilidades.

Como contraponto a esta concepção amplamente veiculada, a noção de promoção *emancipatória* da saúde (FREITAS; PORTO, 2011) abarca as estratégias da saúde coletiva que buscam incorporar conhecimentos e práticas cotidianas locais baseados em valores solidários, desenvolvidas a partir de análise contextualizada das condições de saúde e vida das populações (sobretudo aquelas mais vulnerabilizadas, dos territórios periféricos).

Reconhecendo os obstáculos historicamente construídos, mas também os sonhos e esperanças, os processos emancipatórios promoção da saúde se desenrolam a partir cenários prospectivos, com possibilidades de futuro mais saudáveis e de ampliação democrática, buscando uma maior horizontalidade nas relações de poder entre os diferentes atores sociais envolvidos (sociedade civil, instituições, agentes estatais). Está, assim, na direção oposta à vertente hegemônica de promoção da saúde, orientada por uma visão biomédica do processo saúde-doença, baseada em valores regulatórios que atendem prioritariamente aos interesses do mercado.

Proposições *emancipatórias* na saúde se relacionam a ações de educação em saúde sob perspectivas de produção do conhecimento que também se propõem libertadoras. É apresentada a seguir a noção de construção compartilhada do conhecimento a partir de contribuições de Victor Valla, em articulação com Rosely Oliveira, Gérard Fourez e Pierre Bourdieu.

A noção de construção compartilhada do conhecimento aqui utilizada foi elaborada coletivamente por pesquisadores do Núcleo de Educação, Saúde e Cidadania do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) na década de 1980 (SEVALHO, 2016). Configura-se como uma possibilidade para fazer convergir o saber acumulado a partir da ciência com o saber acumulado pelas classes populares, fundindo-se para criar um terceiro conhecimento, articulando recursos materiais e emocionais para encontrar soluções coletivas (OLIVEIRA, 2003).

Segundo Oliveira e Valla (2001, p.87) *“a informação técnica é um desses recursos, mas não é só ela que a população espera receber. É preciso estar atento, também, para as técnicas locais de enfrentamento da vida, construídas na vivência”*, pois parte da nossa compreensão do que está sendo dito, decorre da nossa capacidade de entender quem está falando. Para Oliveira (2000, p.172), muito mais do que determinante do fortalecimento dos sujeitos, a construção coletiva do conhecimento

é uma consequência da estruturação e fortalecimento de uma “rede social de apoio”. Rede, que possibilita a ampliação e o fortalecimento dos sujeitos, na medida que articula e fornece suporte para a ação dos sujeitos. A ação transformadora dos sujeitos se dá, então, muito mais, pela ampliação e fortalecimento das relações do que necessariamente pela construção de uma nova informação.

Valla considera que esses saberes-práticas das classes populares são elaborados sobre a experiência concreta, vivida de uma forma distinta daquela vivida por outros sujeitos, como

profissionais da saúde e acadêmicos. A saída para “a crise de interpretação” dos profissionais sobre a fala das classes populares

não passa mais apenas por um contato sistemático do mediador com as classes subalternas. Embora tal prática seja louvável, exige também na parte do mediador um atento e constante estudo das novas leituras e revisões que estão sendo feitas sobre o papel de quem se considerou “vanguarda” no passado (VALLA, 1996, p. 187).

Também no campo da agroecologia há uma importante discussão sobre as *práxis* coletivas como fundamento do trabalho da agricultura camponesa e das práticas de agricultura de base ecológica. Por fornecer bases teóricas e práticas direcionadas à construção de condições dignas de trabalho e de vida, as práticas agrícolas orientadas pelos princípios da agroecologia podem ser considerados “*técnicas locais de defesa da vida*” (OLIVEIRA; VALLA, 2001), e possível estratégia de promoção emancipatória da saúde.

Partindo de Habermas, Fourez (1995) apresenta uma classificação da maneira de ver as interações entre ciência e sociedade em três modelos: tecnocrático, decisionista e pragmático-político. Na sociedade moderna/ocidental haveria uma forte tendência ao modelo tecnocrático, no qual se recorre ao conhecimento científico para determinar políticas a serem seguidas devido a uma pretensão de que decisões de “especialistas” (técnicos, cientistas) seriam neutras, já que determinadas puramente pela racionalidade científica. O modelo decisionista considera que cabe às instituições políticas determinar os objetivos para a sociedade e então aos técnicos (especialistas) encontrar os meios adequados. O modelo pragmático-político, por fim, consiste em estabelecer estruturas para negociações entre os diferentes interlocutores, uma relação permanente entre o especialista e o não-especialista, na qual os conhecimentos sociopolíticos entram em consideração na tomada de decisões.

O limite dos dois primeiros modelos está em negligenciar o fato de que o método adotado (escolhas tecnológicas) determina o tipo de organização social de um grupo (Fourez, 1995): a escolha de uma tecnologia material ou intelectual, portanto, não é somente uma escolha de instrumentos neutros, mas uma escolha de sociedade. O autor argumenta que quanto mais complexa a tecnologia, seja ela material ou intelectual, como a ciência, maior a tendência que o processo decisório a ela relacionado seja definido por especialistas.

Para Pierre Bourdieu (1997), nem todo mundo dispõe “*dos instrumentos de produção da opinião pessoal*”, pois “*o poder de produzir uma opinião explícita é muito desigualmente repartido*”:

Há pessoas, no mundo social, que “são faladas”, por quem se fala, porque elas não falam, para as quais se produzem se produzem problemas porque elas não os produzem. E, hoje, chega-se mesmo, no grande jogo da mistificação democrática, até a dar oportunidade para que respondam a problemas que não seriam capazes de produzir (BOURDIEU, 1997, p.83)

Por isso, o autor considera que é uma enorme responsabilidade dos cientistas “*estar atento a todos os problemas que não chegam a ter formulação*” (p.82) e buscar contribuir para explicitar essas demandas sociais virtuais, potenciais, mas não formuladas, através das suas pesquisas, pois “*não é possível contentar-se em aguardar que as questões se configurem de uma forma clara*”.

Ao pretender exprimir tais demandas, no entanto, há o perigo de formulá-las autoritariamente ou criar “falsos problemas”. Também pode ser um obstáculo à necessidade dos intelectuais de se fazer porta vozes de uma “demanda social” ou de uma “causa universal” quando, para o autor, deveriam começar por afirmar sua autonomia e defender seus interesses específicos contribuindo, por exemplo, na definição das demandas sociais em relação à pesquisa científica. Bourdieu (*ibid.*, p.74) propõe, assim, “*agir sobre as estruturas nas quais se concretiza a comunicação no meio científico, por uma ação política capaz de atingir os obstáculos sociais específicos da comunicação racional e da discussão esclarecida*”, ou seja, que os pesquisadores e intelectuais se engajem em lutas que podem ser feitas no próprio interior do seu campo científico, ao invés de deslocá-las a outros domínios.

Também sobre os papéis do *intelectual*, Foucault (1990, p. 9) considera que o problema político essencial para o intelectual não é fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa, mas saber se é possível *constituir uma nova política da verdade*. A *verdade* é, para esse autor, uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo. A “*economia política*” da verdade está historicamente centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; é também objeto de uma imensa difusão e consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação); e, por fim, é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, leis, meios de comunicação, entre outros).

Portanto, aos atores no interior do campo da saúde, ou de qualquer outro, não caberia a tarefa de “*libertar a verdade de todo sistema de poder*” (*ibid.*, p. 9), na medida em que a própria verdade é poder; ou a tarefa de mudar a “consciência” das pessoas; mas de mudar o regime político, econômico, institucional de produção da verdade: desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia sociais, econômicas, culturais, no interior das quais ela funciona em dado momento.

Fica assim demarcado que a “tarefa” proposta nesta pesquisa – analisar a produção científica da saúde – é uma forma de engajamento que não tem como intenção “libertar” a agroecologia das abordagens gerenciais ou instrumentais, mas colaborar com o *deslocamento* a outros regimes de produção da verdade no interior do campo da saúde coletiva.

3CAMINHOS PERCORRIDOS

Este capítulo inicia com uma breve introdução sobre o campo científico da saúde coletiva e segue para a descrição do percurso e dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

3.1BUSCANDO ELEMENTOS PARA COMPREENDER A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E PODERES, NA PERSPECTIVA DA SAÚDE COLETIVA

A “humanidade atual” constituiu primeiro sistema-mundo global historicamente conhecido, pois tem em comum, de acordo com Anibal Quijano (2005), três aspectos centrais/padrões de organização do poder que afetam em graus variados a vida cotidiana do conjunto da população: colonialidade/modernidade, o capitalismo e o eurocentrismo⁸. O exercício deste padrão de poder demandou e demanda hoje a homogeneização das formas básicas de existência social por meio do estabelecimento de um “*piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo*” (p. 124).

Dessa maneira, desde o período da colonização, o que veio a se constituir como Europa concentrou sob sua hegemonia não apenas o mercado, mas as formas de controle da subjetividade, da cultura e da produção do conhecimento, com a progressiva atribuição de *identidades geoculturais* aos povos e regiões (criando inicialmente a noção de América e após de Europa, África, Oriente,...). Esse processo implicou no longo prazo “*uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura*” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Para Fourez (1995), a adaptação dos modos de conhecimento à estrutura particular da ciência moderna nos é apresentada como uma necessidade concreta. Desta imposição do sistema do saber científico não determina totalmente a liberdade de conhecer, a ponto de eliminá-la, exerce uma coerção sobre as outras maneiras de saber. Tal mecanismo ocorre nos países ocidentais em que esses saberes científicos nasceram e onde são co-naturais à cultura local, mas é vigente sobretudo em países *periféricos*, onde a coerção da ciência (vinda do exterior) é mais manifesta sobre as culturas locais.

⁸Esta discussão é desenvolvida no capítulo de análise e discussão do corpus.

Os modelos de conhecimento desenvolvidos no interior da ciência ocidental são, para Breilh(2008), instrumentos que trabalham a favor de uma certa hegemonia, ainda que os modos de construção de tais modelos não sejam facilmente reconhecíveis como ligados às relações sociais de poder. Esse poder decide, por exemplo, sobre os modos de ver a saúde, expresso na postura de “descrever um mundo para operar melhor sobre ele”: separar sujeito de objeto, mente do corpo, cultura da natureza, sociedade de ciência, explicação de descrição. Para Oliveira (2005), esse caráter gerencial ou utilitário verificado na saúde se alinha a intensificação do capitalismo em sua configuração neoliberal, que tem como forte característica a intensificação da tendência à mercantilização no domínio dos bens intelectuais – onde está incluída a ciência.

Breilh (2008) considera que alóxico modelo neoliberal opera sob a lógica “extrair, produzir e distribuir”, gerando produtos que podem ser consumidos. Esses mecanismos ficam mais explícitos em projetos de concentração e privatização do conhecimento, mas também estão operando em termos da legitimação e da hegemonia de modelos reducionistas/lineares dos paradigmas científicos, pois servem melhor à gestão *funcional* do poder.

Analisando documentos da OMS sobre promoção da saúde, por exemplo, Stotz e Araujo (2004) questionam a falta de rigor nos textos como um método de natureza política. Definições imprecisas e redações confusas não seriam *falhas*, mas mecanismos para evitar, porventura, que tais recomendações voltadas às nações “subdesenvolvidas” entrem em contradição com políticas macroeconômicas que, na realidade, agravam as desigualdades sociais – e a situação de saúde – nos países de inserção periférica no sistema capitalista. Em complemento, Barbosa (2010) considera que a supressão ou o silêncio sobre certos conceitos é uma estratégia para torná-los invisíveis, esvaziar a discussão teórica e o questionamento político:

Vivemos tempos nebulosos, em que as palavras perdem seus sentidos históricos e políticos, os significados tornam-se múltiplos, vagos, e mesmo quando se assume um tom de crítica, muitas vezes esta é superficial e genérica. (...) mesmo categorias que nasceram questionadoras da ordem vigente, como a saúde coletiva, vão perdendo seu potencial crítico na medida em que são absorvidas, integradas e, assim, naturalizadas (BARBOSA, 2010, p.10-11).

A incorporação de preceitos neoliberais na produção do conhecimento na saúde coletiva também vai influenciar as compreensões e maneiras de abordar agroecologia. O tema agroecologia não é recente nos debates políticos internacionais. No entanto,

permaneceu mais restrito aos contextos de organizações da sociedade civil voltadas à agricultura de base familiar/camponesa e ao desenvolvimento rural. Somente a partir da segunda metade dos anos 2000 que a agroecologia começa a ser considerada, junto a instâncias como o Comitê Internacional de Direitos Humanos e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), centro de pesquisa de algumas corporações do setor alimentício e ser inserida um pouco mais expressivamente nos programas governamentais.

No Brasil, é também na década de 2000 que começam a ser conquistados espaços de diálogo entre o governo e organizações do movimento agroecológico, após período, na década anterior, de intensa articulação e fortalecimento nacional entre iniciativas locais e regionais. A questão agroecológica começa assim a ser contemplada na orientação de algumas políticas públicas, ainda que de maneira indireta.

Considera-se que este contexto nacional e internacional reforça a importância de uma abordagem crítica sobre o que vem a ser agricultura de base agroecológica ou ecológica, demarcando-a em relação às soluções de “agricultura sustentável” que vem sendo difundidas na agricultura industrial. Destacando aqui a “agricultura inteligente para o clima”, uso de biotecnologias e organismos transgênicos para “intensificação ecológica” e a produção de alimentos “orgânicos” em escala industrial.

Retomando as duas perspectivas radicalmente distintas da agroecologia – uma essencialmente tecnocêntrica que a considera uma estratégia para aperfeiçoamento do sistema alimentar, e que é mais institucionalizada; outra que considera a agroecologia uma estratégia para transformação profunda desse mesmo sistema alimentar (GIRALDO; ROSSET, 2018). Associando ainda, respectivamente, essas perspectivas a grupos de perfil fortemente acadêmico que priorizam uma relação baseada na assistência técnica aos agricultores e a grupos que pressupõem a valorização das experiências dos agricultores e metodologias de construção coletiva; considera-se que a atual “ameaça” de cooptação da agroecologia está justamente no esvaziamento conceitual que a reduz a uma técnica de cultivo, incorporando-a ao discurso do desenvolvimento.

Considerando o território como categoria de análise das relações sociais de poder (MILTON SANTOS, 2005), *desterritorializar* a agroecologia equivale à sua negação enquanto conhecimento histórico e situado junto a grupos específicos na sociedade; Giraldo e Rosset (2018) cunham este termo para exprimir as formas materiais e imateriais de acumulação por espoliação. Na agricultura, as

estratégias de acumulação por espoliação são todos os mecanismos para conversão dos bens comuns a direitos de propriedade privado, buscando destituir comunidades de suas condições materiais e simbólicas de existência.

Considera-se que mesmo quando reconhece e incentiva a agroecologia a academia pode estar contribuindo para sua desterritorialização, ao omitir que sua origem que está associada aos conhecimentos de grupos populares/povos tradicionais/originários, lugares onde esse saber é vivo, dinâmico. Justamente por se pensar neutra, ao buscar legitimidade a prática científica pode ser colonizadora: operando de maneira a enfraquecer, com suas produções teóricas, a capacidade de autodeterminação e pautas políticas dos grupos e movimentos sociais engajados com agroecologia.

Reconhecidas tais tendências redutoras/normativas nas práticas acadêmicas da saúde, no lugar de mobilizar esforços na tentativa de controlá-las, “*importa produzir chaves analíticas que permitam a compreensão dos sentidos e significados da atividade científica*”(CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007, p. 3048). Por isso, para além de constatar as fragilidades produzidas no movimento de “captura-normatização-disseminação” na saúde coletiva, neste estudo o interesse é observá-lo na perspectiva da produção do conhecimento, buscando as controvérsias que instaura.

Quando um campo ou arena social captura determinado conceito e lhe atribui novo sentido, delimita também novo alcance. Esse movimento influi fortemente sobre as dinâmicas sociais. Por um lado, implica deformações e perda do conteúdo crítico; por outro, pode conferir escala a certos temas que precisam chegar e ser discutidas por parcelas mais amplas do campo científico e da sociedade.

Na última década, por exemplo, observou-se um aumento na circulação de informações sobre formas alternativas de agricultura e de alimentação nas mídias sociais e veículos de comunicação de massa, o que reforça a importância de uma abordagem crítica acerca da agricultura “sustentável”, “ecológica”, “natural”, “orgânica”. A ampliação da discussão convoca os sujeitos e grupos engajados com o movimento agroecológico a problematizar a narrativa⁹ dominante, produzindo tensionamentos, fornecendo novos elementos que podem aprofundar o debate.

Assim, o esforço de análise da produção teórica da saúde sobre a agroecologia não se direcionou a “encaixar” os textos entre duas propostas societárias opostas, reduzi-los à

⁹Utilizada aqui como equivalente ao conteúdo à prática discursiva (FOUCAULT, 2008) dos textos.

binaridade regulação/emancipação, tampouco diferenciar abordagens verdadeiras das falsas; mas compreender como determinados discursos e tomadas de posição expressam ou tencionam as referidas disputas.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos pretendem esmiuçar o percurso investigativo: busca sistemática¹⁰, análise “quali/quantitativa” e análise que combina procedimentos da análise de conteúdo e da análise do discurso. Intenta-se que o próprio caminho tomado possa ser colocado em questão, possibilitando que a leitora e o leitor possam reproduzir o método utilizado, acompanhar detalhes da análise e acessar os procedimentos nos quais se basearam as reflexões e considerações do estudo, determinando o grau de confiança que atribuirá à estas. Para Becker (1993, p. 20) *“ao invés de insistir em procedimentos mecânicos que minimizam o julgamento humano, podemos tentar tornar as bases destes julgamentos tão explícitas quanto possível, de modo que outros possam chegar a suas próprias conclusões”*.

A ideia inicial para a metodologia era realizar trabalho de campo junto a agricultores camponeses em processo inicial de transição para sistemas de cultivo ecológicos em suas terras. Após a qualificação da pesquisa, compreendeu-se que o “campo” estava nos documentos da saúde coletiva e que analisar o próprio campo poderia ser uma contribuição mais importante, neste momento, ao diálogo entre saúde e agroecologia. O tempo do mestrado não abarcaria, no entanto, dois momentos de análise: o primeiro, do corpus composto pelos textos acadêmicos; o segundo, do momento habitualmente considerado “campo” nas pesquisas de base qualitativa realizadas na saúde coletiva.

Foi feita a opção pela análise documental para investigar o lugar dos textos acadêmicos no campo científico da saúde, e a dimensão da composição das forças retóricas e/ou discursivas que reverberam para os textos. Esse campo tem como especificidade um fenômeno de hibridização: boa parte dos estudos acadêmicos buscam usar referenciais e conceitos da saúde coletiva, mas instrumentalmente o incorporam *como* saúde pública.

A escolha do artigo científico como gênero textual para o corpus de análise foi uma opção devido ao papel específico que este tipo de texto desempenha na atividade científica.

¹⁰Método elaborado por Moraes (2016) que inclui análise do discurso baseada na abordagem arqueológica de Michel Foucault de textos acadêmicos do campo da saúde coletiva.

Para Castiel e Sanz-Valero(2007), a ampliação da produção científica brasileira a partir da década de 1990, especificamente a proliferação da literatura em saúde pública/coletiva, veio acompanhado pela maior disputa por recursos para pesquisa e diminuição dos recursos públicos a ela destinados. Nesse jogo, o processo de produção do conhecimento envolve procedimentos (na dimensão de atividades produtivas e de relações sociais do pesquisador/grupo de pesquisa) que objetivam despertar o interesse de revistas científicas conceituadas no campo e “gerar impacto” suficiente para que o artigo, uma vez publicado, obtenha maior número possível de citações em publicações futuras.

Em tempos de intensa mercantilização dos bens intelectuais, os artigos são assumidos em sua dimensão de moeda corrente negociável no mercado acadêmico, cuja utilidade está relacionada à sua capacidade de contribuir, de um lado, para o que se supõe o avanço do conhecimento de determinado campo disciplinar e, de outro, conferir prestígio e influência aos seus autores (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007). A publicação e circulação dos artigos carrega uma forma implícita de exibir pesquisadores e linhas de pesquisa que incide na concentração/acesso a recursos para desenvolvimento das mesmas.

Como exemplo do campo da saúde, o conselho editorial das duas revistas classificadas como Qualis A¹¹ no Brasil é composto em sua maioria por epidemiologistas, dificultando publicações de pesquisadores das áreas das Ciências Sociais e Saúde e Política e Planejamento. As revistas que privilegiam as produções destas áreas seguem menos prestigiosas, obtendo pontuação máxima Qualis B1.14 (RUSSO E CARRARA, 2015).

Em síntese, ao optar pela análise de artigos neste estudo, mapeia-se um tipo de texto que, ao ser selecionado e publicado em determinados circuitos hegemônicos de produção do conhecimento, representa a ciência mais próxima ao capital¹² e que expressa os imperativos do produtivismo na ciência.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de recuperação de referências do Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Como estratégia para aumentar a abrangência da pesquisa, optou-se por não utilizar a rede digital com buscadores do Google Acadêmico, que possui limites de busca

¹¹Qualis-periódicos é o sistema de classificação da CAPES para avaliar a produção acadêmica/científica, com base nos artigos publicados em periódicos científicos, através das informações fornecidas no módulo Coleta de Dados da Plataforma Sucupira. Informação disponível na página do sítio da CAPES: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/qualis-periodicos-e-classificacao-de-producao-intelectual>, acessado em 14/01/2020.

¹² Define-se capital como modo de produção dominante, eixo entorno do qual as formas de organização e controle da força de trabalho e do trabalho estão articuladas para os fins do mercado mundial (QUIJANO, 2005)

relacionados à análise de metadados de cada usuário. Também não foi utilizado o Catálogo de Teses e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da fundação do Ministério da Educação (CAPES/MEC) por limitações nas ferramentas disponibilizadas no motor de busca do portal, que inviabilizaram restringir a recuperação de documentos sobre agroecologia advindos do campo da saúde.

Tampouco foram utilizadas bases internacionais de recuperação de referências como a SciverseScopus (da *Elsevier*) e PubMed (da *US National Library of Medicine*) que apesar de amplamente legitimadas no campo da saúde, tendem a indexar artigos com abordagens e temas mais afeitos aos contextos da pesquisa científica na Europa e Estados Unidos (de onde se originaram, respectivamente), podendo não refletir as principais tendências de difusão e redes de colaboração da pesquisa em saúde sobre agroecologia, levando em conta as especificidades desse campo na América Latina/Brasil em relação a outros países.

A BVS é descrita, em seu sítio na internet, cuja página de busca avançada pode ser vista na imagem abaixo (Figura 1) como uma base de recuperação de documentos aberta, estabelecida em 1998 pela BIREME como “*modelo estratégia e plataforma operacional de cooperação técnica da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para gestão da informação e conhecimento em saúde na Região da América Latina e Caribe*” (BVS, 2019).

O BIREME, Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, é um centro especializado da OPAS que tem como missão “*contribuir para o desenvolvimento da saúde nos países da AL&C por meio da democratização do acesso, publicação e uso de informação, conhecimento e evidência científica*”.

A coleção de fontes de informação do Portal está composta de bases de dados bibliográficas produzidas pela Rede BVS, como LILACS, além da base de dados Medline e outros tipos de fontes de informação tais como recursos educacionais abertos, sites de internet e eventos científicos. As fontes de informação são selecionadas de acordo com critérios aprovados pela Rede. O índice é atualizado semanalmente a partir da coleta de metadados das fontes de informação da coleção (BVS, 2020).

Figura 2 – Página da busca avançada no sítio do portal regional da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS).

Fonte: captura de imagem do sítio da Biblioteca Virtual em Saúde (<https://bvslud.org>), dia 13/01/2020.

A BVS opera através do sistema de descritores DeCS/MeSH. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) árvore hierárquica de termos criado pela BIREME para classificar os documentos do portal da BVS e segundo definição do próprio sítio da internet (atualizada em junho de 2019) objetivam servir

como uma linguagem *única* na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas fontes de informação disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foi desenvolvido a partir do MeSH - *Medical Subject Headings da U.S. National Library of Medicine* (NLM) com o objetivo de permitir o uso de terminologia comum para pesquisa em múltiplos idiomas. Além dos termos médicos originais do MeSH, foram desenvolvidas as áreas específicas de Saúde Pública, Homeopatia, Ciência e Saúde e Vigilância Sanitária. Os conceitos que compõem o DeCS são organizados em uma estrutura hierárquica permitindo a execução de pesquisa em termos mais amplos ou mais específicos ou todos os termos que pertençam a uma mesma estrutura hierárquica (DECS, 2019).

A outra base de recuperação utilizada, o SciELO, é apresentado em seu sítio da internet (SCIELO, 2020) como uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, resultado de um projeto de pesquisa da

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, que passa a contar com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a partir de 2002. O objetivo do projeto é o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Na imagem abaixo (Figura 2) é possível ver a página destinada a realização da pesquisa avançada de artigos no portal.

Figura 3– Página da pesquisa avançada de artigos no sítio da *ScientificElectronic Library Online* (SciELO).

The image shows the SciELO advanced search page. At the top, there is a logo for SciELO and navigation tabs for 'periódicos' and 'artigos'. Below these are search filters: 'alfa', 'assunto', 'pesquisa' for 'periódicos' and 'autor', 'assunto', 'pesquisa' for 'artigos'. The main heading is 'Coleção da biblioteca'. Below this, there is a bar with 'Base de dados : article' and 'Formulário básico'. The search area includes a 'Pesquisar' input field, a 'no campo' dropdown menu with options like 'Todos os índices', 'Palavras do título', 'Autor', 'Registro de Ensaaios Clínicos', 'Assunto', 'Resumo', 'Ano de publicação', 'Tipo de artigo', 'Afiliação - Organização', and 'Afiliação - País, País'. There are also buttons for 'config' and 'limpa'. The footer mentions 'BIREME/OPAS/OMS - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde'.

Fonte: captura de imagem do sitio da SciELO (<http://www.scielo.br>), em 13/01/2020.

No modo de busca padrão da BVS, a presença do termo (ou do descritor dele considerado sinônimo) é verificada automaticamente nos campos “título”, “resumo” e “assunto”. As outras opções de campos de busca são “autor”, “título”, “descritor de assunto” e “resumo”. Na busca avançada, os campos de busca expandem-se para “Revista” No SciELO, os campos disponíveis para busca de termos são “ano de publicação”, “autor”, “financiador”, “periódico”, “resumo” e “título” e “todos os índices” anteriores, e há a opção de adicionar mais de uma palavra. No modo de busca padrão, as palavras digitadas na busca são verificadas em “todos os índices”.

Levantamento bibliográfico preliminar foi realizado entre junho e outubro de 2018 no Portal Regional da BVS. Utilizando o modo de busca avançada, selecionaram-se estudos a partir dos descritores “saúde” [AND]¹³ “agroecologia”; no campo “título, resumo, assunto”, aplicando o filtro de disponibilidade de artigos completos. Procedeu-se com a leitura de todos os resumos, aplicando como critério a seleção de estudos da saúde que abordassem temas relacionados à agroecologia e, nesse momento inicial da pesquisa, experiências com agricultores familiares/camponeses. Excluíram-se estudos considerados não circunscritos ao campo da saúde coletiva e estudos voltados a fatores estritamente técnicos ligados ao manejo agrícola, chegando a 20 documentos.

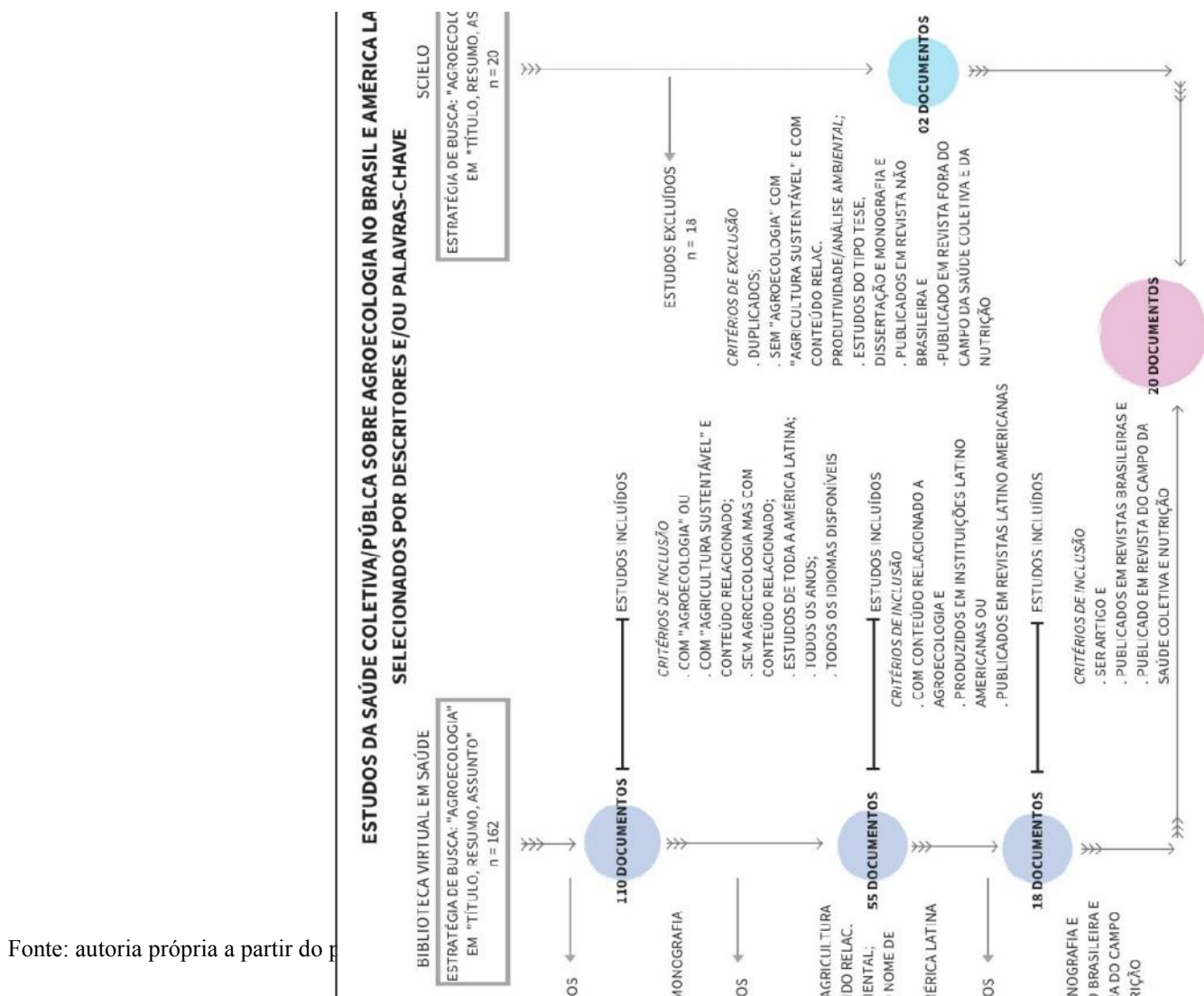
Este primeiro levantamento permitiu apreender ideias principais e significados gerais nos textos, produzindo estranhamentos e algumas impressões. Nessa primeira fase de “pré-exploração” do corpus de análise tomou-se contato com o material coletado através de uma primeira leitura geral, ainda sem o compromisso objetivo de sistematização. Para Campos (2004), essa visão inicial “menos aderente” já permite visualizar primariamente algumas pistas e indícios não óbvios nos textos.

De fato, destacaram-se na leitura alguns temas e “lugares” de onde a saúde coletiva aborda a agroecologia. A partir desses eixos temáticos primários, foi possível produzir o que este autor chama *inferências* sobre os textos, ou seja, suposições acerca da mensagem embasadas nos pressupostos teóricos das diversas concepções de mundo (por exemplo, a concepção sobre o que é saúde ou sobre a relação natureza-cultura) e também nas situações concretas (o contexto social e histórico da produção e recepção dos artigos).

A busca bibliográfica que dá corpo ao objeto empírico dessa dissertação foi atualizada nos meses de setembro e novembro de 2019, em momento de maior maturidade da pesquisa. O recorte a artigos de revistas brasileiras da saúde intentou mapear o que o campo da saúde coletiva/pública do país está produzido sobre agroecologia. A inclusão de publicações de todas as datas disponíveis foi possível pela quantidade relativamente pequena de produções científicas retornadas nas buscas. Fluxograma resumindo todas as etapas pode ser visualizado abaixo (Figura 3).

¹³ Os termos em língua inglesa “and” (e) e “or” (ou) são os elementos conectivos dos termos digitados, ferramentas que auxiliam na regulação do grau de abrangência ou refinamento da pesquisa.

Figura 4 – Fluxo da busca de publicações nas bases Biblioteca Virtual em Saúde e *Scientific Electronic Library Online*.



Fonte: autoria própria a partir do p

Inicialmente, foi feita uma busca na BVS em 13/09/2019 utilizando o termo "agroecologia", que retornou 162 resultados. No primeiro refinamento adotou-se como critério de inclusão o tipo de documento, restringindo a seleção a artigos, teses, dissertações e monografias, que retornou 126 resultados. O refinamento seguinte retirou os documentos duplicados, retornando 110 resultados. Com estes 110 documentos foi realizada uma primeira análise qualitativa através dos próprios recursos de busca disponibilizados do portal BVS, através do qual identificou-se o país de filiação do autor, o ano de publicação e a área temática e assunto principal da revista de publicação de cada documento.

Para o terceiro refinamento, realizou-se a leitura dos resumos para selecionar documentos cujos assuntos se relacionassem a agroecologia. Quando o resumo se mostrou insuficiente para tomada de decisão, procedeu-se à leitura do texto completo.

Pressupondo que, por estar registrado na BVS, o estudo e/ou a revista encontrados já são reconhecidos como pertencentes ao campo da saúde, adotou-se neste terceiro refinamento os seguintes critérios de inclusão dos documentos: seleção de teses e artigos e monografias disponibilizados em todos os anos e todos os idiomas; estudos cuja área temática da revista e assunto estava classificado como do campo da saúde (ciências da saúde, nutrição, saúde pública, medicina social); e estudos que contivessem diretamente o termo “agroecologia” no título, resumo, assunto ou palavras-chave; estudos que não contivessem o termo agroecologia mas tratassem diretamente do tema socioambiental da agricultura orgânica/sustentável. Nesta etapa, estudos provenientes de outros países da América Latina foram mantidos.

Os critérios de exclusão adotados neste terceiro refinamento para a seleção final (etapa de análise): estudos identificados pelo descritor “agricultura sustentável” e aqueles nos quais o termo agroecologia não constava no resumo, título, assunto ou entre as palavras-chave (no caso de documento do tipo artigo); e cujo conteúdo se restringia somente a uma análise ambiental ou de produtividade agrícola (como foi o caso dos provenientes das revistas de biologia e ciências rurais); estudos onde a palavra agroecologia constava somente como nome de curso ou evento, o contexto no qual a pesquisa foi realizada (jornada de agroecologia, turma de agroecologia), mas não fazia parte do tema do artigo; revistas fora da América Latina e de universidades fora da América Latina. O resultado retornou 55 artigos, teses e monografias relacionados com agroecologia e saúde.

Na quarta etapa de refinamento selecionou-se documentos produzidos por instituições brasileiras ou realizados no Brasil ou publicados em revistas brasileiras. Procedeu-se novamente com a leitura dos resumos, verificação das informações do país de origem da Revista de publicação e a filiação e instituição de origem do primeiro autor e retirou-se os documentos do tipo tese e monografia, chegando ao número de 18 artigos.

No SciELO a busca foi realizada no dia 07/11/2019, mas diferente da BVS, os termos utilizados foram agroecologia [AND] saúde em “todos os índices”, que retornou 20 resultados. No refinamento, retirou-se documentos duplicados em relação à busca anterior no portal BVS e foram adotados os mesmos critérios de inclusão e exclusão anteriores, chegando ao final ao número de 2 artigos (DAVID *et al.*, 2014; ALMEIDA *et al.*, 2017).

Para a etapa final, selecionou-se somente os estudos publicados em revistas da saúde pública/coletiva/nutrição, chegando ao número final de 20 artigos (18 selecionados a partir BVS e 2 selecionados a partir do SciELO), que compuseram o corpus da etapa de análise cujos procedimentos se aproximaram da análise de conteúdo e da análise do discurso.

Pontua-se que os artigos provenientes de revistas da nutrição foram incluídos porque, ainda primeira fase de exploração bibliográfica, destacaram-se abordagens mais críticas da agroecologia provenientes do campo da saúde coletiva na nutrição.

Os 20 artigos foram reunidos em um quadro no Programa Microsoft Excel e combinados a recursos de busca disponíveis no próprio portal da BVS para realização da análise “quali/quantitativa”. Inicialmente, foram classificados por categorias objetivas: instituição, ano de produção, local (o estado de localização da instituição de pesquisa ao qual o primeiro autor do texto é vinculado), revista de publicação, fonte de financiamento da pesquisa.

Em um segundo momento, passou-se à análise desses 20 artigos finais. Tendo como pressuposto da pesquisa a não neutralidade da ciência e, por conseguinte, que tampouco é neutra a linguagem através da qual tal ciência se expressa, a linguagem foi estudada “*enquanto forma material da ideologia*” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680) e elemento (co)formativo de realidades, e não apenas como um meio de expressar ideias ou para descrever a realidade. De outra forma, quando se fala – ou se escreve um texto – não se está expressando um significado e sim “fazendo alguma coisa”, ação em si (LUPICINIO IÑIGUEZ, 2004).

Sendo a linguagem participante da constituição do mundo, ela incide sobre a conformação das relações e práticas sociais dentro do campo científico da saúde. O discurso é considerado por Foucault (1990) uma dessas práticas sociais, daí a importância de investigar a natureza social e cultural das formações discursivas e a conexão entre as destas com a construção e manutenção da estrutura social.

Lançou-se mão, inicialmente, de abordagens quantitativas para caracterizar os textos acadêmicos, mediante elaboração de duas categorias. Da primeira categoria criada, “nível de criticidade/instrumentalização” dos campos da saúde coletiva e da agroecologia, elaborou-se gráfico de dispersão para o conjunto do corpus analítico, no intuito de produzir uma apreensão visual da associação entre tendências “instrumentais” e “críticas” nas discussões que relacionam saúde coletiva e agroecologia. Para tanto, os artigos foram avaliados segundo temas principais (apresentados junto com o gráfico de dispersão na seção 3.2). Essas categorias foram convertidas em valores numéricos para permitir a montagem do gráfico. Ressalta-se que como esses dois campos apresentam hoje níveis de estabilização muito distintos, uma consequência metodológica para esta pesquisa é uma maior facilidade de mapear as “vertentes críticas” dentro da saúde coletiva do que na agroecologia. No campo da agroecologia, por encontrar-se em fase mais inicial de consolidação, é mais desafiante o

exercício de definir quais posições em seu interior são mais ou menos portadoras de “perspectivas críticas”.

O segundo gráfico, do tipo *lollypop*, foi elaborado a partir da criação da categoria “desvio padrão”, termo emprestado da matemática para designar aqui o grau de alinhamento entre o *discurso* sobre conhecimento e o próprio *processo* de produção do conhecimento em cada artigo analisado.

A análise de conteúdo e a análise de discurso, apresentadas a seguir, foram as ferramentas selecionadas para auxiliar a reconhecer, no corpus de análise, práticas sociais discursivas características do campo científico da saúde. Os procedimentos de análise foram guias para as interpretações da autora, apoiadas, por sua vez, nas experiências de vida e acúmulos nos campos da saúde e da agroecologia.

Campos (2004) e Votre (2019) definem a análise de conteúdo (AC) como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é compreender as ideias contidas de forma identificável em um texto. Na AC, procuram-se os conteúdos manifestos (explícitos) na mensagem, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição, como os conteúdos latentes (do campo simbólico) que se associam às inferências e a intuição sobre o material estudado, não passíveis de quantificação.

A análise de conteúdo parte, portanto, do que está manifesto no texto e é nesses indícios que os resultados se apoiam, considerando os significados atribuídos pelo sujeito da pesquisa. Não deve ser totalmente vinculada ao texto e à técnica, prejudicando a capacidade intuitiva do analista, nem se reduzir a uma projeção subjetiva, na qual o texto analisado se torna um instrumento para confirmar suas próprias ideias e valores (CAMPOS, 2004).

Por reconhecer os limites de uma análise restrita aos conteúdos “manifestos” e “latentes” da mensagem, combinou-se este método à análise do discurso (AD) que trabalha, por sua vez, com os sentidos produzidos pelo texto, para além do seu conteúdo em si, entendendo que “*o enunciado não diz tudo, devendo o analista buscar os efeitos dos sentidos e, para isso, precisa sair do enunciado e chegar ao enunciável através da interpretação*” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681).

Segundo essas autoras, AD não é propriamente uma metodologia, mas uma disciplina de interpretação que surge da combinação de epistemologias das áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. Para Votre (2019), o discurso é uma entidade material, contável, condicionada, modos textualizados particulares para representar o mundo; já a rede de relações entre os discursos é chamada interdiscurso:

A formação discursiva constitui-se na relação com o interdiscurso e o intradiscurso. O interdiscurso significa os saberes constituídos na memória do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; saberes que existem antes do sujeito; saberes pré-construídos constituídos pela construção coletiva. O intradiscurso é a materialidade (fala), ou seja, a formulação do texto; o fio do discurso; a linearização do discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681).

O enfoque analítico da pesquisa foram os eixos de relação entre saúde e agroecologia: se são estabelecidos, nos textos, desde uma perspectiva mais crítica ou mais normativa. E considerando a agroecologia um campo embasado por conhecimentos de origem “popular”/“tradicional”/“indígena” e considerando conhecimento como uma forma de *poder*, interessa especialmente analisar de que formas o conhecimento/saber é legitimado nos textos.

Buscou-se levar em conta o contexto (país, ano de publicação, instituição do autor), as condições de produção e de recepção (elementos extratextuais) do conteúdo das mensagens e os interlocutores (a “quem” o texto se dirige, o grupo social para o qual o autor faz suas proposições). De acordo com Moraes (2016), na construção do corpus de análise importa também identificar o quanto um texto, ou o conjunto dos textos selecionados, joga o papel do grupo, buscando identificar as repercussões mais afeitas dos discursos com a relação social que está sendo estudada. Portanto, os limites da pesquisa se relacionam a capacidade do conjunto de 20 artigos ser representativo das práticas discursivas da literatura acadêmica da saúde.

A análise não teve como objetivo julgar o que é certo ou falacioso nos discursos da saúde sobre agroecologia, mas compreender padrões que marcam os textos, o uso recorrente de determinados conceitos e os silêncios sobre temas considerados importantes (com base no referencial teórico da pesquisa), atentando que o resultado da leitura também é uma prática social que produz sentido e é passível de equívocos.

Reconhecendo que os conflitos intelectuais são sempre, de algum aspecto, conflitos de poder (BOURDIEU, 1997), buscou-se o exercício de objetivação descrito pelo autor, que consiste em tomar distância com relação a cada um dos pontos de vista particulares, destituindo-os de sua pretensão absolutista à objetividade, sem a pretensão de anular minha própria posição de partida. Ao situar as abordagens sobre agroecologia no espaço das tomadas de posição a pretensão é de explicá-las, dar-lhes razão, torná-las inteligíveis e compreender os “*limites de validade destas tomadas de posição*” (p. 45).

De acordo com Foucault (1969, p. 90), “o discurso assim concebido não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e que o diz; é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo”.

Foram analisados, assim, conteúdos explícitos e também faltas/silenciamentos. Verificou-se a presença, ausência e distintas formas de abordagem de alguns temas e conceitos, e como os sentidos a eles atribuídos se modificam de acordo com o contexto das publicações (por exemplo, período de publicação, região do país e instituição de afiliação do autor principal). Nas leituras também emergiram “marcas linguísticas” ou “marcas de discurso” (CAREGNATO; MUTTI, 2006) que são palavras ou formas sintáticas que marcam o discurso e se repetem no material analisado, e são selecionadas para interpretação a partir justamente do estranhamento produzido.

Para compreensão da abordagem de questões relacionadas à *saúde* nos textos, verificou-se os sentidos atribuídos a conceitos como “determinação”, “determinantes”, “promoção da saúde”, “soberania alimentar”, “segurança alimentar”, “saudável”, “agrotóxico”; em relação à agroecologia, voltou-se a termos como “agroecossistema”, “transição agroecológica”, “sistema/regime agroalimentar”, “agrobiodiversidade”, “reforma agrária”, “agronegócio”, “agricultura familiar/camponesa”, “sustentabilidade”, “agricultura sustentável” e “desenvolvimento sustentável”; em relação à produção do conhecimento, atenção foi dada a termos como “educação popular”, “inter/transdisciplinaridade”, “autonomia”, “empoderamento”, “emancipação”, “participação social”. Verificou-se também a presença/discussão sobre temas como “território”, “neoliberalismo”, “classe”, “raça”, “gênero”, “arte”, “cultura”.

Ainda na etapa de “pré-exploração” do corpus analítico, estranhamentos e inferências produzidos permitiram formular algumas questões norteadoras sob a forma de indagações às publicações. Nas etapas posteriores de leitura aprofundada dos artigos, novas questões foram sendo somadas às iniciais, e em seu conjunto estão listadas abaixo.

1. O estudo em questão se vale de uma forma instrumental ou crítica do campo da saúde coletiva?
2. Qual a concepção de saúde/promoção de saúde no estudo?
3. Como se situa em relação às chaves regulação x emancipação e determinantes x determinação?

4. O estudo é instrumental ou é um engajamento para produzir tensionamentos, tanto do ponto de vista teórico como metodológico?
5. Como os saberes e a produção do conhecimento estão sendo considerados no estudo?
6. Qual a concepção de agroecologia utilizada no estudo?
7. A agroecologia está sendo considerada em suas dimensões científica, prática e de movimento social?
8. O estudo aborda formas/processos de organização social e produção do conhecimento relacionados às práticas agroecológicas?
9. Aborda-se as relações da agroecologia com outros regimes de conhecimento? Considera a origem popular/tradicional /ancestral da agroecologia?
10. Para qual área política/social de atuação se voltam às propostas em saúde e agroecologia do estudo?
11. O estudo parte de um território, de uma experiência concreta ou faz apenas uma abordagem conceitual da agroecologia?
12. Quando aborda a agricultura familiar ou a reforma agrária, o tipo de sistema de cultivo é posto em questão?
13. Qual a relação campo-cidade subjacente ao estudo?
14. Como o estudo aborda questões ligadas à classe, gênero, etnia e raça?

A partir destas quatorze perguntas e ao longo do processo de análise foram elaboradas categorias operacionais, ou seja, grandes enunciados que abarcaram os temas e marcas linguísticas identificadas. Essas categorias foram dispostas em quadro, disponível no apêndice (Apêndice 2) e são descritas a seguir.

Categorias operacionais elaboradas: abordagem da saúde, abordagem da promoção de saúde, modelo explicativo do processo saúde-doença; eixos da relação agroecologia-saúde (perguntas do estudo relacionadas: *(1) estudo em questão se vale de uma forma instrumental ou crítica do campo da saúde coletiva? (2) Qual a concepção de saúde/promoção de saúde no estudo? (3) Como se situa em relação às chaves regulação x emancipação e determinantes x determinação?*); abordagem da agroecologia; relação subjacente campo -

cidade (perguntas relacionadas: (7) *A agroecologia está sendo considerada em suas dimensões científica, prática e de movimento social?* (11) *o estudo parte de um território, de uma experiência concreta ou faz apenas uma abordagem conceitual da agroecologia? Quando aborda a agricultura familiar ou a reforma agrária, o tipo de sistema de cultivo é posto em questão?* (13) *Qual a relação campo - cidade subjacente ao estudo?*);

As categorias operacionais relacionadas à produção do conhecimento foram: legitimidade do conhecimento (atentando para a abordagem sobre poder, papel da ciência, metodologia utilizada; inter/transdisciplinaridade; educação popular; e exposição de conceitos e pontos de partida; abordagem de arte e cultura); fluxo das propostas entre academia e movimentos sociais (perguntas relacionadas: (4) *O estudo é instrumental ou é um engajamento para produzir tensionamentos, tanto do ponto de vista teórico como metodológico?* (5) *Como os saberes e a produção do conhecimento estão sendo considerados no estudo?* (9) *Aborda-se as relações da agroecologia com outros regimes de conhecimento? Considera a origem popular/tradicional /ancestral da agroecologia?* (8) *O estudo aborda formas/processos de organização social e produção do conhecimento relacionados às práticas agroecológicas?*).

Emergiram ainda as seguintes categorias: fluxo das propostas entre Estado e população/usuário dos serviços da saúde, atentando para conceitos como intersectorialidade, empoderamento, emancipação, autonomia e participação social; o “projeto societário” subjacente ao estudo, atentando se o mesmo problematizava questões como desenvolvimento, democracia, neoliberalismo/capitalismo, patriarcado, colonialismo. Considerando a tendência a uma abordagem “propositiva” nas produções acadêmicas da saúde, enquanto parte do campo das “ciências aplicadas”, identificou-se também propostas/soluções presentes nos estudos (as perguntas relacionadas a estas últimas categorias operacionais são: (10) *Para qual área política/social de atuação se voltam as propostas em saúde e agroecologia do estudo?* (14) *Como o artigo aborda questões de classe, gênero e raça e suas interseccionalidades?*).

As categorias foram organizadas no quadro, alimentado com informações, recortes das formulações dos artigos e reflexões preliminares. Ao fim das leituras, esse conteúdo foi transposto para o corpo da dissertação e a partir daí buscou-se tensionar esses documentos com os referenciais teóricos que embasam esta pesquisa (listados abaixo), elaborando discussões iniciadas no processo de leitura dos artigos. Buscou-se também uma exploração do conteúdo de cartas políticas de movimentos populares e de documentos de instituições

ligados à saúde e à agroecologia (listados a seguir) no intuito de apresentar um contraponto às perspectivas teóricas da literatura acadêmica da saúde exposta nos artigos.

Quatro documentos institucionais e de movimentos sociais produzidos de 2011 a 2019 no Brasil e América Latina foram considerados: Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências (ANA, 2011); Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (Ministério da Saúde, 2013); Declaración del Foro Internacional de Agroecología (LVC, 2015); Carta Sergipana – XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA, 2019). Foram ainda incluídas reflexões e observações pessoais produzidas ao longo do Encontro de Saúde e Agroecologia ocorrido na FIOCRUZ e do Encontro de Saberes do NEEPES, ambos realizados em dezembro de 2019.

Na análise do corpus foram incluídos alguns fragmentos das cartas e declarações acima referenciadas, no intuito de mostrar, de maneira exploratória, algumas das pautas e demandas de movimentos sociais que se contrapõem ou reforçam temas e questões emergidas dos textos da saúde analisados.

Para o corpus teórico de embasamento do estudo foram utilizados como referenciais da saúde coletiva e da agroecologia, em maioria, autores do Brasil e América Latina, destacando-se, no campo da saúde coletiva: Sevalho (2016; 2017); Oliveira (2001; 2003) Oliveira e Valla (2001); Moraes (2016); Valla (1996); e, entre os autores do campo da agroecologia: Méndez, Bacon e Cohen (2013); Claudia Schmitt (2001; 2012; 2015); Giraldo e Rosset (2018); Wit e Iles (2016), Monteiro e Londres (2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PALAVRAS IMPORTANTES! O QUE VOCALIZAM E O QUE SILENCIAM AS BASES DE BUSCA BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, os resultados estão subdivididos em duas partes: primeiro, a análise que combina procedimentos quantitativos e qualitativos (abordagem “quali/quantitativa”), realizada com documentos da literatura científica/acadêmica da saúde, publicados e divulgados em base de busca de recuperação de publicações da América Latina (grupo com 110, 55 e 20 estudos). Na segunda parte, são apresentados resultados da análise de conteúdo e do discurso realizada com 20 artigos, considerando apenas estudos de revistas brasileiras da saúde coletiva e nutrição, recuperados na BVS, que abordam agroecologia.

A etapa de busca retornou 110, 55 e 20 referências entre artigos, teses e monografia (não houve documentos do tipo dissertação) disponíveis no acervo das bases de recuperação BVS e SciELO. A seguir são apresentados os critérios utilizados para delimitar cada um desses resultados, a análise realizada (abordagem qualitativa/quantitativa) e as possibilidades e limites das bases de recuperação utilizadas, especificamente o sistema de indexação a partir de descritores das Ciências em Saúde, com atenção para aquilo que destacam ou, ao contrário, ocultam.

O primeiro resultado da busca retornou estudos acadêmicos da saúde de revistas da América Latina, totalizando 110 publicações (artigos, teses e monografia) recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde. Este recorte forneceu o panorama da produção científica da saúde em toda América Latina, nesse primeiro recorte, não necessariamente sobre agroecologia: mais precisamente sobre “agricultura sustentável”, já que foi este o descritor correspondente à palavra “agroecologia” no portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde (ponto que será desenvolvido mais adiante). Resultados deste primeiro recorte com 110 documentos ajudaram a compreender que a maior parte dos estudos identificados como do campo da saúde estão restritos a uma abordagem tecnicista da agricultura *sustentável*. A maior parte dos temas/assuntos estão ligados ao cultivo agrícola e a pecuária (insumos e remédios homeopáticos, técnicas de cultivo com experimentações biológicas/biotecnológicas); à área da nutrição/segurança alimentar e nutricional (SAN), programas e políticas públicas a elas relacionados; aos agrotóxicos, em sua relação com a saúde do trabalhador e/ou saúde ambiental.

Na etapa seguinte de análise, foram incluídos estudos acadêmicos da saúde de revistas da América Latina, totalizando 55 publicações (artigos e teses) recuperados na Biblioteca Virtual em Saúde. Esse recorte forneceu o panorama da produção sobre agroecologia no campo da saúde na América Latina. Nesse recorte, delimitou-se os estudos cuja abordagem de fato estava relacionada à agroecologia (dentro da concepção de agroecologia adotada no presente estudo, cabe remarcar). Os resultados ajudaram a compreender que as abordagens sobre agroecologia na América Latina estão concentradas no Brasil, com maioria dos temas relacionados à área da nutrição/SAN e aos agrotóxicos, analogamente ao encontrado nos 110 documentos.

A etapa final delimitou estudos acadêmicos da saúde de brasileiros, totalizando 20 artigos recuperados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Este recorte forneceu o panorama da produção sobre agroecologia no campo da saúde coletiva no Brasil, no que se refere à distribuição das instituições onde estão sendo produzidas, as regiões que estão sendo estudadas (por estado brasileiro), os principais temas/assuntos de interesse, as fontes de financiamento das pesquisas. O quadro abaixo sintetiza essas informações (Quadro 1).

Quadro 1 – Resultados* da abordagem qualitativa/quantitativa dos três recortes delimitados para o corpus analítico (110, 55 e 20 documentos).

Recorte do corpus analítico	110	55	20
Base de recuperação	BVS: 93 artigos, 16 teses, 1 monografia	BVS: 45 artigos, 10 teses	BVS: 18 artigos / SciELO: 2 artigos
Critério de inclusão	Revista/Estudo latino-americano	Revista/Estudo latino-americano sobre agroecologia	Revista/Estudo brasileiro da área da saúde coletiva e nutrição sobre agroecologia
Pergunta ao campo da saúde	Qual o panorama da produção científica sobre "agricultura sustentável" na América-Latina?	Qual o panorama da produção científica sobre agroecologia na América Latina?	Qual o panorama da produção científica da saúde coletiva sobre agroecologia no Brasil?
Resposta do campo da saúde	Maior parte produzida no Brasil (65%) e Colômbia (6%) e tem como assunto o Brasil (65%); predomínio de abordagem tecnicista da agricultura; destaque temático à nutrição/alimentação	Maior parte produzida (64%) e tem como assunto o Brasil (65%); destaque temático à nutrição/alimentação e agrotóxicos/saúde do trabalhador	Maior parte produzida nos estados da região sudeste (60%) e sul (25%); destaque temático à nutrição e promoção da saúde

Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *quais sejam: base de recuperação, critério de inclusão dos documentos, “pergunta” feita ao campo da saúde para cada recorte e a “resposta encontrada”.

Pretendeu-se demonstrar que mesmo na etapa de busca das referências bibliográficas, portanto, anterior ao desenvolvimento propriamente do estudo científico, já estão operantes variáveis que influenciam o estudo. No caso dos portais de busca, essa influência incide já de antemão pelos documentos que são disponibilizados, mas também pelos descritores e categorias (filtros e assuntos) próprios de cada base, que são previamente definidos e orientam os resultados da busca de documentos.

O primeiro resultado da etapa de busca a ser apresentado é que o termo agroecologia é identificado nos descritores da BVS como “agricultura sustentável”, tendo como sinônimos: agricultura multifuncional, agricultura sustentada, agroecologia e multifuncionalidade na agricultura; e como temas relacionados: conservação dos recursos naturais, agricultura orgânica e agricultura urbana, como observado na figura a seguir (Figura 4).

Sendo a BVS a principal base de recuperação de referências da saúde e compreendendo que seu sistema de indexação opera nesses registros, os resultados expostos são representativos do que é o campo da saúde. E, sendo a BVS, financiada pela OPAS, sua chave classificatória reflete como opera a lógica hegemônica do campo da saúde, demonstrando em qual medida este é permeável a outros campos e práticas.

Figura 5 – Árvore de descritores do sistema de indexação do portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde, segundo o qual “Agroecologia” é considerada equivalente ao descritor “Agricultura Sustentável”.

The image shows a screenshot of the BVS search interface. At the top left, there is a search bar labeled "Localizar descritor de assunto". Below it, a hierarchical tree structure is displayed under the heading "Hierarquia". The tree starts with "1. SAÚDE PÚBLICA", followed by "Saúde Ambiental", "Solo", and "Agricultura". Under "Agricultura", several sub-descriptors are listed: "Agricultura Florestal", "Agricultura Orgânica", "Agricultura Sustentável" (highlighted in bold), "Agricultura Urbana", "Agronomia", "Associações de Agricultores", "Cultivos Agrícolas", "Gossypium", "Estufas para Plantas", "Pastagens", "Irrigação Agrícola", "Hidroponia", and "Zonas Agrícolas".

To the right of the hierarchy, the selected descriptor "Agricultura Sustentável / Sustainable Agriculture / Agricultura Sostenible" is shown. Below this, there is a blue button that says "Pesquisar documentos com este descritor". Underneath the button, there are three sections: "Sinônimos:" (listing Agricultura Multifuncional, Agricultura Sustentada, Agromecânica, and Multifuncionalidade da Agricultura), "Categorias:" (listing SP4.036.407.333), and "Relacionados:" (listing Conservação dos Recursos Naturais, Agricultura Orgânica, and Agricultura Urbana).

At the bottom of the interface, there is a section titled "Restringir e pesquisar por estes aspectos:" followed by two columns of checkboxes. The first column includes: "efeitos adversos", "classificação", "etnologia", "historia", "métodos", and "pecíficas". The second column includes: "análise", "economia", "ética", "legislação & jurisprudência", "prevenção & controle", and "estatística & dados numéricos".

Fonte: captura de imagem a partir do sitio da Biblioteca Virtual em Saúde (<https://bvsalud.org>), em 13/09/2019.

O limite da quantidade de textos encontrados está ligado à nomenclatura pelos DeCS e o que é considerado agroecologia segundo esta lógica. A ausência do termo agroecologia entre os descritores demonstra que agroecologia está fora do escopo de termos reconhecidos como da área da saúde. A equivalência a “agricultura sustentável” demonstra agroecologia compreendida na saúde como um conjunto de técnicas, uma “ciência dura”. Este primeiro resultado demonstra, já de partida, um processo invisibilização e de esvaziamento da agroecologia no campo da saúde.

Outro desdobramento da equivalência do termo “agroecologia” ao descritor “agricultura sustentável”, no sistema de indexação da BVS é que quase metade dos estudos recuperados (55 de 110 resultados), não se relaciona ao conceito de agroecologia assumido nesta dissertação, com base nos referenciais teóricos utilizados, quais sejam Méndez, Bacon e Cohen (2013); Giraldo e Rosset (2015); Wit e Iles (2016); Schmitt (2012).

Já no SciELO, o fato de que somente 2 entre 20 publicações (da busca avançada com os termos “saúde” AND “agroecologia”) não constava na BVS, reforça que as publicações mais reconhecidas que relacionam “saúde e agroecologia” estão reconhecidas pela Biblioteca Regional em Saúde.

A seguir apresentam-se mais detalhadamente os resultados da abordagem quali/quanti realizada com 110, 55 e 20 documentos. Os gráficos, figuras e quadros, objetivam auxiliar a interpretação dos resultados.

4.1.1 Análise de estudos acadêmicos da saúde de revistas da América Latina– 110 publicações (artigos, teses e monografia) recuperados na Biblioteca Virtual em Saúde

O primeiro resultado é composto por estudos da área da saúde publicados em revistas latino-americanas, em todos os idiomas e períodos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde. Os 110 documentos, entre artigos, teses e monografia, foram caracterizados por assunto principal (Tabela 1, Gráfico 1 e Tabela 2), lugar de produção do estudo de acordo com a localização da instituição de afiliação do primeiro autor por país e estado brasileiro (Figura 7, Tabela 3 e Figura 8), especificação da instituição brasileira de afiliação do primeiro autor (Tabela 4), região como assunto do estudo (Figura 9 e Figura 10).

A tabela a seguir (Tabela 1) mostra a quantidade de documentos publicados de acordo com o assunto/tema principal dos 110 estudos da saúde.

Tabela 1 –Caracterização dos estudos*científicos da saúde de revistas da América Latina por assunto principal.

ASSUNTO	QUANT. DOCUMENTOS	QUANT. PROPORCIONAL
Nutrição SAN Programas e políticas de nutr. e alim.	16	15%
Agropecuária (cultivo agrícola e pecuária)	13	12%
Saúde ambiental Saúde trabalhador Agrotóxicos	13	12%
Homeopatia	9	8%
Agroecologia Agropecuária	9	8%
Agroecologia Promoção/práticas saúde	6	5%
Agroecologia Produção do Conhecimento	6	5%
Arte Comunicação Psicologia	6	5%
Educação Produção Conhecimento	6	5%
Plantas Medicinais	6	5%
Des. Sustentável Mudanças Climáticas	5	5%
Biologia Biotecnologia	5	5%
Agricultura orgânica	4	4%
Agroecologia Qualidade de vida Comportamento	4	4%
Agroecologia Org. Geneticamente Modificados	2	2%
TOTAL	110	100%

Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 110 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde, associadas ao descritor “agricultura sustentável”.

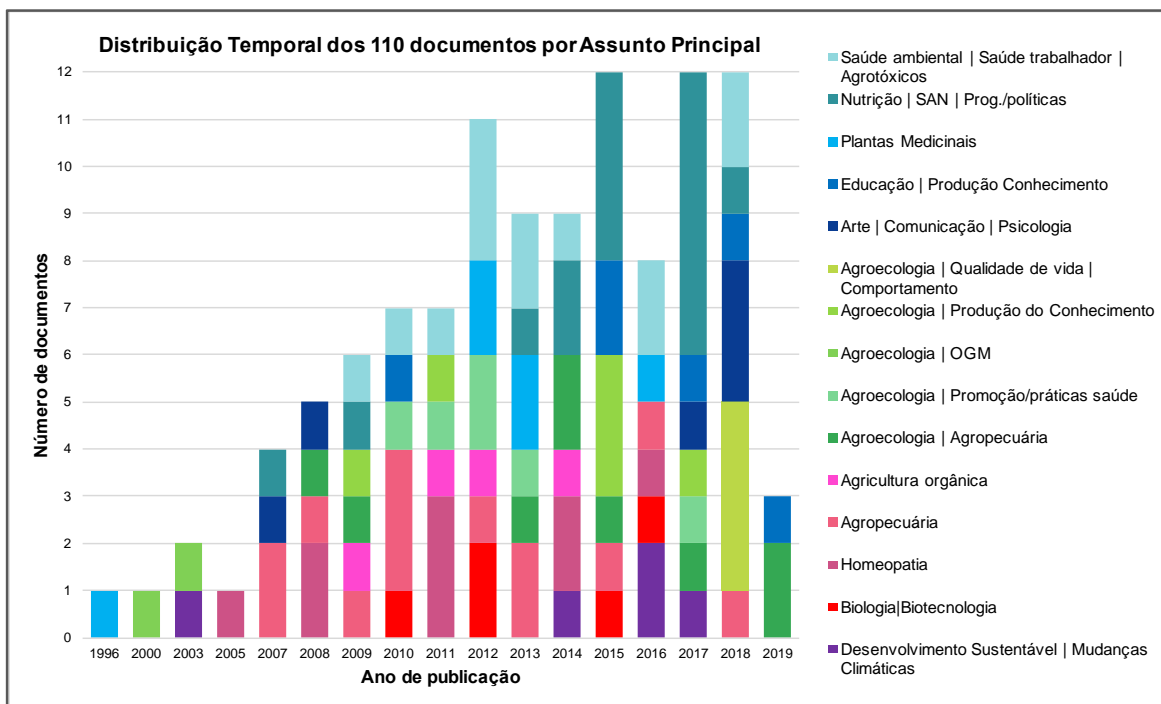
O “assunto principal” dos documentos foi determinado a partir de uma interpretação dos assuntos do menu fornecido pela própria BVS. O portal regional da BVS delimita, de acordo com critérios próprios, o(s) assunto(s) principal(ais) para categorizar cada documento. Assim, para cada documento, foi selecionado um ou mais desses termos, verificando sua representatividade em relação ao título de cada estudo. O assunto “Agricultura Sustentável” foi desconsiderado entre os assuntos principais, considerando que todos os documentos já estavam agrupados exatamente em torno deste descritor. Nos casos em não havia indicação do assunto do documento, foi utilizado o “Tema da Revista” e/ou foram verificadas as Palavras-chave dos documentos (neste caso determinadas pelos próprios autores e não pelo sistema de indexação da BVS). Unindo esses procedimentos à leitura dos títulos e, em alguns casos, também do resumo dos documentos, chegou-se ao tema final de cada estudo, que em seguida foram organizados em 15 agrupamentos de “assunto final”. Cada documento foi classificado em um desses agrupamentos, como pode ser verificado na tabela acima (Tabela 2) e no

gráfico abaixo (Gráfico 1) que ainda relacionam os assuntos ao período de publicação. Quadro disponível no apêndice (Apêndice 1) esclarece o processo de classificação descrito.

Como pode ser verificado na tabela acima (Tabela 1), 15% dos 110 artigos aborda temas ligados ao campo da nutrição, da segurança alimentar e nutricional (SAN), políticas públicas e programas a ela relacionados sem necessariamente fazer referência ao tema “agroecologia”. Os artigos classificados por assunto principal “Agropecuária – cultivo agrícola e pecuária” (12% do total) e “Homeopatia” (8% do total) estão relacionados, pois se voltam a técnicas de produção e manejo *in situ*, experimentações biológicas/biotecnológicas e uso de insumos e remédios homeopáticos e não se associam ao tema “agroecologia” (considerando que o termo não aparece no título dos estudos). Com base neste resultado, considera-se que a técnica/gestão da produção agrícola é o assunto dominante (20% do total de documentos), associado à busca do termo “agroecologia” (mais especificamente ao descritor “agricultura sustentável”) entre os estudos publicados em revistas da América Latina disponíveis na BVS.

Outro assunto que se destaca é “Saúde ambiental – Saúde do Trabalhador – Agrotóxicos”, correspondendo a 12% do total. Publicações que explicitamente abordam agroecologia foram classificadas nos assuntos “Agroecologia – Agropecuária”, “Agroecologia – Promoção/prática de Saúde”; “Agroecologia – Produção do conhecimento” e somam 18% dos 110 documentos.

Gráfico 1– Caracterização dos estudos*científicos da saúde de revistas da América Latinapor ano de publicação e assunto/tema principal do estudo.



Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 110 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde, associadas ao descritor “agricultura sustentável”.

O gráfico acima (Gráfico 1) e a próxima tabela (Tabela 2) mostram transformações nos assuntos principais abordados ao longo do período comportado entre a primeira publicação associada a “agricultura sustentável” em 1996 e a última publicada no momento de realização da busca na BVS, no segundo semestre de 2019. Como a busca bibliográfica foi realizada no último trimestre de 2019, as publicações referentes a este ano 2019 não são representativas do total produzido.

Tabela 2 –Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina por quantidade de publicações a cada ano, classificadas por assunto/tema principal do estudo.

ANO	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS ESTUDOS POR ASSUNTO	QUANT TOTAL
1996	1 - Plantas Medicinais	1
2000	1 - Agroecologia Organismos Geneticamente Modificados (OGM)	1
2003	1 - Agroecologia OGM; 1 - Desenvolvimento sustentável Mudanças climáticas	2
2005	1 - Homeopatia	1
2007	1 - Arte Comunicação Psicologia; 2 - Agropecuária; 1 - Nutrição SAN Prog./políticas	4
2008	2 - Homeopatia; 1 - Agropecuária; 1 - Agroecologia Agropecuária; 1 - Arte Comunicação Psicologia	5
2009	1- Agricultura orgânica; 1- Agropecuária; 1- Agroecologia Agropecuária; 1 - Agroecologia Produção conhecimento; 1 - Nutrição SAN Prog./políticas; 1 - Saúde ambiental Saúde trabalhador Agrotóxicos	6
2010	3 - Agropecuária; 1 - Biologia Biotecnologia; 1 - Agroecologia Promoção/práticas saúde; 1 - Agrotóxicos Saúde ambiental; 1 - Educação Produção conh.;	7
2011	3 - Homeopatia; 1 - Agrotóxicos Saúde do trabalhador; 1 - Agroecologia Promoção/práticas saúde; 1 - Agroecologia Produção conhecimento; 1 - Agricultura orgânica	7
2012	3 - Saúde ambiental Saúde trabalhador Agrotóxicos; 2 - Agroecologia Promoção/práticas saúde; 2 - Biologia Biotecnologia; 2 - Plantas medicinais; 1 - Agricultura orgânica; 1 - Agropecuária	11
2013	2 - Saúde ambiental Saúde trabalhador Agrotóxicos; 2- Plantas medicinais; 2 - Agropecuária; 1 - Agroecologia Agropecuária; 1 - Agroecologia Promoção/práticas saúde; 1 - Nutrição SAN Prog./políticas	9
2014	2 - Nutrição SAN Prog./políticas ; 1 - Desenvolvimento sustentável Mudanças climáticas; 2 - Homeopatia; 2 - Agroecologia Agropecuária; 1 - Agricultura orgânica; 1 - Saúde ambiental Saúde trabalhador Agrotóxicos	9
2015	4 - Nutrição SAN Prog./políticas; 2- Educação Produção conh.; 3 - Agroecologia Produção conhecimento; 1 - Agroecologia Agropecuária; 1 - Biologia Biotecnologia; 1 - Agropecuária	12
2016	2 - Desenvolvimento sustentável Mudanças climáticas; 2 - Saúde ambiental Saúde trabalhador Agrotóxicos; 1 - Biologia Biotecnologia; 1 - Homeopatia; 1 - Plantas Medicinais; 1 - Agropecuária	8
2017	6 - Nutrição SAN Prog./políticas ; 1 - Arte Comunicação Psicologia 1 - Agroecologia Promoção/práticas saúde; 1 - Agroecologia Produção Conhecimento; 1 - Educação Produção conh.; 1 - Desenvolvimento sustentável Mudanças climáticas; 1 - Agroecologia Agropecuária	12
2018	4 - Agroecologia Qualidade de vida Comportamento; 3 - Arte Comunicação Psicologia; 1 - Educação Produção conh.; 2 - Saúde ambiental Saúde trabalhador Agrotóxicos; 1 - Agropecuária; 1 - Nutrição SAN Prog./políticas	12
2019	2 - Agroecologia Agropecuária; 1 - Educação Produção Conhecimento	3
TOTAL		110

Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 110 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde, associadas ao descritor “agricultura sustentável”.

A primeira publicação aparece na BVS em 1996, um estudo da Costa Rica sobre plantas medicinais intitulado “Jardínbotánico de plantas medicinales, aromáticas y plagicidas del Valle de Ujarrás”, que não faz menção à agroecologia. O estudo seguinte disponível publicado quatro anos depois, elaborado por autor afiliado nos Estados Unidos, já trazendo “Agroecologia” como tema. Nos cinco anos seguintes aparecem mais três

publicações e, a partir de 2007, aumentam ano a ano em quantidade. Relembre-se que o número de documentos em 2019 é provavelmente inferior ao total produzido e publicado neste ano.

Agroecologia (tons de verde no Gráfico 1) aparece explicitamente como assunto a partir do final da década de 2000. Abordagens técnicas/gerenciais da agricultura ligadas às ciências naturais e não necessariamente associadas ao tema “Agroecologia” (tons de rosa e vermelho no Gráfico 1), concentram-se entre 2005 e 2016, comportandoos assuntos “Agricultura Orgânica”; “Agropecuária”, “Homeopatia” e “Biologia – Biotecnologia”.

Observa-se expressiva diversificação nos temas/assuntos abordados a partir de 2009; ainda, houve diminuição proporcional, a partir de 2012, da quantidade de estudos voltados a aspectos técnicos da “agricultura sustentável”, em comparação aos estudos temas ligados à educação, nutrição, e a própria agroecologia. Em tons de azul (Gráfico 1) estão assuntos não necessariamente associados à agroecologia, mas que tampouco se associam a abordagens tecnicistas da agricultura (Saúde ambiental – Saúde do Trabalhador – Agrotóxicos; Nutrição – SAN – Programas/políticas públicas; Plantas Medicinais; Educação – Produção do Conhecimento; Arte – Comunicação – Psicologia).

Estudos sobre “Saúde ambiental – Saúde do Trabalhador – Agrotóxicos” emergem em 2009 e a partir de então permanecem em quase todos os anos seguintes, similar ao que acontece com os assuntos “Nutrição – SAN – Programas/políticas públicas”. “Educação – Produção do conhecimento” ganha mais relevância e a partir de 2015. Apesar de agrupadas no mesmo assunto (tom de azul mais escuro no Gráfico 1), publicações na área de “Psicologia” aparecem em 2007, enquanto as da área de “Arte – Comunicação” emergem apenas em 2018. Por fim, o assunto “Desenvolvimento Sustentável” aparece em 2003 e 2016 e “Mudanças Climáticas” em 2014 e 2017.

Em relação ao assunto “Agrotóxicos”, apesar deste termo aparecer no título e/ou Palavras-chave entre os 110 documentos recuperados, ele é convertido no portal regional da BVS para o descritor “Agroquímicos”, ao ser traduzido do descritor em inglês “*Agrochemicals*” (língua original do DeCS/MeSH, sistema de descritores em Ciências da Saúde utilizados na indexação das publicações acadêmicas da saúde Ciências da Saúde usado na BVS). Como visualizado abaixo (Figura 5), o descritor “Agroquímicos” tem ainda como sinônimos “Produtos Agroquímicos” e “Defensivo(s) Agrícola(s)”, e se associa hierarquicamente aos descritores “Fertilizantes” e “Praguicidas”.

Figura 6 – Árvore de descritores do sistema de indexação do portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde, segundo o qual “Agrotóxico” é considerado equivalente ao descritor “Agroquímico”.

The image shows a web interface for finding descriptors. At the top, there is a search box labeled "Localizar descritor de assunto". Below it, a "Hierarquia" (Hierarchy) section lists various categories under "1. COMPOSTOS QUÍMICOS E DROGAS". The "Agroquímicos" category is highlighted. To the right, a detailed view for "Agroquímicos / Agrochemicals / Agroquímicos" is shown, including a definition, synonyms, categories, and related terms.

Localizar descritor de assunto

Hierarquia

- 1. COMPOSTOS QUÍMICOS E DROGAS
 - Ações Químicas e Utilizações
 - Usos Especializados de Substâncias Químicas
 - Adesivos
 - Agroquímicos
 - Fertilizantes
 - Praguicidas
 - Substâncias Antieleticidade Estética
 - Materiais Biomédicos e Odontológicos
 - Cáusticos
 - Corantes
 - Meios de Contraste
 - Cosméticos
 - Desinfetantes
 - Substâncias Explosivos
 - Fixadores
 - Retardadores de Chama
 - Ingredientes de Alimentos
 - Higroscópicos

Agroquímicos / Agrochemicals / Agroquímicos

Substâncias químicas usadas na agricultura. Compreendem praguicidas, fumigantes, fertilizantes, hormônios vegetais, esteroides, antibióticos, micotoxinas, etc.

Sinônimos:

- Agrotóxico
- Agrotóxicos
- Defensivo Agrícola
- Defensivos Agrícolas
- Produtos Agroquímicos

Categorias:

- D27.720.031

Relacionados:

- Praguicidas

Fonte: captura de imagem a partir do sitio da Biblioteca Virtual em Saúde (<https://bvsalud.org>), em 24/01/2020.

Ressalta-se que na própria árvore hierárquica de termos da BVS “Agrotóxico” aparece a associado à Vigilância Sanitária pelo descritor com “Limite Máximo de Agrotóxico em Alimentos”(Figura 6) associado, portanto, à existência de um nível de *uso seguro* de agrotóxicos (discussão desenvolvida mais a frente) que é determinado a partir de estimativas toxicológicas de risco. O uso dos agrotóxicos é assim justificado, ou legitimado, pelo campo da saúde.

Figura 7 – Árvore de descritores do sistema de indexação do portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde, no qual a palavra “agrotóxico” aparece inserida ao descritor “Limite Máximo de Agrotóxicos em Alimentos”, remetendo a existência de um “uso seguro” de tais substâncias.



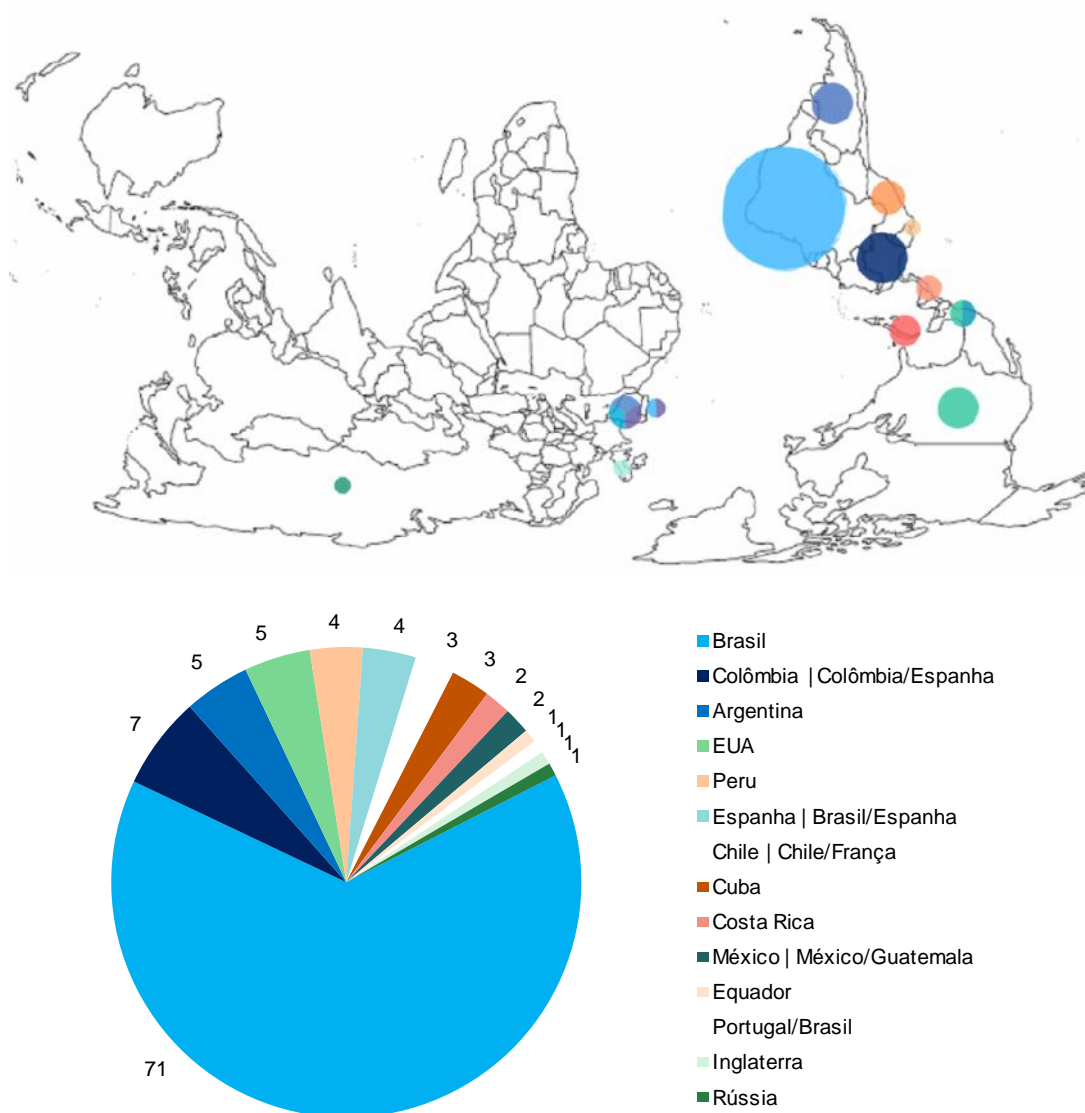
Fonte: captura de imagem a partir do sitio da Biblioteca Virtual em Saúde (<https://bvshalud.org>), em 24/01/2020.

A presença dos descritores “Agrotóxico” e da palavra “Agroecologia” nas bases de recuperação de publicações da literatura científica da saúde é ponto de partida para o reconhecimento, na grande área das Ciências da Saúde, de que esses temas existem, são relevantes e estão em disputa. Ao contrário, sua equivalência a termos genéricos como “Agricultura Sustentável” e eufemismos como “Agroquímico” e “Defensivo agrícola”, respectivamente, podem ser indicativos de mecanismos de apaziguamento dos embates ligados à questão agrária e ambiental, que podem ter efeito limitante no avanço das discussões críticas sobre tais temas na saúde coletiva.

Na sequência da análise dos documentos provenientes de revistas da América Latina, foi identificado o país de afiliação do autor principal, ou seja, o país onde se localiza a instituição acadêmica na qual o autor principal estava afiliado no momento de publicação do estudo. O gráfico e mapa¹⁴ abaixo (Figura 7) e tabela (Tabela 3) ilustram esses resultados.

¹⁴O mapa é apresentado na posição invertida referenciando obra “América Invertida”, de 1943, do artista hispano-uruguaio Joaquín Torres García. O intuito deste deslocamento na perspectiva do mapa mundi (que é em si uma abstração, porém uma abstração já convencional), é convidar a um outro olhar, com o Sul orientado ao topo “porque” - nas palavras do artista (Ribeiro (RIBEIRO, 2014) - “*en realidad nuestro norte es el sur*”).

Figura 8 –Mapa e gráfico de caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo país onde está localizada a instituição de afiliação do primeiro autor.



Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, e do programa online e gratuito Canva (<http://canva.com>), 2020. Imagem ilustrativa; confecção do mapa cartográfico não seguiu parâmetros de escala. * Recorte com 110 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde, associadas ao descritor “agricultura sustentável”.

Mais da metade das publicações foi produzida em instituições do Brasil (65% do total de 110 documentos). Destaque em seguida para a Colômbia (6%) e Argentina (5%). A presença de países fora da América Latina (Rússia, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos e Espanha) significa que os autores estão associados a instituições desses respectivos países, porém associam à América Latina (seja pelo tema da publicação, região como assunto ou

instituições parceiras), o que justifica sua publicação em revistas latino-americanas e, por conseguinte, inclusão no portal regional da BVS.

Tabela 3 – caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo o país onde está localizada a instituição de afiliação do primeiro autor.

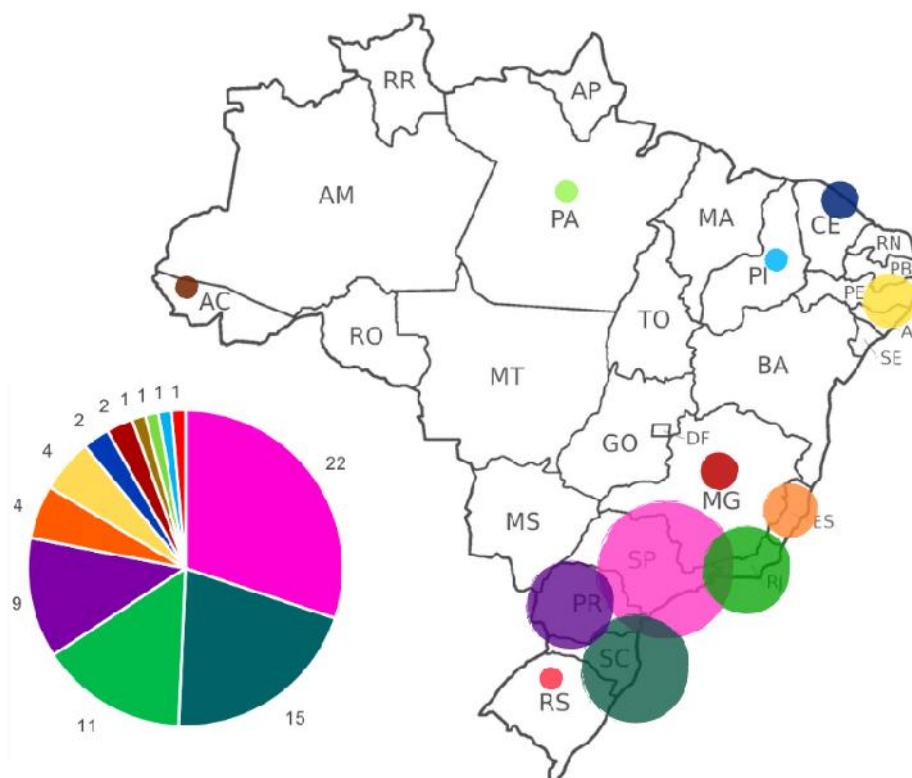
PAÍS DE AFILIAÇÃO	QUANT. DOCUMENTOS	QUANT. PROPORCIONAL
Brasil	71	65%
Colômbia Colômbia/Espanha	7	6%
Argentina	5	5%
EUA	5	5%
Peru	4	4%
Espanha Brasil/Espanha	4	4%
Chile Chile/França	3	3%
Cuba	3	3%
Costa Rica	2	2%
México México/Guatemala	2	2%
Equador	1	1%
Brasil/Portugal	1	1%
Inglaterra	1	1%
Rússia	1	1%
TOTAL	110	100%

Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 110 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde, associadas ao descritor “agricultura sustentável”.

Recortando, na sequência, as 110 publicações para considerar apenas autores afiliados a instituições brasileiras, chega-se a 73 documentos. Apesar do Brasil aparecer como país de afiliação em 71 documentos, soma-se a esse número 2 publicações (uma com autores do Brasil e Espanha e outra com autores do Brasil e Portugal) em que o primeiro autor está afiliado a instituição brasileira. Na classificação ilustrada na Figura 7 e na Tabela 3, acima, optou-se por manter a indicação da parceria interinstitucional, para enfatizar a diversidade de países participantes do conjunto analisado.

Pela análise dos resultados, os estados que concentram o maior número de publicações estão localizados na região sudeste e sul. Na imagem (Figura 8) visualiza-se 22 documentos associados a instituições do estado de São Paulo, 15 de Santa Catarina, 11 do Rio de Janeiro e 9 do estado do Paraná.

Figura 9 – Mapa e gráfico de caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo estado brasileiro onde está localizada a instituição de afiliação do primeiro autor.



Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel e do programa online e gratuito Canva (<http://canva.com>), 2020. Imagem ilustrativa; confecção do mapa cartográfico não seguiu parâmetros de escala. *Recorte feito com 73 (Brasil como país de afiliação) entre as 110 publicações (toda América Latina) recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde, associadas ao descritor “agricultura sustentável”.

Na tabela abaixo (Tabela 4), refina-se que 77% (17 em 23 documentos) das publicações do estado de São Paulo estão associados à Universidade de São Paulo (USP); 60% das publicações de Santa Catarina provêm da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A Fiocruz é responsável por 13% (10 em 73) do total de estudos brasileiros, se somadas as 6 publicações da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP, no Rio de Janeiro) e as 4 do Instituto Aggeu Magalhães (IAM, em Pernambuco), apresentando número superior que a UFSC, com 12% do total (9 em 73).

Ainda, 9 documentos foram produzidos em instituições no Rio de Janeiro, 9 no Paraná, 4 no Espírito Santo e Pernambuco, 2 no Ceará e Minas Gerais, e 1 documento provém de cada instituição do Acre (AC), Pará (PA), Piauí (PI) e Rio Grande do Sul (RS).

Tabela 4—Caracterizaçãodos estudos*científicos da saúde de revistas da América Latina por número de publicações segundo estado brasileiro da instituição de afiliação do primeiro autor.

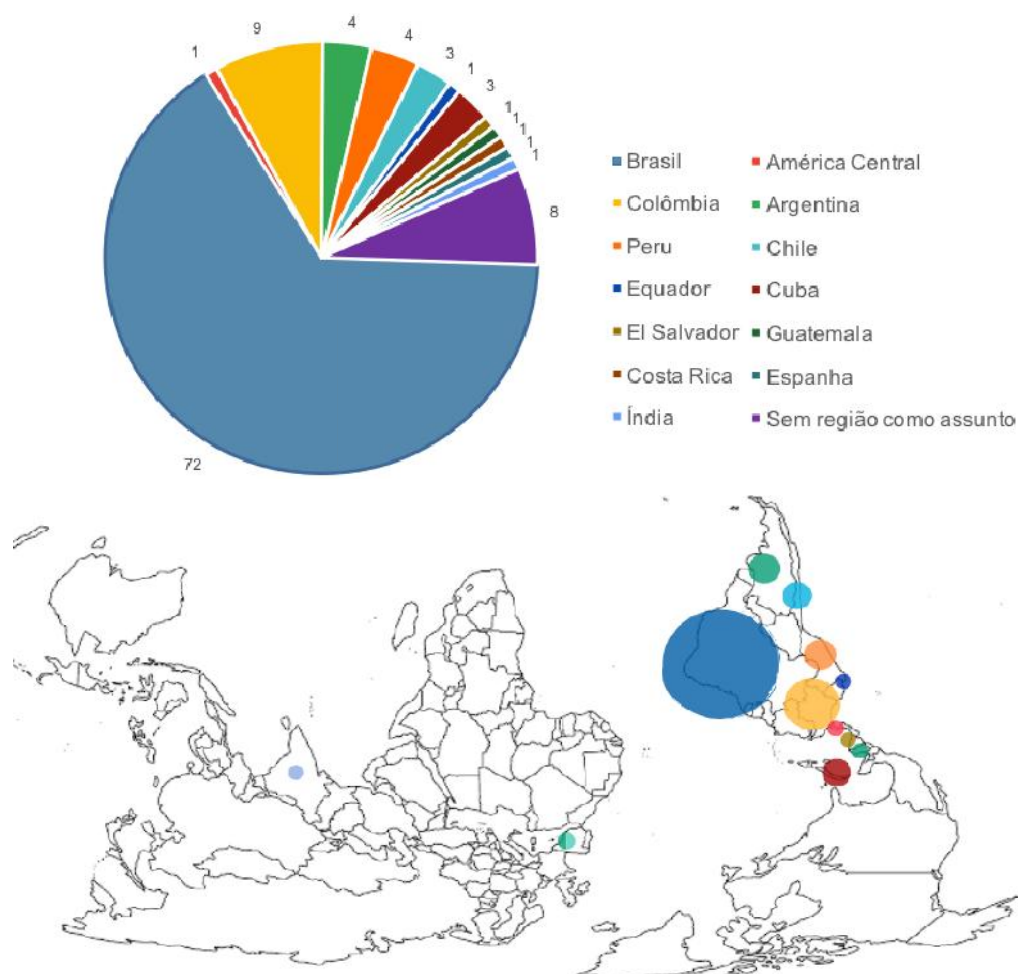
INSTITUIÇÃO	ESTADO	QUANT. DOCUMENTOS	QUANT. PROPORCIONAL (TOTAL DO BRASIL)	QUANT. PROPORCIONAL (TOTAL POR ESTADO)
USP	SP	17	23%	77%
UFSC	SC	9	12%	60%
ENSP/FIOCRUZ	RJ	6	8%	55%
IAM/FIOCRUZ	PE	4	5%	100%
EPAGRI	SC	4	5%	27%
UNICENTRO	PR	3	4%	33%
UFES	ES	2	3%	50%
UFV	ES	2	3%	50%
UEM	PR	2	3%	22%
UENP	PR	2	3%	22%
UFRRJ	RJ	2	3%	18%
UFSCar	SP	2	3%	9%
UFCE	CE	1	1%	50%
UEC	CE	1	1%	50%
EMBRAPA/UFMG	MG	1	1%	50%
UFJF/UFV	MG	1	1%	50%
UEPA/UCFG	PA	1	1%	100%
UFPI	PI	1	1%	100%
IAPR	PR	1	1%	11%
UFPR	PR	1	1%	25%
UENFDR	RJ	1	1%	9%
UFSM	RJ	1	1%	9%
UFRJ	RJ	1	1%	9%
PUC-RS	RS	1	1%	100%
IFSC	SC	1	1%	7%
UFFS	SC	1	1%	7%
PUC-SP	SP	1	1%	5%
UAM	SP	1	1%	5%
FJDSMT	SP	1	1%	5%
EMBRAPA/UFA	AC	1	1%	5%
TOTAL BRASIL		73	100%	-

Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte feito com 73 (Brasil como país de afiliação) entre as 110 publicações (toda América Latina) recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde, associadas ao descritor “agricultura sustentável”. Mostra-se, em porcentagem, relação entre número de publicações da instituição e o total de publicações do Brasil (73) e o total de publicações no mesmo estado brasileiro.

As imagens abaixo ilustram o lugar como assunto dos 110 documentos (Figura 9 e Figura 10). Para determinar o país ou o estado brasileiro como assunto de cada estudo, verificou-se inicialmente se tal informação estava disponível a partir do próprio filtro de refinamento de pesquisa “Região Como Assunto do Estudo” da BVS. No caso em que a

região não era especificada, procedeu-se com a leitura do resumo e do corpo do estudo para identificar a região como assunto e/ou como lugar onde foi realizada a pesquisa. Ressalta-se que, nos casos em que a classificação por região já estava disponível na BVS, porém de maneira genérica como “América do Sul/Brasil” e no corpo do documento constava mais precisamente o local de realização da pesquisa, optou-se pela segunda, para então determinar o “país como assunto” e o “estado brasileiro como assunto”.

Figura 10 – Mapa e gráfico de caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo país como assunto (tema e/ou local de realização).



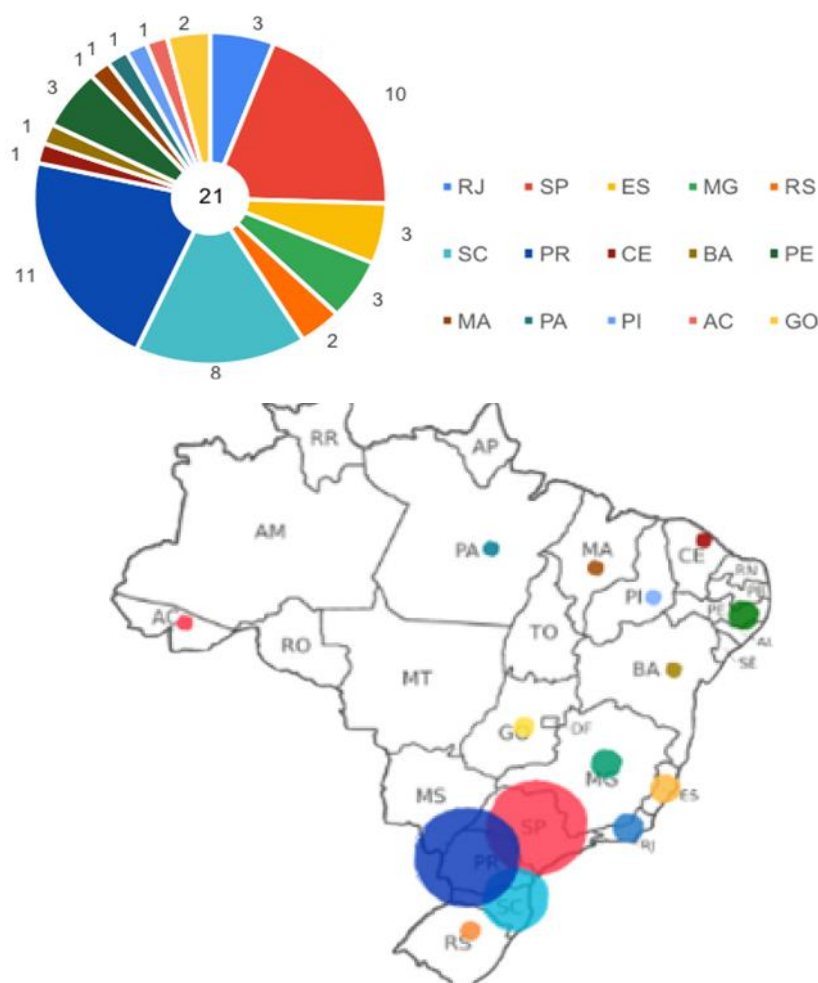
Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel e do programa online e gratuito Canva (<http://canva.com>), 2020. Imagem ilustrativa; confecção do mapa cartográfico não seguiu parâmetros de escala. *Recorte com 110 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde, associadas ao descritor “agricultura sustentável”

Entre os 110 estudos, em 8 não foi identificada especificação da região como tema ou local de realização da pesquisa (legendado no mapa “Sem região como assunto, tonalidade roxa). Entre esses 8 estudos teóricos, nenhum foi produzido no Brasil (considerando a instituição/país de afiliação do primeiro autor). Por outro lado, um total de 72 entre os 110

documentos tem o Brasil como tema e/ou lugar de investigação do estudo. Na sequência, 9 estudos voltam-se à Colômbia, 4 à Argentina e Peru, 3 Chile e Cuba. A região da América Central, e os países Equador, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Espanha e Índia são assunto de 1 publicação, cada.

Como também verificado em relação às regiões que produzem e divulgam estudos da saúde ligados à “agricultura sustentável”, sudeste e sul também são as regiões brasileiras mais *estudadas* (locais e/ou populações/grupos), como visualizado no mapa e gráfico a seguir (Figura 10). 11 documentos estão voltados a locais no interior do estado do Paraná, 10 em São Paulo e 8 em Santa Catarina. Distintamente do que ocorre com os estados de afiliação do primeiro autor, há maior diversidade de estados brasileiros como objeto/tema/local de realização da pesquisa, em relação aos estados de produção.

Figura 11 – Mapa e gráfico de caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina segundo estado brasileiro como assunto (tema e/ou local de realização).



Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel e do programa online e gratuito Canva (<http://canva.com>), 2020. Imagem ilustrativa; confecção do mapa cartográfico não seguiu parâmetros de escala. *Recorte feito com 72 entre as 110 publicações (toda América Latina) recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde, associadas ao descritor “agricultura sustentável”. No centro do gráfico, “21” representa a quantidade de estudos (entre os 72) que não se voltam a uma região específica e, por conseguinte, não estão representados no mapa.

4.1.2 Análise de estudos acadêmicos da saúde de revistas da América Latina– 55 publicações (artigos e teses) recuperados na Biblioteca Virtual em Saúde

O segundo resultado é composto por estudos diretamente relacionados ao tema da agroecologia publicados em de revistas a área da saúde latino-americanas, em todos os idiomas e períodos disponibilizados no portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde. 55 documentos, entre artigos e teses, foram caracterizados por assunto principal (Tabela 5, Gráfico 2), lugar de produção do estudo de acordo com a localização da instituição de

afiliação do primeiro autor por país e estado brasileiro (Gráfico 3), e região como assunto do estudo por país da América Latina e por estado brasileiro (Gráfico 4).

A análise dos documentos por assunto principal¹⁵ (Tabela 5 e Gráfico 2) expõe que a maioria dos temas se associa à “Nutrição Segurança Alimentar e Nutricional/Programas e políticas / públicas”, e ao tema “Saúde Ambiental – Saúde do Trabalhador – Agrotóxicos”, correspondendo cada uma a 18% do total de 55 publicações, a estes últimos associa-se 2 estudos sobre “Agroecologia – Organismos Geneticamente Modificados (OGM)”. Este resultado também mostra que 10 entre as 16 publicações sobre nutrição/SAN e 10 em 13 publicações sobre agrotóxicos estão relacionadas à agroecologia (em relação à classificação anterior, com 110 documentos). Mesma conclusão é estendida aos demais assuntos principais.

Outro assunto que emerge com mais destaque é “Agroecologia – Promoção/práticas de saúde”, que reflete esforços de associação teórica entre a agroecologia e o conceito de promoção da saúde, que permanece entre os estudos brasileiros (recorte abordado na sequência, relativo a 20 artigos). Na sequência, 20% dos estudos se relacionam à produção do conhecimento e/ou a educação (desses, 11% – 6 documentos – abordam explicitamente o tema “agroecologia”). Difere da análise anterior (110 documentos associados na BVS ao descritor “Agricultura Sustentável”) que, quando associados a agroecologia, diminui-se a proporção de estudos técnicos sobre agricultura (técnicas de produção agropecuária, experimentações biológicas/biotecnológicas): apenas 7% (5% “Agroecologia – Agropecuária e 2% Biologia – Biotecnologia), sendo que publicações da área da Homeopatia (produção de medicamentos para sistemas agrícolas e pecuários) não estão mais presentes.

¹⁵Para detalhamento dos critérios de classificação por assunto principal, voltar ao à seção 3.1.1 Análise de estudos acadêmicos da saúde de revistas da América Latina – 110 publicações (artigos, teses e monografia) recuperados na Biblioteca Virtual em Saúde. *

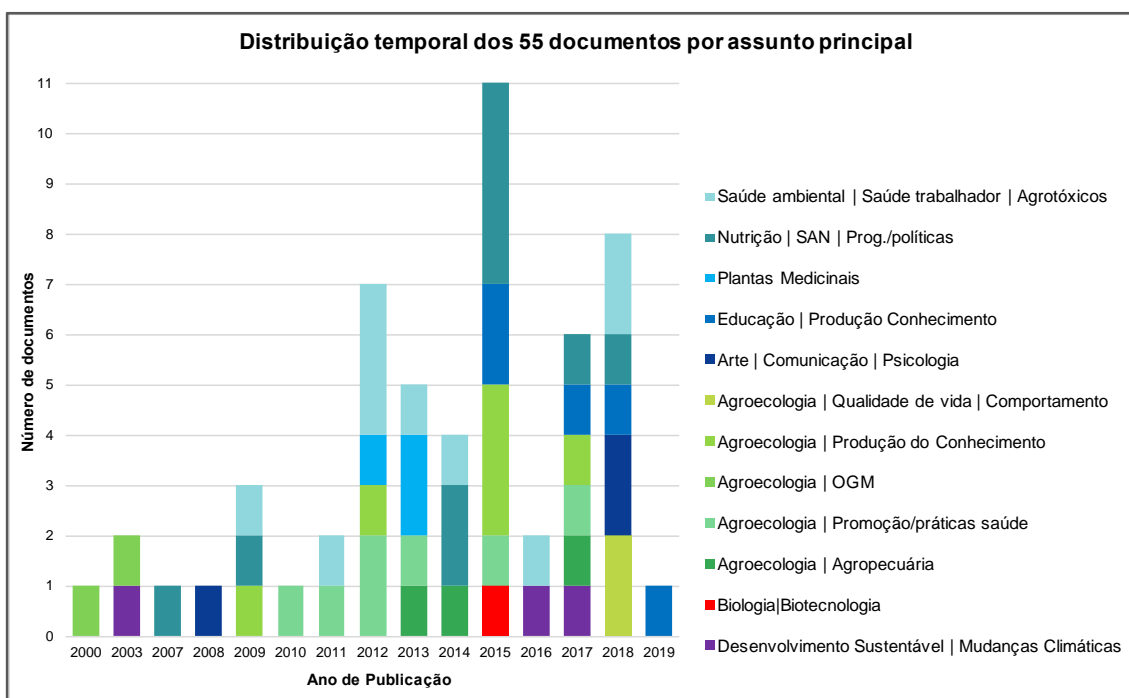
Tabela 5 – Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina que abordam *agroecologia*, segundo assunto principal.

ASSUNTO	QUANT. DOCUMENTOS	QUANTI. PROPORCIONAL
Nutrição SAN Prog./políticas	10	18%
Saúde ambiental Saúde trabalhador Agrotóxicos	10	18%
Agroecologia Promoção/práticas saúde	7	13%
Agroecologia Produção do Conhecimento	6	11%
Educação Produção Conhecimento	5	9%
Desenvolvimento Sustentável Mudanças Climáticas	3	5%
Agroecologia Agropecuária	3	5%
Arte Comunicação Psicologia	3	5%
Plantas Medicinais	3	5%
Agroecologia OGM	2	4%
Agroecologia Qualidade de vida Comportamento	2	4%
Biologia Biotecnologia	1	2%
TOTAL	55	100%

Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 55 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde.

Analisando a transformação dos assuntos abordados ao longo do tempo (Gráfico 2), agrotóxicos, saúde ambiental e saúde do trabalhador são assuntos que se distribuem entre as publicações a partir de 2009, bem como ocorre com os temas da produção do conhecimento e educação; nutrição e/ou SAN e/ou programas/políticas públicas são temas de publicações em 2007, 2009, 2014, 2015, 2017 e 2018; promoção e práticas de saúde concentram-se entre 2010 e 2017; plantas medicinais aparece em 2012 e 2013; OGM são objeto de uma publicação em 2000 e outra de 2003.

Gráfico 2—Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina (instituição de produção ou região como assunto) que abordam *agroecologia*, segundo ano de publicação e assunto principal.



Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020.*Recorte com 55 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde.

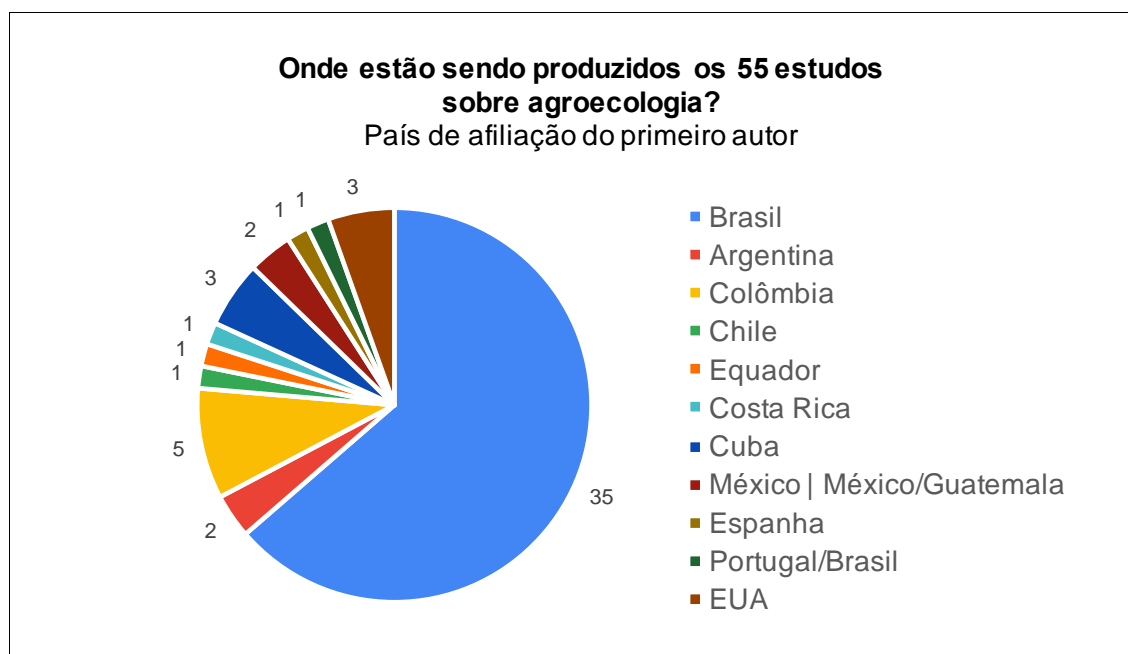
A tabela (Tabela 6) e gráfico abaixo (Gráfico 3) mostram que 64% dos estudos da saúde sobre agroecologia na América Latina estão sendo produzidos e divulgados predominantemente em instituições do Brasil (35 do total de 55 publicações) seguido por Colômbia, 9% do total (5 estudos) Cuba (3) e Estados Unidos (3), Argentina (2) e México, México/Guatemala (2). Chile, Equador, Costa Rica, Espanha, Portugal/Brasil são países de afiliação de 1 primeiro autor cada um.

Tabela 6 –Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina que abordam *agroecologia*, segundo país onde está localizada a instituição de afiliação do primeiro autor.

PAÍS DE AFILIAÇÃO	QUANT. DOCUMENTOS	QUANT. PROPORCIONAL
Brasil	35	64%
Colômbia	5	9%
Cuba	3	5%
EUA	3	5%
Argentina	2	4%
México México/Guatemala	2	4%
Chile	1	2%
Equador	1	2%
Costa Rica	1	2%
Espanha	1	2%
Portugal/Brasil	1	2%
TOTAL	55	100%

Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 55 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde.

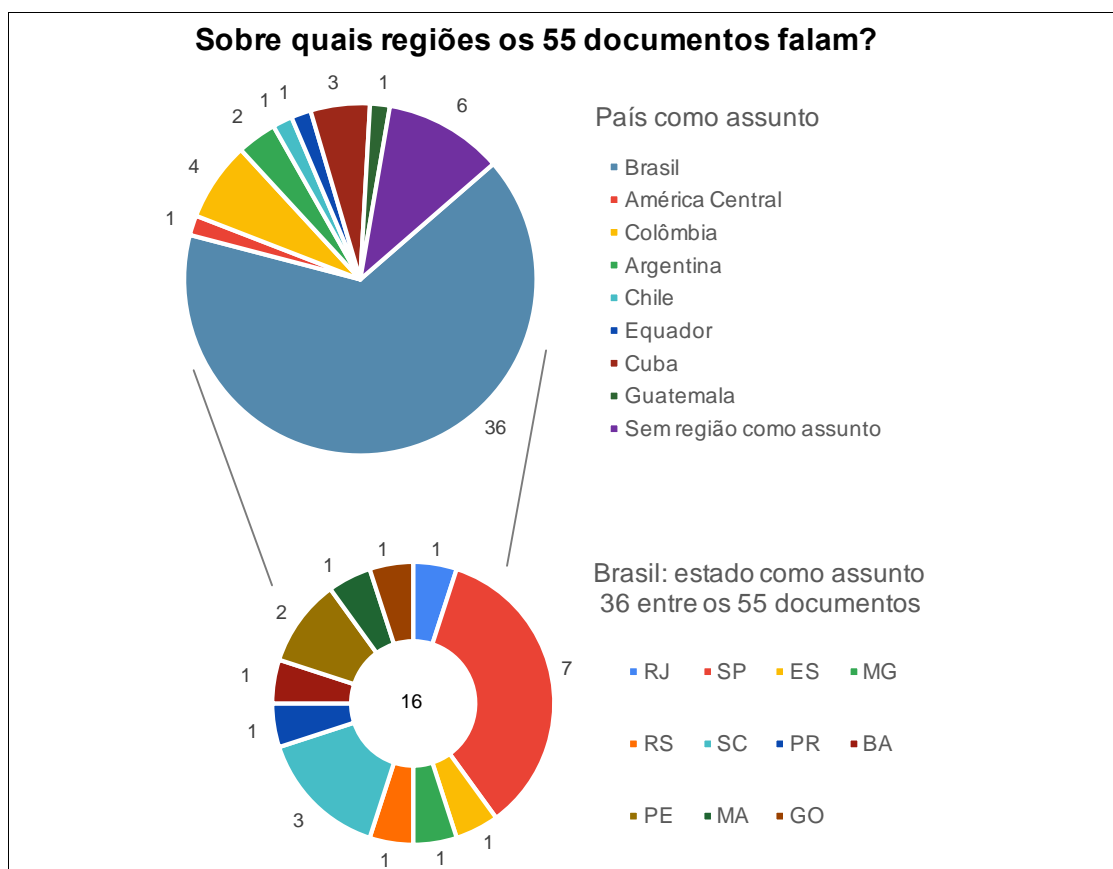
Gráfico 3 –Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina que abordam *agroecologia*, classificados segundopaís de afiliação do primeiro autor.



Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 55 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde.

As imagens abaixo ilustram o lugar como assunto dos 55 documentos (Gráfico 4). Verifica-se, entre os países, 36 do total de 55 documentos (em porcentagem, 65%) aborda o Brasil ou regiões brasileiras; 6 não delimitam um lugar específico como assunto (11% do total); 4 estudos tem como assunto a Colômbia; 3 Cuba, 2 Argentina e 1 volta-se à região da América Central, Guatemala, Chile, Equador, cada um.

Gráfico 4 – Caracterização dos estudos* científicos da saúde de revistas da América Latina que abordam *agroecologia*, classificados segundo país e, entre os estudos do Brasil, por estado brasileiro como assunto (tema e/ou local de realização).



Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 55 publicações recuperadas na Biblioteca Virtual em Saúde.

No Brasil, entre as 36 publicações, 16 (44% do conjunto de 36) não delimitam uma região ou estado brasileiro específico como assunto (no Gráfico 4, corresponde ao centro do gráfico do tipo “Pizza”); 7 (19%) corresponde a publicações com tema e/ou pesquisa realizada dentro do estado de São Paulo, seguida por 3 em Santa Catarina e 2 em Pernambuco. Demais estados (RJ, ES, MG, RS, PR, BA, MA e GO) são assunto de 1 publicação cada um.

4.1.3 Análise de estudos acadêmicos da saúde do Brasil – 20 artigos recuperados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no Scientific Electronic Library Online (SciELO)

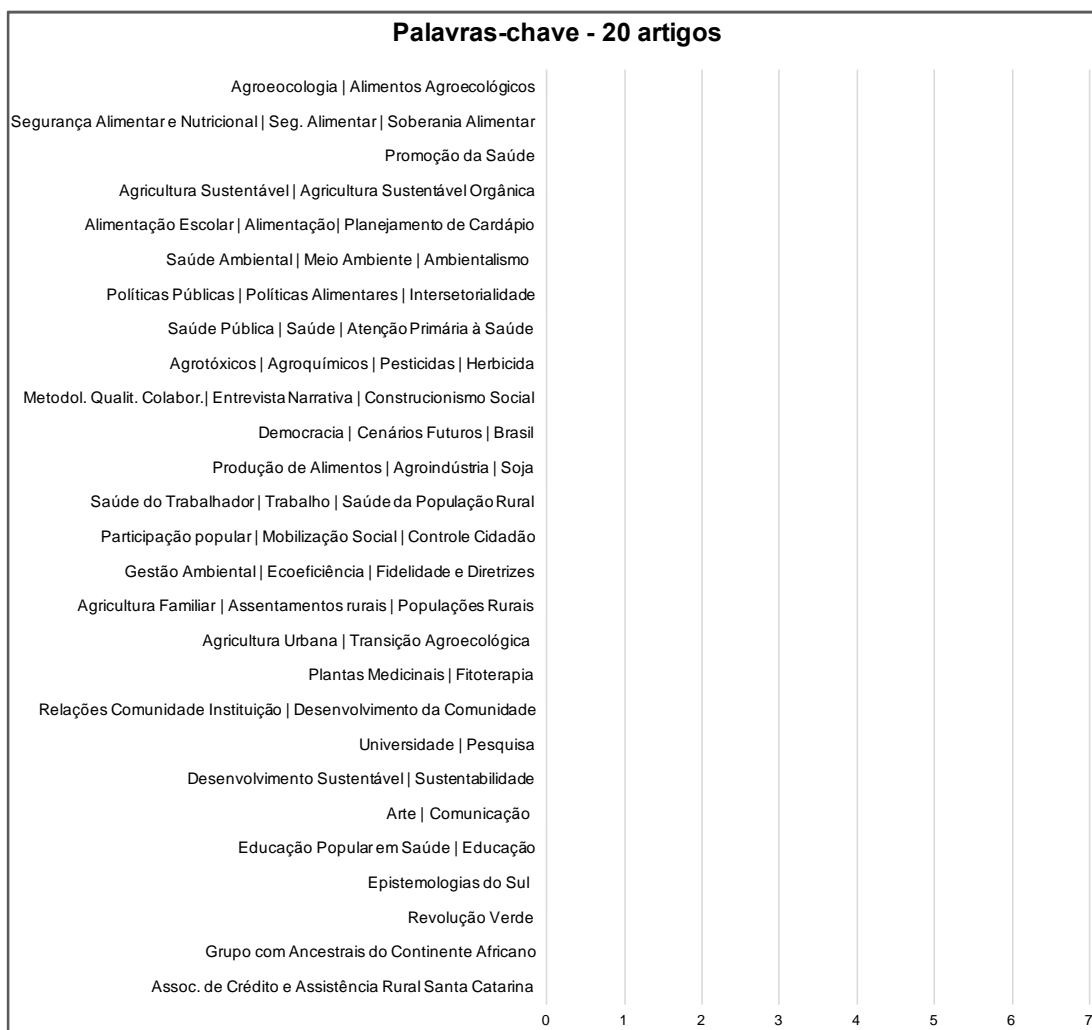
A terceira etapa de análise quali/quantitativa foi realizada com documentos do tipo artigo científico, sendo 18 recuperados na BVS e 2 recuperados no SciELO. Nesse recorte restringiu-se a busca especificamente às publicações provenientes de revistas brasileiras da Saúde Coletiva. Também foram incluídos os estudos da saúde coletiva provenientes de revistas brasileiras de Nutrição, considerando que a Nutrição é um campo com relevância, dentro da saúde, em termos de publicações ligadas ao tema “Agroecologia”.

O primeiro resultado apresentado são as palavras-chave presentes no conjunto de artigos. Em artigos acadêmicos, palavras-chave resumem os temas principais relacionados à publicação de acordo com os próprios autores; difere, portanto, da classificação por “assunto” utilizada em análises anteriores.¹⁶

“Promoção da Saúde” é a palavra-chave mais recorrente (em 7 do total de Palavras-chave), seguida por “Agroecologia” (6), “Segurança Alimentar e Nutricional” e “Agricultura Sustentável (5, cada uma). Destaque também para os termos “Alimentação Escolar”, “Saúde Ambiental”, “Políticas Públicas”, “Saúde Pública” e “Agricultura Urbana” e temas a elas associados.

¹⁶As duas etapas precedentes foram realizadas com 110 documentos de revistas da América Latina (seção 3.1.1) e com 55 documentos sobre agroecologia de revistas da América Latina (seção 3.1.2); a classificação por assunto/tema principal das publicações combinou os “Assuntos Principais” da BVS e interpretação da autora a partir leitura do título e, por vezes, do resumo de cada publicação.

Gráfico 5—Caracterização dos artigos*científicos da saúde de revistas do Brasil segundo palavras-chave.



Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *ScientificElectronic Library Online*. através do Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 20 publicações.

A ilustração abaixo (Figura 11) abre para outras análises possíveis das Palavras-chave, pois não considera termos compostos, mas a recorrência unitária de cada palavra. Visualmente, o tamanho da palavra é proporcional ao número de vezes que ela está presente para o conjunto de Palavras-chave consideradas. Observa-se que a palavra mais recorrente é “saúde”, seguida de “agricultura”, “sustentável” e “agroecologia”; na sequência, “promoção”, “alimentar”, “segurança” e “nutricional”. São “pistas” importantes para a etapa seguinte de análise de conteúdo e do discurso realizada com este mesmo conjunto de artigos.

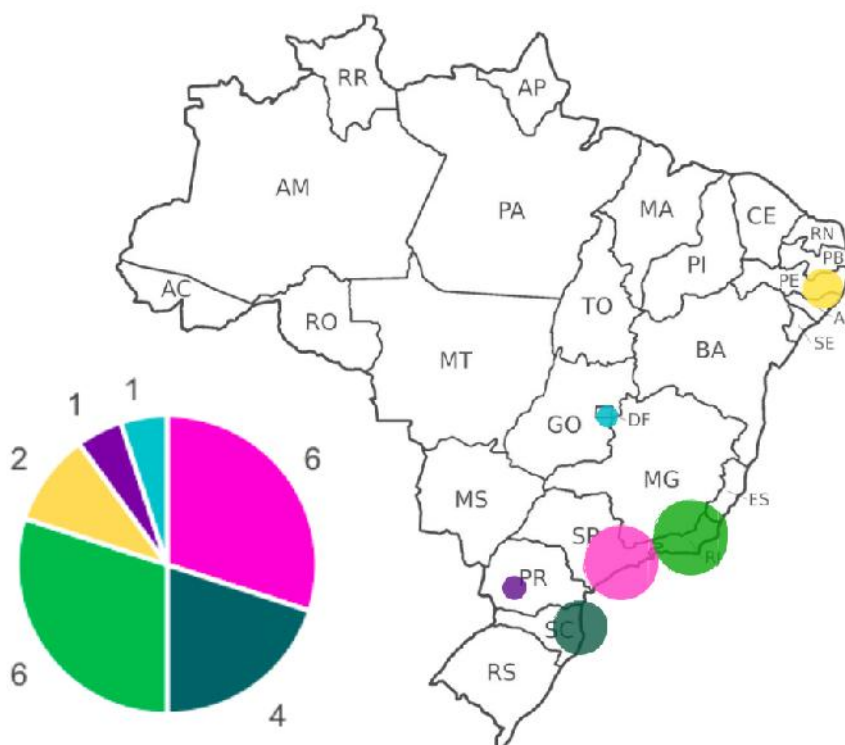
Figura 12 –Caracterização dos artigos científicos da saúde do Brasil, por palavras-chave pelo recurso “nuvem de palavras”: o tamanho da palavra é proporcional à quantidade de vezes que ela aparece, em relação ao conjunto de palavras-chave das 20 publicações.



Fonte: autoria própria a partir dos documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *ScientificElectronic Library Online* através do programa online gratuito *World CloudGenerator* (<https://jasondavies.com/wordcloud/>), 2020.

O mapa e gráfico abaixo (Figura 12) mostram os estados onde estão localizadas as instituições de afiliação do primeiro autor dos artigos: 6 em 20 estão em São Paulo, 6 no Rio de Janeiro, 4 em Santa Catarina, 2 em Pernambuco, 1 no Paraná e 1 em Brasília (Distrito Federal).

Figura 13–Mapa e gráfico de caracterização dos artigos* científicos de revistas do Brasil segundo estado brasileiro onde está localizada a instituição de afiliação do primeiro autor.



Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *ScientificElectronic Library Online* através do Programa Microsoft Excel do programa online e gratuito Canva(<http://canva.com>), 2020. Imagem ilustrativa; confecção do mapa cartográfico não seguiu parâmetros de escala. *Recorte com 20 publicações.

A instituição de afiliação do primeiro autor e o estado brasileiro onde ela se localizada estão disponíveis na tabela a seguir (Tabela 7). As instituições de pesquisa com maior número de publicações foram Universidade de São Paulo (USP/SP) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/SC). Atenta-se que, uma vez mais, ao considerar toda a Fiocruz (sem subdivisão entre ENSP e IAM), chega-se ao total de 5 artigos, quantidade superior à USP e UFSC.

Tabela 7 –Caracterização dos artigos* científicos do Brasil segundo instituição de afiliação do primeiro autor e estado brasileiro onde está localizada.

INSTITUIÇÃO	ESTADO	QUANT. DOCUMENTOS	QUANT. PROPORCIONAL
USP	SP	4	20%
UFSC	SC	4	20%
ENSP/FIOCRUZ	RJ	3	15%
IAM/FIOCRUZ	PE	2	10%
UFFS	PR	1	5%
FJDSMT	SP	1	5%
EMBRAPA-DF	DF	1	5%
UNICAMP	SP	1	5%
UFRRJ	RJ	1	5%
UERJ	RJ	1	5%
UFRJ	RJ	1	5%
TOTAL		20	100%

Fonte: autoria própria a partir de documentos disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *ScientificElectronic Library Online* organizados no Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 20 publicações.

Buscou-se verificar as características das produções de acordo com as distintas regiões do país e/ou instituições de afiliação do primeiro autor. Entre os artigos de instituições da região sudeste, do total de 12 publicações, 4 utilizaram como método de pesquisa a revisão bibliográfica/análise documental; 1 faz a avaliação de políticas, 3 realizaram entrevista/pesquisa de campo junto a não agricultores, 3 envolveram pesquisa de campo junto agricultores/assentados, sendo uma delas uma experiência de agricultura urbana¹⁷. 9 artigos voltaram-se a temáticas em torno da própria produção do conhecimento e das relações entre agroecologia e promoção da saúde, sendo 4 deles produzidos na USP. Entre as instituições do estado do Rio de Janeiro, 5 entre os 6 artigos produzidos

¹⁷ Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) designa a produção, agro extrativismo, a transformação e a prestação de serviços para gerar produtos agrícolas e pecuários voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007).

trataram da produção do conhecimento - propostas de agendas e metodologias de pesquisa e educação.

Os 4 artigos da USP fazem parte de uma mesma rede de autoria. A autora principal dos 2 artigos sobre agricultura urbana (RIBEIRO et al., 2012; RIBEIRO; BOGUS; WATANABE, 2015) parte da mesma experiência de campo, dando enfoques distintos na etapa de análise (relativos aos sujeitos entrevistados e corpus da análise documental). A publicação mais recente (2015) faz uma pequena atualização conceitual da agroecologia, dando mais ênfase ao seu papel de “resgate do saber popular”, mas são relevantes as similaridades do referencial teórico e das discussões/reflexões desenvolvidas. Junto a essas publicações, os outros dois artigos (AZEVEDO; PELICIONI, 2011; AZEVEDO; PELICIONI, 2012) desenvolvem discussões entorno da afirmação da agroecologia como uma estratégia de promoção da saúde. Tal fragmentação e/ou a repetição de conteúdos em diferentes artigos, com pequenas mudanças, é apontada por Castiel e Sanz-Valero (2007) como um dos efeitos da demanda por produtividade científica.

Na região Nordeste, a instituição de afiliação dos dois artigos foi o Instituto Aggeu Magalhães (IAM/FIOCRUZ), em Pernambuco, em pesquisas que envolveram trabalho de campo em assentamento e em quilombo, voltadas à saúde do trabalhador e avaliação de políticas públicas de alimentação e nutrição. O único artigo do centro-oeste, cujo autor tem afiliação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), é um estudo epidemiológico que relaciona o uso de organismos geneticamente modificados (OGMs) e agrotóxicos à produtividade de commodities no país.

Na região sul, do total de 5 artigos, 2 estudos se voltaram à avaliação de políticas públicas e programas (de nutrição e uso de fitoterápicos), 1 análise documental sobre a história do uso agrotóxicos em Santa Catarina e os outros 2 diretamente relacionados à agroecologia, com entrevista/pesquisa de campo envolvendo agricultores familiares (um voltado aos “sentidos” sobre agroecologia entre os atores envolvidos na cadeia de produção, comercialização e consumo e o outro sobre a relação entre agroecologia e promoção da saúde).

Hipótese relativa aos temas dos artigos é a presença histórica da agricultura familiar e camponesa devido à estratégia de colonização escolhida para essa região do país. A relevância deste tipo de agricultura no Sul pode facilitar o levantamento de informações sobre a produção agrícola na própria região. O fato, não desconectado do anterior, do Sul ser também um dos pioneiros na organização de feiras de produtos da agricultura ecológica (que

remetem ao início da década de 1990)¹⁸, também pode influenciar na possibilidade de realizar avaliações junto a produtores e consumidores em cadeias de comercialização já consolidadas.

Por fim, a tabela abaixo (Tabela 8) demonstra a fonte de financiamento das pesquisas. Na maior parte dos artigos (12 em 20) não constava nenhuma informação sobre a fonte de financiamento (apenas um informava que a pesquisa não foi financiada; os demais (7 em 12) remeteram às agências nacionais de fomento à pesquisa científica: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Tabela 8 –Caracterização dos artigos* científicos do Brasil por fonte de financiamento da pesquisa, a partir das informações disponibilizadas (ou não) pelos autores em cada um dos artigos.

FONTE DE FINANCIAMENTO DA PESQUISA	QUANT. DOCUMENTOS
CNPq e FAPERJ	1
CNPq e FAPESP (bolsa)	2
FAPESP	2
CNPq (bolsa)	2
Não Financiado	1
Não Informado	12
TOTAL	20

Fonte: autoria própria a partir de dados disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde, organizados no Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 20 publicações.

Levando-se em conta a importância do fomento público à pesquisa científica no país, é válido também pontuar que a ele se associa um dos grandes paradoxos dos campos científicos, de acordo com Bourdieu(1997): se o fato de ser financiado pelo Estado torna possível, por uma lado, uma produção que não está submetida à sanção imediata do mercado, assegurando certas condições mínimas de *autonomia* ao campo; por outro, esse mesmo Estado do qual o campo depende também pode se fazer de “*transmissor das pressões de forças econômicas das quais ele supostamente libera*” (p. 55). Tal questão é exemplificada

¹⁸ A primeira feira da agricultura ecológica no Rio Grande do Sul foi a Feira de Porto Alegre organizada pela Cooperativa Coolmeia, em 1989. Para relato detalhado de histórias de vida de alguns dos agricultores pioneiros da agricultura ecológica no RS, ver livro “Vozes da Agricultura Ecológica II” (MEIRELLES, 2019).

pelos critérios de classificação da produção acadêmica estipulados pela CAPES, como será discutido na próxima seção (3.2).

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO E DISCURSO DE 20 ARTIGOS BRASILEIROS DA SAÚDE SOBRE AGROECOLOGIA: EIXOS DE RELAÇÃO ENTRE AGROECOLOGIA E SAÚDE

A aproximação desses campos científicos e práticos a partir de suas diretrizes comuns de fomentar a democracia, promover a cidadania, o *empowerment*, a autonomia e a participação comunitária dos atores sociais, resgatar saberes e práticas tradicionais e populares, além de promover saúde, qualidade de vida e sustentabilidade nos níveis ambiental, social e econômico (AZEVEDO; PELICIONI, 2012, p.715).

O fragmento acima foi extraído do artigo “Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial”, de 2012, e inicia a etapa de análise porque condensa os principais temas e conceitos que vinculam agroecologia e saúde no conjunto de artigos analisados: conhecimentos tradicionais e populares, promoção da saúde, sustentabilidade, autonomia, empoderamento, participação social. Soma-se a eles as práticas de saúde ligadas à alimentação e uso de plantas medicinais, o uso de agrotóxicos, a segurança alimentar e nutricional (SAN), a soberania alimentar, a agricultura familiar/camponesa. Estes eixos temáticos/categorias operacionais serão discutidos ao longo do capítulo, tensionados com o referencial teórico de suporte e com os documentos institucionais e de movimentos sociais listados no capítulo anterior.

Em síntese, o fenômeno que atravessa o corpus analítico é a composição mista de forças entre saúde coletiva e saúde pública. Alguns artigos são um *híbrido*: a saúde coletiva está presente no discurso, mas é incorporada instrumentalmente como saúde pública, em graus variados – o que é demonstrado, por exemplo, pela utilização de pressupostos epistemológicos dominantes no campo sem problematização. Outros artigos a incorporam de maneira mais *crítica* ao marcarem nitidamente conceitos e referenciais teóricos utilizados. Abaixo consta quadro resumo (Quadro 2) das informações básicas dos 20 artigos analisados.

Quadro 2–Caracterização do corpus analítico*segundo título, autores, ano de publicação, revista de publicação, instituição de afiliação do primeiro autor e estado brasileiro onde está localizada a instituição e a região de assunto do estudo.

No	TÍTULO	AUTOR	ANO	REVISTA	INSTITUIÇÃO	REGIÃO DA INSTITUIÇÃO	REGIÃO COMO ASSUNTO
1	Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde	NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI	2009	Revista Brasileira em Promoção da Saúde	UFSC - Dep. de Saúde Pública	SC	Brasil
2	Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersectorial	AZEVEDO; PELICIONI	2011	Saúde e Sociedade	USP - Faculdade de Saúde Pública	SP	Brasil
3	Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora	PORTO; SOARES	2012	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	ENSP/FIOCRUZ - C. Estudos Saúde Trabalhador e Ecologia Humana	RJ	Brasil
4	Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios	PORTO; SCHÜLTZ	2012	Saúde e Sociedade	ENSP/FIOCRUZ - C. Estudos Saúde Trabalhador e Ecologia Humana	RJ	Brasil
5	Agricultura urbana agroecológica - estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional	RIBEIRO et al	2012	Revista Brasileira de Promoção da Saúde	USP - Faculdade de Saúde Pública	SP	SP
6	Agroecologia e promoção da saúde no Brasil	AZEVEDO; PELICIONI	2012	Revista Panamericana de Saúde Pública	USP - Faculdade de Saúde Pública	SP	Brasil
7	Contribuições das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária	ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES	2013	Interface	UFSC - Dep. de Saúde Pública	SC	SC
8	Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar	CARVALHO; SILVA	2014	Interface	IAM/FIOCRUZ - Progr. Pós-graduação em Saúde Pública	PE	BA
9	Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo	FILHO; RIBEIRO	2014	Saúde e Sociedade	Fundacentro	SP	SP
10	Processos de formação e produção de conhecimento: cinco olhares sobre a Educação Popular e Saúde	DAVID et al	2014	Interface	UERJ - Faculdade de Enfermagem	RJ	Brasil
11	Agricultura sensível à nutrição e a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional no Brasil	MALUF	2015	Ciência e Saúde Coletiva	UFRRJ - Prog. Pós-Grad Ciências Sociais em Des., Agricultura e Sociedade	RJ	Brasil
12	Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar	SOUSA; SILVA; AZEVEDO; RAMOS	2015	Revista de Nutrição	UFSC - Departamento de Nutrição	SC	Brasil
13	Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde	RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE	2015	Ciência e Saúde Coletiva	USP - Faculdade de Saúde Pública	SP	SP
14	Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigos	ALMEIDA et al	2017	Ciência & Saúde Coletiva	EMPRAPA - Dep. de Pesquisa e Desenvolvimento	DF	Brasil
15	"Defensivos" ou "agrotóxicos"? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002	CARVALHO; NODARI; NODARI	2017	História, Ciências, Saúde - Manguinhos	UFFS - Progr. Pós-Grad. em Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável	PR	SC
16	Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil	WARMLING; MORETTI-PIRES	2017	Interface	UFSC - Departamento de Saúde Pública	SC	SC
17	Trabalho e estranhamento: a determinação social da saúde em assentamentos	LIRA; ALBUQUERQUE; GURGEL	2018	Trabalho, Educação e Saúde	IAM/FIOCRUZ - Lab.Saúde, Ambiente e Trabalho	PE	PE
18	Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social	FASANELLO; NUNES; PORTO	2018	Reciis	ENSP/FIOCRUZ	RJ	Brasil
19	Salutogênese-Camponês a Camponês: uma metodologia para promoção da saúde de populações expostas a agrotóxicos	ABREU; ALONZO	2018	Saúde em Debate	Unicamp - Faculdade de Ciências Médicas	SP	MG
20	Olhar etnográfico e intervenção social na produção e uso de imagens: entrevista com José Roberto Novaes (Beto Novaes)	NOVAES; FILHO; SIMONELLI	2019	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	UFRJ - Instituto de Economia	RJ	Brasil

Fonte: autoria própria a partir de dados disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *Scientific Electronic Library Online*, organizados no Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 20 artigos científicos da saúde produzidos no Brasil.

Abaixo (Quadro3) está um quadro síntese da análise documental, que resume em três perspectivas principais as distintas abordagens de temas e conceitos, relacionados à saúde e à agroecologia, que emergiram dos 20 artigos analisados em articulação com discussões conduzidas nos textos que compõem o referencial teórico da pesquisa (OLIVEIRA; VALLA, 2001; QUIJANO, 2005; MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013; SEVALHO, 2016; SEVALHO, 2017; MONTEIRO; LONDRES, 2017; BORGHI; OLIVEIRA; SEVALHO, 2018).

PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM NO DIÁLOGO ENTRA SAÚDE E AGROECOLOGIA				
Perspectiva		Conformadora/instrumental	Crítica/Estrutural	Crítica/Emancipatória
Tema				
Abordagem da saúde	conceituação da saúde	biomédica; saúde pública	questiona modelo biomédico; abordagem instrumental da saúde coletiva	questiona modelo biomédico; abordagem crítica da saúde coletiva
	modelo explicativo	determinantes (explicitado) ou determinação com perspectiva dos determinantes	não diferencia determinantes/determinação mas adota perspec. da determinação	determinação (explicitada)
Abordagem da agroecologia	conceituação da agroecologia	sistema de cultivo; equivalente a outras agriculturas "sustentáveis"	ciência, mov. social e prática separáveis; equivalente a outras agriculturas "sustentáveis"	ciência, mov. social e prática indissociáveis; reconhece disputas ("agroecologias")
	quanto à origem	apagamento da historicidade	situa surgimento na artic. agricultores, mov. sociais e academia	surgimento integra agricultores, mov. populares e academia; origem conh. popular/índigena/tradicional
	sujeitos da agroecologia	acadêmicos, técnicos, agricultores familiares	acadêmicos, técnicos, agricultores familiares/camponeses	acadêmicos, técnicos, agricultores familiares/camponeses, povos das florestas e das águas
	objetivo da agroecologia	aperfeiçoamento do sistema alimentar	transformação do sistema agroalimentar	transformação do sistema agroalimentar e emancipação;
	conceitos associados	desenvolvimento sustentável	agroecossistema; campo de conhecimento; sistema de cultivo; abordagem sistêmica	campo de conhecimento; agroecossistema; regime alimentar; sistema agroalimentar
Eixo positivo saúde - agricultura	benefícios	segurança alimentar e nutricional (SAN) e soberania alim.; promoção da saúde (perspec. dominante)	SAN e soberania alim.; promoção da saúde (perspec. crítica); reforma agrária	SAN e soberania alimentar; promoção da saúde (crítica/emancipatória); reforma agrária e reconhecimento dos territórios
	eixo conectivo	causal; agroecologia naturalmente promove saúde	agroecologia influencia na saúde; agroecologia determina a saúde	agroecologia e saúde assoc. enquanto propostas de emancipação
Eixo negativo saúde - agricultura	soluções	uso funcional e uso seguro de agrotóxicos; mitigação e prevenção; agroec. para aprimorar o agronegócio	banimento de agrotóxicos; prevenção; agroec. para superar o agronegócio	banimento de agrotóxicos; agroec. para superar o agronegócio; agroecologia com equidade gênero/raacial
	malefícios	agravos à saúde trabalhador/consumidor (genéricos)	agravos à saúde do trabalhador/consumidor e impactos ao ambiente (genéricos)	agravos à saúde do trabalhador/consumidor (distinta entre os segmentos sociais) e demais organismos
	conceitos associados	risco; vulnerabilidade; estilo de vida; prevenção; mitigação; remediação	risco; vulnerabilidade; situação de saúde; prevenção; condições de vida	risco; vulnerabilidade; prevenção; situação de saúde; condições de vida; experiências de vida
Legitimidade do conhecimento	fluxo conhec. científico/técnico - popular	transferência unilateral do conhecimento	integração do conhecimento	construção compartilhada do conhecimento
	conceitos associados	empoderamento; protagonismo; percepção; interpretação; saberes	empoderamento; protagonismo; autonomia percepção; interpretação; saberes	autonomia e interdependência; emancipação; resistência; conhecimento
Propostas ao campo científico da saúde	proposições à academia	não problematiza ciência; propõe inclusão de temas	problematiza ciência; propostas na dimensão epistemológica	problematiza ciência; propostas na dimensão epistemológica; propostas na dimensão ontológica
	conceitos associados	interdisciplinaridade; educação popular (tutelar)	interdisciplinaridade; transdisciplinariedade	educação popular (emancipatória) transdisciplinaridade; cosmologia
Abordagem do "meio ambiente"	relação campo - cidade	dualidade como pressuposto; campo à serviço da cidade	dualidade como pressuposto; aproximação pela relação produção - consumo	dualidade em questão (construída); integração nas resistências cotidianas
	relação natureza-cultura	dualidade como pressuposto	estabelece relação e mantém dualidade	questiona dualidade com vistas à superação
	conceitos associados	recurso natural; serviço ecossistêmico	recurso/bem natural; serviço ecossistêmico; saúde ambiental	recurso/bem natural; serviço ecossistêmico; saúde ambiental; pachamama; mãe terra
Projeto societário	soluções	mitigação/redução das desigualdades; desenvolvimento sustentável	redução de desigualdades sociais e distribuição dos recursos produtivos; desenvolvimento sustentável crítico	distribuição dos recursos e medidas reparatórias (segmentos sociais específicos); desenv. susten. crítico/outras formas de "envolvimento"
	escala das soluções	proposta universal e uniforme	proposta local e/ou universal	proposta local e/ou transescalar e/ou territorializada
	problematização das relações de poder	conformada ao sistema econômico (capital./neoliberal.); consumidor portador de responsabilidades (culpabilização individual)	questiona sistema econômico; consumidor portador de responsabilidades e sujeito portador de direitos	questiona sist. econômico, colonialismo, patriarcado; consum. portador de respons. e sujeito portador de direitos; autodeterminação dos grupos sociais
	conceitos associados	intersetorialidade; participação social; pobreza; desigualdade	intersetorialidade; participação social; desigualdade; iniquidade; classe	intersetorialidade; desigualdade; iniquidade; classe, raça, gênero; controle cidadão; vigilância civil da saúde

Fonte: autoria própria a partir de dados disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *ScientificElectronic Library Online*, organizados no Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 20 artigos científicos da saúde produzidos no Brasil. Perspectivas e temas definidos a partir da análise do corpus analítico e de referenciais teóricos da pesquisa.

Atribuir uma forma de abordagem (seja da agroecologia ou da saúde) como mais *crítica* ou mais *instrumental* não tem correlação direta com o tema/assunto do texto: por exemplo, um estudo produzido no campo da saúde sobre agroecologia que se direcione a

aspectos biológicos/ecológicos, por exemplo, dificilmente poderá dar conta de desenvolver a dimensão histórica no estudo, levando em conta o limite do tamanho do texto nos artigos. Não pode ser esperado que um único texto dê conta da multiplicidade de dimensões encontradas ou inferidas na relação entre saúde e agroecologia. Ressalta-se ainda, como colocado no Capítulo 3 (*Caminhos Percorridos, seção 3.2 Procedimentos Metodológicos*), que o campo da agroecologia e da saúde coletiva possuem hoje níveis distintos de estabilização. As distintas estratégias de institucionalização da agroecologia no Brasil levaram a caminhos distintos de produção acadêmica, de modo que na agroecologia há menos coalização enquanto um “campo de conhecimento”.

O quadro (Quadro 3) e gráficos (Gráficos 6 e 7) abaixo foram produzidos a partir das discussões teóricas presentes nos 20 artigos, como parte do processo de análise desses documentos. O “enquadramento” em grades de análise traz riscos de redução. Observado, no entanto, recorrência de marcações epistêmicas e alguns padrões entre os artigos analisados – ressaltando novamente são provenientes do campo da saúde coletiva – foi possível realizar esse exercício, assumido aqui como uma tentativa de construção de parâmetros de criticidade específicos para o corpus analítico em questão. Produções da agroecologia que disputam outros espaços de divulgação científica (por exemplo, as ciências agrônomas), competem com suas métricas próprias; para esse corpus, poderá ser mais adequado um método de avaliação que leve em conta tais métricas, afeitas às ciências mais duras ou naturais.

O Quadro 3 apresenta um espectro das discussões teóricas encontradas, organizado entre distintas dimensões de abordagem de temas (primeira coluna do quadro 3, “Tema”) e de perspectivas (primeira linha do quadro 3, “Perspectiva”). Procurou-se levar em conta, na construção desses parâmetros de análise, as relações estabelecidas do campo com a sociedade; controvérsias dentro do campo e a forma de apropriação de conceitos. Em relação a essas dimensões, foram mapeadas formas de apresentar/discutir agroecologia, saúde, as conexões “positivas” e “negativas” estabelecidas entre elas, dimensões também de abordagem da questão ambiental e ainda ligadas à produção do conhecimento científico e, em um exercício máximo de extrapolação, a que proposta de projeto de sociedade o artigo pode estar mais alinhado.

Em relação à perspectiva, foram divididas em três visões gerais: perspectiva conformadora/instrumental, perspectiva crítica/estrutural e perspectiva crítica/emancipatória. Ressalva-se que essa divisão em três grandes “blocos” é sobretudo um exercício de sistematização, elaborado a partir de marcações recorrentes identificadas nos textos científicos. Elas sintetizam, com inevitável grau de redução e generalização, um gradiente

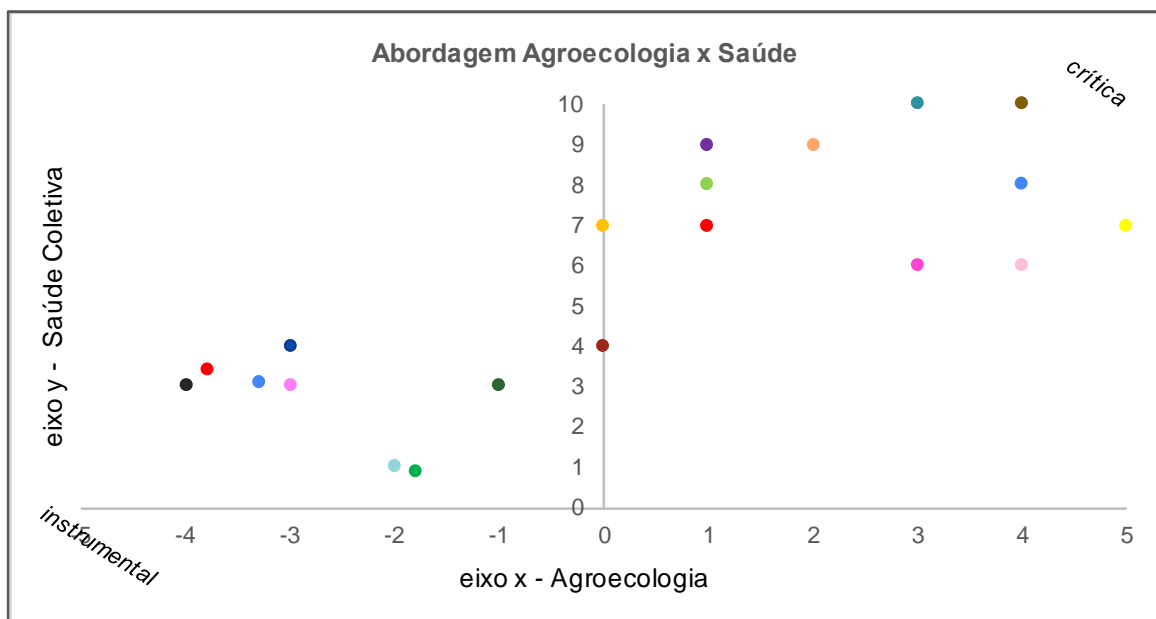
mais amplo de perspectivas associadas a cada tema. O que foi verificado no processo de análise é uma “costura”, um trânsito entre esses distintos gradientes: um texto pode abordar, por exemplo, o tema da agroecologia a partir de uma perspectiva teórica mais “instrumental” ao mesmo tempo que apresenta discussões mais problematizadoras de questões específicas do campo da saúde coletiva.

O gráfico abaixo (Gráfico 6) busca ilustrar a correlação, para o conjunto do corpus analítico, entre perspectivas mais instrumentais ou mais críticas da saúde coletiva e perspectivas mais instrumentais ou críticas da agroecologia.

Buscou-se identificar, a partir dos elementos textuais (presentes e ausentes), o “tom” geral do texto. Foram elaborados parâmetros específicos para classificar as distintas formas de abordagem ligadas à saúde, bem como parâmetros para as distintas formas de abordagem ligadas à agroecologia. Esses parâmetros foram traduzidos em duas escalas numéricas, variando de 0 a 10 e de -5 a 5, respectivamente. A combinação do valor numérico representativo do “grau de criticidade” da abordagem da saúde (0 a 10, relativo ao eixo y) e do valor numérico representativo do “grau de criticidade” da abordagem da agroecologia (-5 a 5, relativo ao eixo x) fornece uma posição final para o texto no gráfico bidimensional (ou plano cartesiano).

A análise com o conjunto do corpus produziu gráfico a seguir, no qual cada publicação corresponde a um ponto no gráfico, totalizando 20 posições. Nos extremos, quanto mais próximo do canto superior direito, mais crítico é o estudo (em termos da sua abordagem sobre saúde e de agroecologia) e quanto mais próximo do canto inferior esquerdo, mais instrumental/gerencial.

Gráfico 6 –Gráfico de dispersão para caracterização do corpus analítico*de acordo com o “nível de criticidade/instrumentalização” dos campos da agroecologia e da saúde coletiva. Cada ponto no gráfico representa artigo analisado.



Fonte: autoria própria a partir de dados disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *Scientific Electronic Library Online*, organizados no Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 20 artigos científicos da saúde produzidos no Brasil.

No eixo vertical, o “nível de criticidade/instrumentalização” na abordagem da saúde coletiva varia de “0” a “10”: quanto mais próximo da “0”, mais acentuada, no artigo, é a incorporação instrumental dos referenciais epistemológicos do campo; conforme se desloca no eixo em direção ao “10”, maior é a incorporação crítica desses referenciais, para produção de tensionamentos no campo. Como no quadro-síntese (Quadro 3), a classificação foi delimitada a partir da comparação interna no conjunto do *corpus* em tensionamentos com o referencial teórico adotado nesta pesquisa.

No eixo horizontal, o “nível de criticidade” na abordagem da agroecologia foi classificado entre os valores “-5” e “5” para acentuar, na origem (zero), aqueles estudos que não fazem menção à agroecologia. Quanto mais próximo do valor “5”, mais ampla/crítica a perspectiva de agroecologia no artigo; quanto mais próximo ao valor “-5”, mais restrita/gerencial ela é. Foram alocados na posição “0” dois artigos em que a palavra agroecologia não é mencionada, o que inviabilizou análise do “grau de criticidade” da sua conceituação. A análise não pressupõe a existência de uma “unidade” no campo da agroecologia no Brasil. Lembra-se que tais artigos foram selecionados para compor o corpus analítico por abordarem temáticas relacionadas indiretamente ao campo da agroecologia, que retornaram como resultado da busca bibliográfica Biblioteca Virtual em Saúde, pois seu sistema de indexação estabelece correspondência direta entre agroecologia e

odescritor “agricultura sustentável”. Já a posição “1” corresponde a três estudos que apenas fazem menção à agroecologia, como exemplo pontual e sem maiores definições, mas cujo texto assume perspectivas gerais críticas.

O quadro a seguir (Quadro 4) explicita os parâmetros qualitativos utilizados como referência para estimar o que é definido aqui como uma abordagem “crítica” ou “conformadora” do campo da saúde. O mesmo foi feito para a agroecologia.

Quadro 4 – Parâmetros qualitativos de referência para elaboração “nível de criticidade/instrumentalização” dos campos da agroecologia e da saúde coletiva, para o conjunto dos artigos* do corpus analítico.

PARÂMETROS QUALITATIVOS DO GRÁFICO CONFORMIDADE X CRITICIDADE			VALOR (-5 a 5)
Abordagem da agroecologia	(a) conceituação da agroecologia	sistema de cultivo; equivalente a outras agriculturas "sustentáveis"	-1
		sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		ciência, mov. social e prática indissociáveis; reconhece disputas ("agroecologias")	1
	(b) quanto à origem	apagamento da historicidade	-1
		sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		situa surgimento na artic. agricultores, mov. sociais e academia	1
		integra agricultores, mov. populares e academia; origem conhec. popular/indígena/tradicional	2
	(c) dimensão da agroecologia como "solução" para a saúde	aprimoramento do agronegócio; desenvolvimento sustentável (definição dominante); solução universal/uniforme	-1
		sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		superação do agronegócio; desenv. sustentável crítico	1
		superação do agronegócio; desenv. susten. crítico/outras formas de "envolvimento"; equidade gênero/racial	2
	PARÂMETROS QUALITATIVOS DO GRÁFICO CONFORMIDADE X CRITICIDADE		
Abordagem da saúde	(d) conceituação da saúde e/ou de promoção da saúde	sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		biomédica; saúde pública; promoção da saúde (perspec. dominante)	1
		questiona modelo biomédico; abordagem instrumental da saúde coletiva; promoção da saúde (perspec. crítica)	2
		questiona modelo biomédico; abordagem crítica da saúde coletiva; promoção da saúde (crítica/emancipatória)	3
	(e) modelo explicativo	sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		determinantes (explicitado ou subjacente) ou determinação com perspectiva dos determinantes	1
		não diferencia determinantes/determinação mas adota perspec. da determinação	2
		determinação (explicitada ou subjacente); determinação "estrutural-relacional"	3
	(f) eixo conectivo saúde - agricultura	sem conceituação explícita e sem elementos suficientes para identificar/definir	0
		abordagem "causal"; agroecologia naturalmente promove saúde	2
		abordagem "estrutural"; agroecologia determina a saúde e potencialmente promove saúde	3
		agroec. potencialmente promove saúde; agroec. e saúde assoc. enquanto propostas para emancipação/transformação social	4

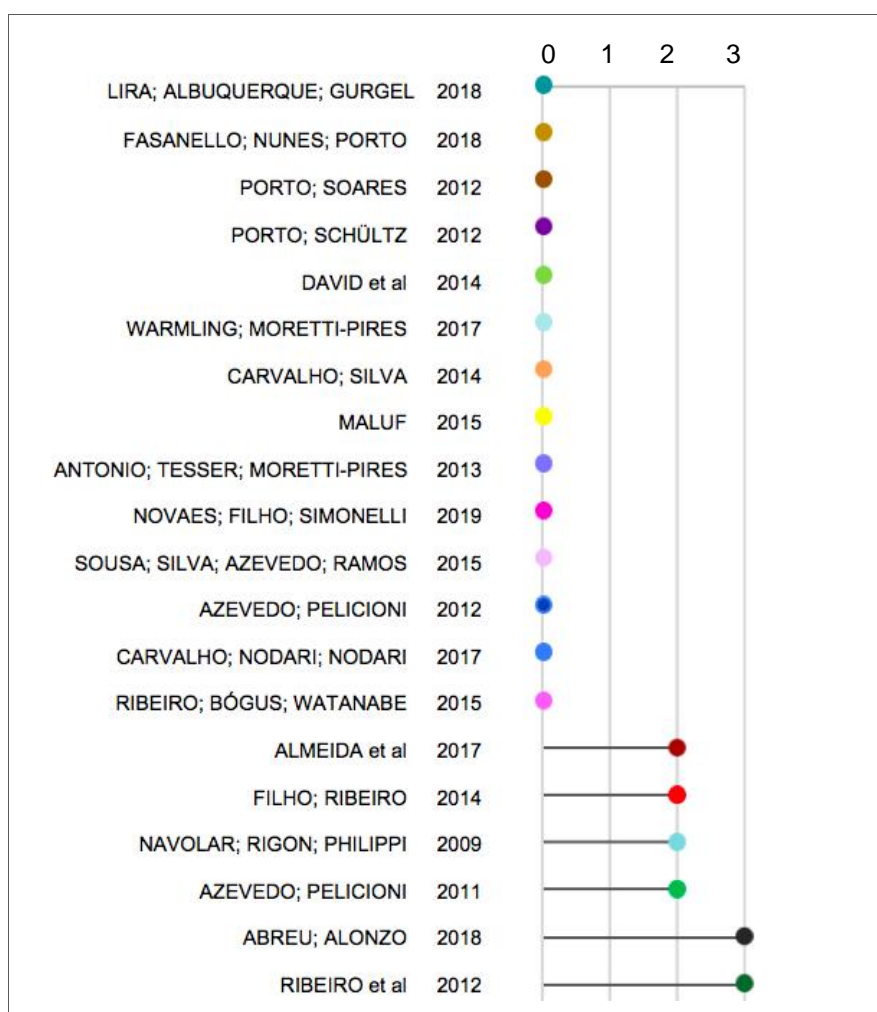
Fonte: autoria própria a partir de dados disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *Scientific Electronic Library Online*, organizados no Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 20

artigos científicos da saúde produzidos no Brasil. Os valores quantitativos equivalentes a tais parâmetros estão traduzidos no gráfico de dispersão (Gráfico 6).

A interpretação do gráfico acima (Gráfico 6) demonstra que, para o conjunto dos estudos considerados, existe uma tendência que perspectivas mais instrumentais na abordagem da saúde coletiva repercutam em tendências também de instrumentalização da agroecologia (no gráfico, eixo vertical: concentração de artigos do lado esquerdo: valores entre “-4” e “0” no eixo horizontal e entre “0” e “4”). Já entre os estudos com perspectivas mais críticas na saúde (no gráfico, entre “5” e “10” no eixo vertical), a abordagem da agroecologia (e temas a ela circunscritos) se distribui em graus variados de aprofundamento/perspectiva crítica (no gráfico, eixo horizontal: classificação entre “1” – não define ou desenvolve o conceito – e “5” – nível máximo de criticidade).

Também com a intenção de proporcionar uma síntese visual das categorias analisadas nos artigos, a produção do conhecimento no interior do corpus analítico foi caracterizada pela noção de “desvio-padrão”, apropriado do campo da matemática para designar, em cada artigo, a *distância* entre o discurso sobre produção/legitimidade dos conhecimentos e a formulação do problema da pesquisa ou as metodologias empregadas. O desvio padrão com valor “0” foi atribuído aos artigos cujo *discurso* pareceu estar alinhado ao próprio *processo* de construção do conhecimento; valores de “1” a “3” indicam intensidade crescente de contradições sobre o tema.

Gráfico 7 –Gráfico do tipo *lollipop* para caracterização do corpus analítico*segundo categoria “desvio padrão”, que designa o grau de alinhamento (de 0 a 3) entre o *discurso* sobre conhecimento e o próprio *processo* de produção do conhecimento em cada estudo.



Fonte: autoria própria a partir de dados disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *ScientificElectronic Library Online*, organizados no Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 20 artigos científicos da saúde produzidos no Brasil.

O quadro abaixo (Quadro 5) detalha os critérios adotados para atribuição do valor do “desvio padrão”.

Quadro 5 –Parâmetros qualitativos de referência para elaboração da categoria “desvio padrão”que designa o grau de alinhamento (de 0 a 3) entre o discurso sobre conhecimento e o próprio processo de produção do conhecimento em cada estudo, elaborado para o conjunto dos artigos* do corpus analítico.

PARÂMETROS QUALITATIVOS DO GRÁFICO DESVIO PADRÃO			VALOR (0 a 3)
Proposta teórica (discurso sobre o conhecimento)	Processo de produção do conhecimento/método conduzido		
fluxo conhec. científico/técnico - popular	transferência unilateral do conhecimento	equivalente à proposta teórica	0
	integração dos conhecimentos		
	construção compartilhada do conhecimento		
	integração dos conhecimentos	transferência unilateral do conhecimento	1
	construção compartilhada do conhecimento	integração dos conhecimentos	2
	construção compartilhada do conhecimento	transferência unilateral do conhecimento	3

Fonte: autoria própria a partir de dados disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *Scientific Electronic Library Online*, organizados no Programa Microsoft Excel, 2020. *Recorte com 20 artigos científicos da saúde produzidos no Brasil. Os valores quantitativos equivalentes a tais parâmetros estão traduzidos no gráfico do tipo *lollypop* (Gráfico 7).

Por exemplo, observou-se, em um mesmo estudo, a afirmação de que a agroecologia tem os agricultores como “protagonistas”, convivendo com uma perspectiva mais associada à *transferência* unilateral do conhecimento do pesquisador, conforme o artigo descreve a pesquisa-ação realizada junto a agricultores (ABREU; ALONZO, 2018). Atenta-se que ao “desvio padrão” de valor “0” não corresponde, necessariamente, estudo crítico – significa apenas que não foram percebidas contradições, no *discurso* do texto científico, ligadas ao tema da produção do conhecimento.

Ressalta-se que as análises gráficas (produzida nos Gráficos 6 e 7) não têm como intenção julgar o valor individual das publicações, mas facilitar uma apreensão visual das tendências encontradas na análise de conteúdo e do discurso do corpus. Ressalta-se também que apesar de cada texto ter sido avaliado individualmente, não se pode afirmar que a análise de cada um se deu de maneira separada ou descolada do conjunto dos 20 artigos. Uma vez que os próprios parâmetros de avaliação foram estabelecidos a partir do corpus como um todo e que esses dois “gradientes numéricos de criticidade” foram criados para esse conjunto específico, inevitavelmente, a posição final de cada artigo no gráfico é relativa: estão posicionados um em relação aos outros. Dito de outra forma, um outro corpus analítico viria a gerar outros parâmetros de criticidade e, conseqüentemente, outro gráfico final.

Nos próximos itens, desenvolve-se análise dos textos do corpus analítico, a partir de procedimentos combinados que se aproximam da análise de conteúdo e da análise do discurso.

4.2.1 Eixos centrais da relação entre saúde e agroecologia

4.2.1.1 Sentidos para promoção da saúde

Dentre os artigos analisados, aqueles que conceituam promoção da saúde (SANTOS NAVOLAR; DO AMARAL; MAIA DE SOUZA PHILIPPI, 2010; AZEVEDO; PELICIONI 2011; AZEVEDO; PELICIONI, 2012; RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015; ABREU; ALONZO, 2018) referenciam a Carta de Ottawa, elaborada em 1986 na primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde da OMS. No documento, promoção da saúde é “*nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo*” (OMS, 1986, p. 1). Promoção da saúde também é entendida como uma estratégia que “*trabalha com a ideia de responsabilização múltipla, seja pelos problemas, seja pelas soluções propostas para os mesmos*” (BUSS, 2000, p.165) e que propõe a articulação de saberes técnicos e populares, combinando ações do Estado, da comunidade e de indivíduos.

Nesses estudos, agroecologia e promoção da saúde são relacionadas a partir dos benefícios que sistemas produtivos ecológicos trazem para a qualidade do alimento e do meio ambiente, ao transformar práticas alimentares e de cuidado de agricultores e consumidores. Como contribuição, estas pesquisas assinalam a importância de incluir com mais atenção às discussões do campo ambiental e de considerar a agricultura nas estratégias de promoção da saúde, demonstrando um reconhecimento de que “*as repercussões socioambientais do padrão produtivo dominante não ganharam a devida importância na área da saúde.*” (AZEVEDO; PELICIONI, 2011, p.718).

Convergindo com essa discussão essas mesmas autoras (*id.*, 2012), no artigo “Agroecologia e promoção da saúde no Brasil”, localizam duas tendências conceituais nos estudos de promoção da saúde, uma centrada no aspecto biológico e na responsabilização do indivíduo a partir do seu comportamento individual e estilo de vida, e a outra que, segundo Navolar, Rigon e Philippi (2009) seria concretizada quando os determinantes do processo

saúde-doença são considerados enfrentados ou quando se criam as condições adequadas para uma existência com qualidade de vida.

Entre os princípios que orientam a prática de agricultura de base ecológica, um é destacado com mais frequência que os demais: a não aplicação de pesticidas e fertilizantes químicos no cultivo. Não por acaso, este elemento é o que se vincula à saúde a partir do *risco* oferecido. Nos discursos que equivalem as práticas da agroecologia à não aplicação – e mesmo ao *uso funcional* dos agrotóxicos e insumos sintéticos – ou a "*Repertórios de Recursos de Saúde de cada comunidade*" (ABREU; ALONZO, 2018, p.368), está implícita a redução da agroecologia a uma técnica de cultivo, defendida por repercutir positivamente na saúde. Tal forma de compreensão pode ser visualizada no seguinte fragmento do artigo “Salutogênese-Camponês a Camponês: uma metodologia para promoção da saúde de populações expostas a agrotóxicos”:

Sendo, nesse sentido, o modelo de produção de alimentos um fator determinante para a saúde de famílias e comunidades camponesas e sendo os agrotóxicos invariavelmente danosos à saúde humana e ao meio ambiente, não há outro caminho viável para a promoção da saúde no campo que não o desenvolvimento de um processo social que permita a compreensão e a superação da lógica dominante do modelo de agricultura baseado na utilização de insumos químicos industriais (ABREU; ALONZO, 2018, p.262)

A superação do modelo dominante de agricultura como “*único caminho viável*” aponta que, na tentativa de novos caminhos, repete-se falas que reificam formas do passado. Ademais, almejar esse processo social como caminho (futuro) ignora o como já existente, histórico: agricultura sem agrotóxicos *é* realidade de muitos agricultores familiares e camponeses e de grupos tradicionais/populações originárias.

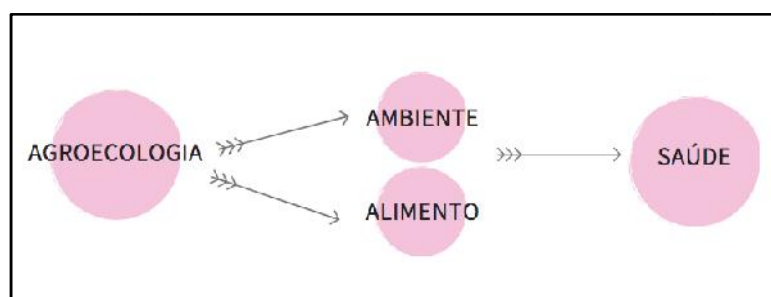
Em oposição, o artigo “‘Defensivos’ ou ‘agrotóxicos’? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002, considera que “*entender adequada e objetivamente os perigos dos agrotóxicos é, na verdade, apenas um primeiro passo na busca de formas de produção de alimentos mais saudáveis e com menor impacto ambiental e na saúde dos agricultores e consumidores*” (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2007, p.89).

As ações de promoção da saúde, pela primeira perspectiva dos primeiros autores, deveriam ser direcionadas ao enfrentamento do uso de agrotóxicos, que é um fator determinante no adoecimento. No entanto, uma agricultura “sem químicos” e baseada em princípios ecológicos é suficiente para promover saúde? Se sim, a saúde de qual segmento de

população que está “no campo”? Além disso, poderia a superação do modelo de agricultura dominante ser alcançada através da conscientização de um número cada vez maior de agricultores camponeses, que então transformarão suas unidades produtivas?

Apesar dos avanços nas abordagens de promoção da saúde que incluem a dimensão das influências à saúde externas ao indivíduo (ambientais e sociais), exemplificada no fragmento acima, não são transpostos alguns limites importantes para compreensão do processo saúde-doença. Nesse sentido, o esquema abaixo (Figura 13) ilustra o eixo linear estabelecido na relação entre agroecologia (enquanto técnica) e saúde (enquanto objeto desejado, ou fim):

Figura 14 – Representação da relação linear entre agroecologia e saúde verificada entre os estudos do corpus analítico*.



Fonte: autoria própria a partir do programa online e gratuito Canva (<http://canva.com>), 2019. *Recorte com 20 artigos científicos da saúde produzidos no Brasil disponibilizados na Biblioteca Virtual em Saúde e no *ScientificElectronic Library Online*.

A figura busca traduzir uma forma gerencialista de compreender a relação “agroecologia – saúde”, que considera agroecologia como um sistema produção agrícola gerador de mudanças positivas/desejáveis na qualidade do ambiente e dos alimentos produzidos; ambientes e alimentos com mais qualidade (mais “saudáveis”, “limpos”, “naturais”) são geradores, por sua vez, de saúde para aqueles que os consomem (que neles vivem e deles se alimentam). Nesse caminho unidirecional, a agroecologia conduziria *naturalmente* à saúde e à qualidade de vida, podendo ser incluso ainda o caráter *educativo* das ações de promoção da saúde – o esquema na figura poderia ainda ser incrementado incluindo a dimensão da “conscientização da população” para transformação nos seus comportamentos e estilos de vida: “mudança no comportamento/na consciência – modelo de produção sem agrotóxicos – alimentos e ambiente com mais qualidade - saúde humana e ambiental”.

Outro aspecto relevante são as formas de separação entre campo e cidade. Em alguns artigos, o ambiente rural é apresentado como um espaço importante para prevenção de

doenças, já que pode ser um local de produção de alimentos “de qualidade” e “*propício à realização de atividades laborais não sedentárias e promoção da saúde ambiental*” (AZEVEDO; PELICIONI, 2011):

Grande parte da população urbana tem vínculos com o meio rural (especialmente aquela mais vulnerável socialmente e foco de diferentes programas na área de Saúde Pública). Ou seja, as intervenções da Saúde Pública parecem ter sido, essencialmente, encontrar soluções para muitas mazelas urbanas que se originaram no meio rural (PELICIONI; AZEVEDO, 2011, p.718).

Em síntese, agroecologia “promove saúde” pelos benefícios que sistemas produtivos de base ecológica podem trazer à qualidade dos alimentos e ao meio ambiente, reduzindo riscos e produzindo alimentos saudáveis. Implícita, uma relação produção – consumo que, além de redutora, demonstra uma compreensão do rural como lugar cujo fim é produzir para a cidade; por conseguinte, dos sujeitos do mundo rural como aqueles que devem aprender a produzir (sem agrotóxicos) para servir melhor.

Ainda, segundo essas abordagens, o “objeto” da agroecologia seria o espaço de cultivo agrícola (agroecossistema), desconsiderando o “sistema agroalimentar”, noção que poderia contribuir nas discussões sobre promoção da saúde no Brasil, pois permite incluir dimensões mais amplas da produção e do *acesso* a alimentos “nutricionalmente adequados”. Na escala do sistema agroalimentar é possível olhar, por exemplo, para dinâmicas nos sistemas de produção e circulação de alimentos que atravessam o campo, reforçando uma estrutura social profundamente desigual e limitando condições concretas de transformação nos modelos de agricultura.

No sentido inverso, considera-se que a saúde também pode ser apresentada como um “objeto”, ao ser apresentada como uma “bandeira” na defesa da agroecologia. Novamente, a redução da saúde a um subproduto ou efeito do cultivo sobre bases ecológicas encobre questões fundamentais ligadas às condições de vida das populações engajadas em formas ecológicas de produzir alimentos. Se a agricultura de base ecológica libera das adversidades do cultivo com aplicação de veneno, ainda outras persistem entre populações do campo, tradicionais e indígenas, como o agravamento da violência e dificuldade de acesso aos serviços de saúde (e demais serviços básicos como saneamento e educação), que muitas vezes limita a permanência das populações em seus territórios. Ainda, pontua-se a relação ao desgaste no trabalho na agricultura: a própria conversão de sistemas convencionais a sistemas ecológicos pode demandar, de acordo com a organização do processo de trabalho em cada

contexto, uma intensificação laboral que abre espaço, por exemplo, para inclusão dos aspectos da saúde do trabalhador e saúde da mulher nas discussões sobre promoção da saúde e agroecologia.

Nesta interface delicada, importa assumir que práticas agroecológicas de agriculturas não são *naturalmente* promotoras de saúde e que não há correspondência direta, necessária, entre agroecologia e melhoria das condições de saúde e vida da população que produz alimentos agroecológicos.

Outro aspecto nos textos que discutem agroecologia e promoção da saúde é o uso recorrente do termo empoderamento (por vezes mantido em língua inglesa, *empowerment*) dos agricultores e comunidades, como um dos resultados do incentivo e da adoção de práticas agroecológicas, como no seguinte trecho: "*a corresponsabilidade e a politização individual e coletiva são componentes da promoção de saúde ligados ao princípio do empoderamento*" (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013, p. 628).

Em convergência, no artigo “Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo” os autores consideram que ações mais amplias de promoção da saúde tem como objetivo obter "*novos conhecimentos sobre a relação saúde e ambiente, a partir de realidades concretas, visando contribuir para o empoderamento das comunidades locais, em ações positivas de promoção da saúde*" (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014a, p. 453). Nesse fragmento, a noção de conhecimentos *novos* merece ser destacada: novos para quem? Esse tópico será retomado mais a frente, na discussão sobre legitimidade do conhecimento agroecológico seção (3.2.6). Ainda sobre a relação entre promoção da saúde e empoderamento, Abreu e Alonzo colocam:

A promoção da saúde em qualquer comunidade, independentemente de seu contexto de carências, debilidades e injustiças, apenas será resolutiva e de fato empoderadora caso os esforços de ação e pesquisa sejam direcionados para a identificação, a disponibilização e a utilização dos recursos de saúde ali existentes (ABREU; ALONZO, 2018, p. 263).

Observa-se no fragmento acima um esforço para incluir a dimensão interna/subjetividade na caracterização das condições de saúde de um grupo ou indivíduo, abrindo à discussão sobre aproximações e limites entre a consideração de dimensões da subjetividade e responsabilização individual, bem como entre as noções de “autonomia” e “empoderamento”.

Dentre os artigos que utilizam o termo empoderamento, somente Azevedo e Pelicioni (2011) o definem, citando Amartya Sen (2002), como “*a ampliação das possibilidades de controle, por um sujeito ou uma população, dos aspectos significativos relacionados à sua própria existência*”.

Ampliação do controle implica ampliação do poder sobre a própria existência. Empoderamento, entendido como poder conferido a grupos oprimidos, implica a transferência de poder por categorias que dele dispõem. Sevalho (2017) considera empoderamento um termo “*frequente no discurso neoliberal com sentido falacioso de transferir poder para populações vulneráveis*” e “*implica a culpabilização e convencimento da população para que utilize recursos próprios na resolução de problemas*” (p. 183),

Para Stotz e Araujo (2004), o *empowerment* serve como meio para uma forma de “dominação consensual”, na qual o papel de agentes do governo e profissionais da saúde como “empoderadores” é estabelecer uma mediação entre as demandas dos grupos de pessoas excluídas de poder e os interesses de grupos situados em posições de poder na sociedade. Ao contrário, quando a participação política é pensada no intuito de democratização do poder, técnicos e profissionais atuariam como aliados aos movimentos populares.

A participação nos conflitos sociais implicaria inclusive, como resultado da experiência de cooperação e de confronto entre interesses, a percepção de que não cabe aos “promotores” o papel de validar a experiência de terceiros mas descobrir novas “habilidades e competências” comuns, no decurso da própria ação coletiva (STOTZ; ARAUJO, 2004, p.14).

Por fim, empoderamento se relaciona ao conceito de autonomia, que “*na superação das condições desumanizadoras (...) é construção histórica de existência que se formula com a conscientização*” Sevalho (2017, p.182), relaciona-se à capacidade de decidir, poder dizer e agir sobre o curso das coisas. Considerando que a responsabilidade individual é limitada pela disponibilidade de suportes sociais/coletivos que possibilitem o desenvolvimento e fortalecimento da individualidade, autonomia não é sinônimo de independência, mas implica a abertura do ser para solidariedade e a capacidade de assumir a condição de dependência inerente à fragilidade e finitude humana (OLIVEIRA; VALLA, 2001; SEVALHO, 2017).

4.2.1.2 Agrotóxico, risco, segurança esoberania alimentar

O uso de agrotóxicos é eixo temático importante em 4 dos 20 artigos analisados. Um primeiro exemplo interessante de possíveis contradições no discurso ligado a esse tema é verificada em “Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigos” (ALMEIDA et al., 2017). O estudo demonstra, através de instrumentos da análise epidemiológica, que o uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) elevou o consumo de agrotóxicos sem aumento da produtividade agrícola no Brasil, apresentando tal fato como potencialmente danoso à saúde humana e ao ambiente. Em resposta, recomenda ações de prevenção, mitigação, diagnóstico e tratamento: *"os dados sobre o uso de agrotóxicos podem servir como indicadores para dar suporte a ações de vigilância como monitoramento de seus resíduos em solo, água e alimentos e aprimorar medidas de diagnóstico e tratamento das intoxicações"* (p.333).

Apesar de afirmar utilização da abordagem da epidemiologia crítica, citando Jaime Breilh(2006) na análise dos dados, o artigo é moderado em suas propostas. Não questiona, por exemplo, a necessidade de suspensão dos OGMs, defesa comumente apoiada no Princípio da Precaução enquanto medida preventiva de biossegurança, ainda que controversa, como feito no artigo “Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios” (PORTO; SCHÜTZ, 2012). Segundo os autores, *“uma vez introduzidas as incertezas, o modelo autorregulado hegemônico é confrontado pelo Princípio da Precaução, que além de ter vocação universal, teria regência mesmo sem o rigor das certezas científicas”* (p.1452).

A intenção de transparecer *neutralidade* no estudo epidemiológico pode ser estratégia para permear mais campos, já que um estudo explicitamente mais crítico possivelmente pode ser questionado quanto a sua legitimidade, atribuindo-o como "radical", de "militância". Entretanto, questiona-se se tal posicionamento valida-o como estudo baseado na epidemiologia crítica; com limites característicos da adoção de uma retórica mais “moderada”, parece se aproximar mais de um estudo epidemiológico tradicional, ou seja, da epidemiologia de fatores de risco.

A centralidade atribuída ao conhecimento científico em relação tema dos agrotóxicos é ilustrada no seguinte fragmento do artigo “‘Defensivos’ ou ‘agrotóxicos’? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002”, que faz um levantamento histórico do uso de agrotóxicos a partir a de propagandas, dados oficiais,

literatura científica: "*Já existem evidências suficientes de que apenas estudos cientificamente orientados, mas holísticos, isto é, que englobem distintas áreas do conhecimento, serão capazes de entender adequada e objetivamente os perigos ou as vantagens dos agrotóxicos*" (p.89). Após a menção da fala de um engenheiro agrônomo entrevistado na pesquisa, os autores colocam:

Até mesmo os técnicos mais qualificados e instruídos da extensão rural em Santa Catarina, motivados pelo otimismo tecnológico da época, tiveram uma atitude de ingenuidade ou falta de conhecimento em relação aos riscos dos agrotóxicos, o que nos leva a ponderar sobre a situação naquele contexto de muitos agricultores analfabetos ou com baixa escolaridade lidando com produtos perigosos à saúde humana (CARVALHO; NODARI; NODARI, 2017, p. 82).

Para além de uma associação direta entre *conhecimento e informação*, ressalta neste trecho a associação entre conhecimento e *escolaridade* e entre esta e os agrotóxicos: os autores ponderam que não saber ler ou não ter frequentado a educação formal pode elevar o *risco* de exposição a agrotóxicos, em comparação com pessoas “instruídas”. Em convergência, o próximo fragmento também relaciona conhecimento e risco:

Embora as pessoas não tenham conhecimento dos conceitos de sustentabilidade ambiental, possuem e/ou passam a ter, em determinado momento de suas vidas, a percepção clara do risco e da necessidade de agir diante da presença concreta dos problemas ambientais do cotidiano (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015, p.737)

Sobre o *risco* no campo da saúde, Carvalho, Nodari e Nodari (2017, p. 85) consideram que "*o perigo dos agrotóxicos ou de qualquer substância nunca é concebido em termos puramente objetivos ou puramente subjetivos*" (p.89) e que "*a avaliação do risco, em última instância, é construída socialmente, não dependendo somente de relatórios técnicos*"

Lira (2018), Carvalho, Nodari e Nodari (2017) e Abreu & Alonzo (2018) questionam a argumentação a retórica do "uso seguro" de agrotóxicos, baseadas na necessidade de regulamentação e educação para evitar o uso inadequado dos venenos, reduzindo exclusivamente as intoxicações, acidentes de trabalho e óbitos às condições de uso. Para os autores, tal argumento reforça a culpabilização do agricultor, pois desconsidera o processo sociohistórico em que as relações de uso de tais produtos se construíram.

Warmling e Moretti-Pires (2017) no artigo “Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil” discute a associação do atributo “saudável” à agroecologia nas entrevistas que realiza durante a pesquisa, atentando para o efeito da construção do “saudável” a partir da centralidade do risco (de se desenvolver doenças como intoxicações com agrotóxicos e câncer) pois “*a insaciabilidade dos riscos relacionados à saúde move também o sistema econômico, criando novos produtos*” (p. 692).

Associado à noção de “saudável”, outro eixo importante do diálogo entre saúde e agroecologia verificado no *corpus* diz respeito à segurança alimentar e nutricional (SAN) e à soberania alimentar, que se ligam diretamente ao campo da Nutrição.

SAN é uma abordagem desenvolvida no Brasil a partir da década de 1990 “*que tem como inovação e desafio permanente integrar agricultura e nutrição na sua conceituação e também na formulação das políticas institucionais agrícolas e de desenvolvimento rural*” (MALUF, 2015, p. 2308).

Nas ocasiões que o termo foi conceituado, entre os doze estudos em que aparece (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2009; PELICIONI; AZEVEDO; 2011; RIBEIRO et al, 2012; PORTO; SOARES, 2014; ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014; CARVALHO; SILVA, 2014; DAVID et al., 2014; SOUSA et al., 2015; RIBEIRO et al., 2015; MALUF, 2015; RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015; WARMILING; MORETTI-PIRES, 2017), recorreu-se à definição da legislação sobre Segurança Alimentar e Nutricional elaborada no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA):

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2010a, p. 70).

Já a soberania alimentar, também definida no documento, assume que a realização do direito humano à “alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional” exigem respeito à primazia dos grupos e, na escala dos regimes alimentares mundiais, de cada país, nas decisões sobre a produção e consumo dos alimentos. Conecta assim prática agroecológica, distribuição equitativa dos bens naturais e o fortalecimento da autodeterminação (CONSEA, 2006; MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013).

A soberania alimentar é pauta das organizações envolvidas na luta pela terra. Especificamente entre povos tradicionais e indígenas, envolve a recuperação de seus conhecimentos ancestrais e o fortalecimento das estratégias de produção para autoconsumo e é, necessariamente, uma proposta anticapitalista¹⁹.

O termo “soberania alimentar” é utilizado em cinco dos doze artigos que mencionam a SAN porém sem definir ou diferenciar os dois termos. De maneira similar, parte dos estudos utiliza corriqueiramente os termos “saudável” e/ou “alimento/alimentação saudável” sem conceituação.

De uma perspectiva crítica da epidemiologia, Breilh(2008, p. 9) designa “saudável” aqueles “*processos estruturados de vida e dos modos de viver característicos de distintos grupos, respeitando os modos de vida de grupos sociais e de pessoas, e o livre arbítrio*”. Esta perspectiva parece se afastar do uso do termo no fragmento retirado do artigo “Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo” (2015a), que defende a importância de considerar a agricultura pela “*centralidade da produção de alimentos limpos, saudáveis, suficientes e acessíveis para as camadas crescentes da população mundial*”.

Indo um pouco mais além na problematização do tema, “Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar”, Sousa *et al.* (2015) define que o conceito de alimento saudável e de qualidade alimentar supera as premissas de alimento com valor nutricional quantitativamente equilibrado, na medida em que incorpora dimensões ambientais, de saúde humana e de justiça social, e discute o potencial da alimentação escolar quando “*atrelada a práticas sustentáveis que levem em conta a dimensão socioambiental e cultural da alimentação*” (p. 221).

Um maior aprofundamento da discussão no âmbito da SAN é verificado no artigo de Maluf *et al.*, “Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil”, que define “alimentação saudável e adequada” como aquela nutricionalmente suficiente, diversificada, produzida em bases agroecológicas pela agricultura familiar e menos modificada por processos industriais. Segundo os autores, adotar a perspectiva de uma agricultura que seja “sensível à nutrição” requer a compreensão da comida não apenas como um bem ou produto, mas como hábito - o uso que as pessoas fazem desse produto

¹⁹Ketty Marcelo Lopes, presidente da Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru (Onamiap) em comunicação oral no Seminário Selvagem, no dia 14/11/2019 na biblioteca do Jardim Botânico, Rio de Janeiro (RJ).

alimentício. O estudo aponta ainda que a maioria das políticas de nutrição no Brasil assume uma perspectiva biomédica e medicalizada, que restringe a nutrição ao setor saúde e que está diretamente inter-relacionada ao modelo agrícola dominante (monocultivos de larga escala e altamente mecanizados). Analogamente, tendências atuais a dietas alimentares “monótonas e pobres” se associam a esse modelo de agricultura.

O estudo supracitado delinea dois regimes alimentares que transcorrem paralelos, servindo a duas classes diferentes de consumidores globais: a primeira baseada em uma cadeia transnacional de alimentos de "qualidade" para consumidores dos centros cosmopolitas no mundo. A segunda se baseia nos alimentos ultraprocessados, que são mais modificados químicamente e geneticamente e direcionados aos consumidores mais pobres. Conforme essas cadeias produtivas se deslocam para os países do Sul, agricultores e mercados locais ficam sob ameaça; com isso, o acesso a alimentos frescos pelas crescentes camadas empobrecidas da população é dificultado, favorecendo o aumento do consumo da comida industrializada de baixo custo, "*provavelmente o commodity menos saudável e com maior durabilidade*" (MALUF *et al.*, 2015, p. 2305).

Assim, fome e insegurança alimentar coexistem com tendências crescentes ao sobrepeso e obesidade associada à deficiência de micronutrientes e desnutrição, explicadas em parte pelos múltiplos estímulos ao consumo de alimentos processados, decorrentes dos intensivos recursos de publicidade, da relação custo-saciedade-sabor desses alimentos e, especialmente nos segmentos sociais mais vulnerabilizados, da dificuldade para acessar alimentos frescos.

4.2.1.3 Determinação, determinantes e algumas dificuldades

“Determinantes socioambientais da saúde” e “determinação social do processo saúde-doença” não parece ser uma questão conceitual dos estudos. No corpus, encontrou-se textos com uma perspectiva crítica, que usam o termo *determinantes*, mas se aproximam da determinação social. O único artigo do *corpus* que explicita o uso do modelo da determinação social do processo saúde-doença como referencial teórico foi “Trabalho e estranhamento: a determinação social da saúde em assentamentos” (LIRA; ALBUQUERQUE; GURGEL, 2018).

No estudo, o uso de agrotóxicos e saúde são relacionados a partir do modo de organização do processo de trabalho do agricultor: “*a saúde dos assentados e a construção de*

'hábitos saudáveis' não são produtos exclusivamente dos indivíduos, estando diretamente associadas à apropriação das riquezas que são socialmente produzidas" (p. 447). Para além da abordagem causal do "agrotóxico como fator gerador de doença", danos à saúde são compreendidos como consequência (determinados socialmente) das dinâmicas de mercado relacionadas à atividade agrícola, argumentação esta apoiada no materialismo histórico. Dessa forma, analisa-se a saúde do trabalhador em dois assentamentos, um influenciado pela lógica do agronegócio e o outro da agroecologia, buscando compreender "*a indissociável relação subjetividade/objetividade, expressando como as relações materiais estabelecidas são determinantes na forma de adoecer e morrer*" (p. 489).

Dentro do modelo de determinação, a dimensão das "condições de trabalho e vida" são fundamentais para avaliar a situação de saúde dos grupos populacionais, não apenas porque influenciam no surgimento e agravamento de *problemas de saúde*, mas sobretudo porque são o campo de ação no qual esses sujeitos atuam para enfrentar tais problemas. No entanto, pela "condição de vida" ser insuficiente para explicar o processo saúde-adoecimento dos grupos e indivíduos, Oliveira e Valla (2001, p.80) incluem a dimensão da "experiência de vida", que ressalta as formas de "*apropriação da realidade e as possibilidades de ação sobre ela, buscando considerar que os percursos históricos, universo cotidiano, valores culturais e visão de mundo, mediadores das relações de produção, também determinam a mudança histórica e social*".

Lira, Albuquerque e Gurgel (2018) consideram que no trabalho realizado por assalariados e camponeses autônomos, no modelo influenciado pelos princípios do agronegócio, a dependência com o mercado é maior, a produção exclusivamente para venda e a subordinação a técnicas introduzidas por uma lógica externa, dificulta a relação de identidade entre o produtor e seu produto e "*modula os assentados a procurarem formas mais rápidas e econômicas de produção*" (p. 445) "*que favorece o uso dos agrotóxicos e o adoecimento por meio deles*" (p. 448).

Partir da perspectiva da necessidade para abordar o uso de agrotóxicos se relaciona às noções previsão/provisão: Valla (1996) discute que, enquanto o trabalho desenvolvido pelos profissionais da saúde pressupõe corriqueiramente a "previsão" como categoria principal, pois a própria ideia de *prevenção* implica num olhar para o futuro, pode-se considerar que os setores populares conduzem suas vidas com a categoria principal de "provisão", onde o olhar está voltado para o passado e preocupado sobretudo em prover o dia de hoje.

O artigo mencionado acima também apresenta dificuldades comuns aos dois tipos de assentamento: primeiro, a diminuição de jovens nas atividades, por dificuldades concretas de

produção e reprodução social das famílias, mas também pela desvalorização da vida e do trabalho no campo, que ainda associado à precariedade e ao atraso - favorece a cisão aparente entre campo e cidade.

Outro aspecto é a persistência de doenças infecto parasitárias, osteomusculares e aumento de agravos como hipertensão e diabetes, que demonstram “*a dificuldade no acesso a direitos básicos, como saneamento e acompanhamento regular das famílias pelos postos de saúde*”. E um terceiro desafio é a autossuficiência, ou seja, sustento provido inteiramente do processo de trabalho desenvolvido no assentamento. A dependência a uma fonte de renda alternativa é relacionada ao processo “conservador” da reforma agrária no Brasil e às políticas públicas que reforçam a dependência do agricultor ao mercado.

Apesar da adoção da agroecologia não ter respondido a um incremento substancial na renda dos assentados participantes da pesquisa, Lira, Albuquerque e Gurgel (2018) constataam “*maior autonomia do processo de trabalho em uma relação diferenciada com o território, explicitada pelo maior cuidado com a saúde em seu conceito ampliado*” (p. 446). O consumo da produção, a variedade de culturas, a preocupação com o ambiente e com a produção de uma alimentação de qualidade para a população da cidade conferem um caráter de superação parcial da alienação do trabalho, reforçada, segundo os autores, pela identidade dos assentados com o MST – “*logo, têm uma organização para além de sua revolta individual*” (p. 443).

O artigo acima traz uma importante discussão sobre os desafios faceados pelos agricultores que adotam modelos agroecológicos, tópico que foi pouco abordado no conjunto dos artigos analisados (outros artigos que discutem desafios são: PORTO; SOARES, 2012; MALUF, 2015; WARMLING et al., 2017; SOUSA et al. 2015).

Outra dimensão de desafio diz respeito ao saneamento, tema que aparece no artigo de Lira, Albuquerque e Gurgel (2018) discutido acima e também na publicação “Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo” (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014) que realizou pesquisa participante a partir do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e outros instrumentos/categorias pré-estabelecidas em recomendações internacionais da FAO e OPAS. Ao analisar as demandas que surgiram do grupo de agricultores assentados participantes, os autores colocam:

Problemas relacionados à proteção dos mananciais e ao controle de zoonoses, potencialmente passíveis de serem identificados por um olhar técnico mais apurado, não foram referidos por nenhum dos grupos trabalhados como aspecto relevante para compor o

exercício da “árvore de problemas”. Por outro lado, todos os assentamentos, independentemente de serem projetos de desenvolvimento sustentável, referiram problemas de saneamento básico, envolvendo abastecimento de água e esgotamento sanitário (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014, p. 462).

À parte a interpretação dos autores sobre os fatores identificados como “problema” pelos camponeses assentados (objetos da pesquisa), como ausência de conhecimento (ou olhar) técnico (ou profissional), ressalta-se o tratamento do esgoto, gestão de resíduos sólidos, acesso à água potável e para irrigação em regiões não urbanizadas, entrelaçados aos demais desafios na condução de uma agricultura de base ecológica. Pensar “saúde e agroecologia” no contexto brasileiro passa, necessariamente, pela questão do saneamento como direito básico fundamental à uma vida com dignidade.

4.2.1.4 Sentidos da agroecologia para a saúde

O que é afinal agroecologia segundo os estudos analisados? Esta seção se volta às abordagens da agroecologia e a presença/ausência/definição de alguns conceitos importantes do campo tais como transição agroecológica, agroecossistema, sistema agroalimentar, rede eterritório, finalizando com uma discussão sobre atuais estratégias de captura da agroecologia por por setores que ocupam espaços de poder na sociedade. Em continuidade, na seção seguinte(4.2.2.5) discute-se também as noções de *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável*, e a partir delas os limites das diferentes proposições dos artigos – se mais conformadoras ou problematizadoras do modelo de sociedade dentro do qual se desenrolam as iniciativas de saúde e agroecologia descritas/desejadas.

Entre 12 artigos que buscam conceituar agroecologia, as principais referências teóricas (em 6 desses 12 artigos) são publicações mais antigas do chileno Miguel Altieri(1989; 1998)e do americano Stephen Gliessman(2001), acadêmicos que têm grande

influência no campo e, entre os autores nacionais, Caporal e Costabeber(2002;2004;2009)²⁰, empregando noções como “agroecossistema”²¹, “campo de conhecimento” e “sustentável”:

Por exemplo, no artigo “Agricultura urbana agroecológica - estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional” Ribeiro *et al.* (2012, p.386) considera que agroecologia “*constitui-se em um campo do conhecimento científico que estuda a atividade agrária, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica*” e que “*analisa os agroecossistemas, integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia, sociologia, entre outros*”.

Convergindo, Sousa *et al.* (2015, p.222) define agroecologia como movimento sociopolítico de “*fortalecimento do agricultor em busca de sua identidade, de suas raízes culturais e, principalmente, de sua autonomia*” e como campo científico com “*potencial para apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura convencional para modelos de sistemas agroalimentares sustentáveis*”.

Foi observado que muitos autores se engajam na defesa de uma proposta excessivamente genérica da agroecologia, por vezes idealizada: “*As práticas agroecológicas, ao levar em consideração as dimensões: social, política, econômica, cultural e ambiental, possibilitam a construção de uma nova realidade e uma nova concepção de mundo*” (RIBEIRO *et al.*, 2012, p.386). Contatou-se também o apagamento da historicidade da agroecologia em parte dos artigos, apresentando-a como um conceito atemporal, uniforme. Em alguns estudos, mesmo definida como um “campo de estudos”, são ignorados aspectos importantes da sua evolução enquanto campo de conhecimento, desconsiderando especificidades da sua formação no contexto brasileiro e/ou latino-americano e a existência de vertentes distintas de agroecologia.

Sobre a existência de diferentes tipos de agricultura “de base ecológica”, Navolar, Rigon e Philippi (2009, p. 71) buscam diferenciar agricultura orgânica e agroecologia, pontuando que “*atualmente o termo ‘agricultura orgânica’ vem sendo apropriado por*

²⁰Caporal e Costabeber, por exemplo, definem que mais do que uma disciplina específica, agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne reflexões e avanços científicos de diferentes disciplinas que partem do conhecimento local “*que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar a à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica*” (2004, p. 12).

²¹Agroecossistema designa a unidade fundamental de estudo dos sistemas agrícolas, incluindo suas dimensões ecológicas, sociais e culturais:ciclos minerais, transformações energéticas, processos biológicos, insumos, relações socioeconômicas envolvidos no ciclo produtivo, analisados em seu conjunto(ALTIERI, 1998).

empresas em função do interesse comercial, se restringindo ao não uso de agroquímicos ou de transgenia, mas que não inclui os demais princípios éticos da agroecologia" (p. 71).

Diferenciação também é feita por Azevedo e Pelicioni (2011, p. 720) que consideram que enquanto a agricultura orgânica é um sistema produtivo que trabalha com diferentes segmentos sociais, *"a Agroecologia tem a agricultura familiar como foco de seu campo de estudos"* e se quer compreendida *"não apenas como um sistema produtivo, mas como uma nova ciência em construção"* (AZEVEDO; PELICIONI, 2011, p.720). Ainda assim, essas autoras fazem uma opção: *"Sem desconsiderar as diferenças entre tais correntes, nesse artigo, os termos alimentos orgânico e ecológico serão usados ocasionalmente como sinônimos."* (p.721).

Agricultura ecológica como sinônimo de agricultura orgânica, agricultura biodinâmica e de outros sistemas produtivos que não fazem uso de agrotóxicos/insumos industriais é uma escolha que está de acordo com a definição da Política Nacional de Agricultura Orgânica (BRASIL, 2012). Estabelecer esta distinção é fundamental, no entanto, para evidenciar as disputas no uso do termo "agroecologia". Ainda que a técnica empregada na agricultura orgânica (ou a "agricultura sustentável") tenha semelhanças com a agroecologia (a não aplicação de agrotóxicos, por exemplo), no cultivo de base agroecológica está implicada a questão do *acesso*, seja à propriedade da terra, seja aos alimentos que dela frutificam.

Mesmo restringindo a questão às técnicas de cultivo e manejo, há diferenças importantes entre agricultura agroecológica/de base ecológica e a agricultura orgânica. Na segunda são admitidos, por exemplo, sistemas de cultura única e a aplicação de insumos sintetizados quimicamente (por exemplo o NPK - nitrogênio, fósforo e potássio). Cultivos agroecológicos, por outro lado, as técnicas de fertilização envolvem fundamentalmente processos de ciclagem de nutrientes *in situ* produção de biomassa²². Ainda, não basta aplicar "técnicas de produção conservacionista do solo", ou seja, que contribuem para aumento da matéria orgânica no mesmo, para fazer agroecologia. Na última década, alguns desses métodos de manejo também passaram a ser incorporadas em monocultivos da agricultura industrial (GIRALDO; ROSSET, 2018) pelas vantagens que propiciam à produtividade.

²²Classificadas como técnicas conservacionistas do solo, incluem: cobertura do solo com matéria vegetal (serrapilheira), compostagem, plantio de leguminosas para adubação verde, plantio em curvas de nível, manejo de plantas espontâneas e não realização de capina. Tais métodos contribuem na ciclagem de nutrientes, redução de processos erosivos e retenção de umidade.

Ao mesmo tempo, diferenciam-se ainda os pequenos produtores e movimentos ligados às questões alimentares e ambientais que produzem segundo princípios ecológicos, porém as identificam como agricultura orgânica, permacultura, agricultura biodinâmica, agricultura sintrópica, entre outras.

Outra definição para agroecologia é encontrada em “Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora”, no qual Porto e Soares (2012) apresentam o modelo de produção agroecológico “como novo paradigma produtivo”, e buscam responder ao seguinte questionamento: *“como dar mais visibilidade e ampliar as iniciativas de agroecologia, em especial aquelas que promovam a sustentabilidade e a justiça, como as vinculadas à reforma agrária, à economia solidária, à segurança química e alimentar”* (p. 25).

Uma outra perspectiva de conceituação para agroecologia, que inclui a dimensão cultural e de “revalorização no sistema agroalimentar”, é verificada no artigo “Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar”, no qual Sousa *et al.* (2015, p. 222) consideram dimensões mais estruturais para fomentar um sistema agroalimentar ecológico são *“garantir acesso à terra e aos meios de produção, viabilizar as condições de reprodução social da agricultura familiar e a ideia de um mundo rural como patrimônio da sociedade”*; consideram também *“que ainda é possível encontrar grande diversidade de práticas agrícolas e alimentares tradicionais no país.”*

Em convergência, Lira, Albuquerque e Gurgel (2018) apresentam agroecologia como uma ciência que busca integrar os saberes históricos dos camponeses com os conhecimentos de diferentes ciências, entendida como valorização do saber campesino e considerando sua dimensão de movimento político: *“movimentos sociais do campo apontam a agroecologia como um caminho para o combate ao agronegócio, à opressão e à alienação sofrida pelo campesinato”* (p. 433).

Esses dois fragmentos acima enfatizam a relação entre produção agroecológica e agricultura camponesa de base família que, segundo Maluf (2015, p. 2305), *“muito mais diverge do que confirma a perspectiva 'produtivista', pois reformula o papel da agricultura na produção de alimentos”*.

Perspectiva crítica da agroecologia foi encontrada no artigo “Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil” (WARMLING; MORETTI-PIRES, 2017), a partir da definição de Carvajal (2011, p. 668):

a agroecologia não nasce em um campo científico ou em uma discussão específica para solucionar o impacto do homem na natureza", reconhecendo sua base "nas práticas tradicionais do campesinato latino-americano, por meio do resgate dos conhecimentos de comunidades tradicionais, como os camponeses e indígenas da América e da Ásia.

Este mesmo artigo também situa sua origem na América Latina como movimento popular de oposição ao agronegócio que pode englobar "*questões relativas à forma de organização social, a autonomia e a relação do agricultor com a terra*" (p. 668), em uma perspectiva de potencial emancipatório para o agricultor. O conhecimento "tradicional" e "popular" aparece associado ao conhecimento indígena somente neste artigo e também em um trecho do estudo "Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde" (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2010, p. 75), quando aborda plantas medicinais/fitoterápicos como "*estratégias de cuidado com a saúde de muitas comunidades, no meio rural, entre os povos indígenas e até no meio urbano*" que "*articulam o saber popular e a prática da agroecologia*".

Pode-se inferir que a ausência de relação entre agroecologia e povos indígenas/originários entre os artigos está ligada a questões de legitimidade da produção do conhecimento. Possivelmente, também se relaciona ao fato de que os grupos indígenas produzem, sobretudo, para sua própria subsistência. Os benefícios de seus conhecimentos e práticas não seriam de serventia, ao menos não dentro da já discutida perspectiva de relação "produção – consumo", à saúde da população dos centros urbanos – onde foi produzida a maior parte dos artigos analisados.

Outras abordagens contrastam fortemente. Abreu e Alonzo (2018) consideram que no modelo de produção agroecológico "*o equilíbrio produção-ambiente é capaz de resgatar a cultura, o ambiente e a dignidade local, ao mesmo tempo em que gera boa produtividade e lucratividade*" (p.368). Identifica-se a perspectiva de causalidade ligada ao "resgate da cultura" e da "dignidade local" que remete a compreensão de uma passividade dos grupos e indivíduos que trabalham e vivem do campo, questão que será melhor discutida a frente.

Entre os vinte artigos, seis fazem uso do termo "transição agroecológica" (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2009; PORTO; SOARES, 2012; SOUSA et al., 2015; WARMILING; MORETTI-PIRES, 2017; ABREU; ALONZO, 2018; LIRA; ALBUQUERQUE; GURGEL, 2018). Em Porto e Soares transição agroecológica é definida como "*processo gradual que não se resume apenas na proibição, substituição ou redução dos agrotóxicos, mas requer o manejo e o redesenho dos agrossistemas*" (p. 25).

De maneira similar, Abreu e Alonzo (2018, p. 269) mencionam, por exemplo, a necessidade de "*formulação de uma estrutura metodológica para a transição para modelos de produção de base ecológica e sua implementação como um processo social que promova a autonomia e a saúde de populações camponesas expostas à agrotóxicos*" (p.269) e pontuam "*a ausência de condições favoráveis, como estrutura organizativa camponesa prévia*" e de "*apoio público para tal organização e transição*" (p. 272).

Entre os estudos analisados, não foram consideradas fatores ou circunstâncias mais amplas do sistema agroalimentar que podem inviabilizar as transições para a agroecologia e o "desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis" em contextos específicos. Para Méndez, Bacon e Cohen (2013, p. 12) os pesquisadores precisam se mover para além da escala da unidade de produção agrícola para considerar relações de poder que envolvem instituições do mercado e do governo e "*debilitam as práticas culturais, a autossuficiência econômica e a base de recursos ecológicos*" e produtivos dos agricultores que variam "*de acordo com a classe, gênero ou posição étnica*".

Na literatura acadêmica sobre agroecologia, transição agroecológica pode ser definida como um processo

gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem do modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 12).

Outras leituras, que são mais recentes, incluem a mobilização de dimensões mais amplas não restritas à produção dos alimentos. Schmitt (2013), por exemplo, não a considera uma intervenção planejada ou solução de aplicação universal, mas uma construção "eco-social" que emerge das interações entre atores, recursos, atividades e lugares, mobilizando múltiplas dimensões da vida.

Na avaliação de experiências agroecológica no território brasileiro, NETO et al. (2016) demonstram que os processos de transição são potencializados quando existem espaços para troca permanente de informações entre os agricultores, consolidando redes de experimentação e de inovação social a partir da valorização das práticas locais já existentes.

Muitos exemplos exitosos de transição são encontrados no país. Desde o semiárido, com experiências consolidadas há mais de 25 anos (PIRAUX et al., 2012) à região Serrana do

estado do Rio Grande do Sul, onde sistemas familiares de agricultura ecológica vem sendo desenvolvidos desde o início da década de 1990 (SCHMITT, 2001) passando pelo Cooperafloresta, Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis no Alto do Vale da Ribeira (entre os estados de São Paulo e Paraná), formada por mais de cem famílias agricultoras quilombolas que produzem em sistema agroflorestal desde 1996 (NETO et al., 2016). Tais exemplos ilustram que a transição para a agroecologia não é uma discussão recente no meio acadêmico; por conseguinte, era esperada maior atenção na utilização do termo e nas proposições de incentivo à agroecologia elaboradas nos artigos. Verificou-se, no entanto, aproximações mais *genéricas* associadas à transformação dos sistemas de cultivo agrícola.

Três outros conceitos importantes no campo da agroecologia e que se relacionam à “transição agroecológica” são “rede”²³, “escala” e “território”, este último já há mais tempo apropriado pela saúde coletiva.

A noção de *redes* na agroecologia integra o conjunto de atores que compõem os sistemas agroalimentares. Para além das relações que suportam o cultivo agroecológico, envolve as formas de articulação dos agricultores na produção, beneficiamento (por exemplo, formação e gestão de cooperativas, associações, bancos de sementes, centrais de armazenamento e distribuição, sistemas de certificação participativa,), no acesso a políticas institucionais de suporte (acompanhamento técnico, sistemas de crédito, editais de apoio) e no escoamento e venda, com vistas à aproximação entre produtores e consumidores (organização de Comunidades que Suportam a Agricultura – CSAs, cestas agroecológicas, feiras, venda online). Em suma, estratégias de valorização do agricultor e da produção de base ecológica que auxiliem a reverter a dependência aos rendimentos da sua safra individual e das cadeias convencionais, nas quais os segmentos de distribuição e comercialização obtém valor proporcional mais elevado que o produtor do alimento.

Indiretamente, a ampliação da escala na agroecologia está sendo defendida nos artigos nas ocasiões que mencionam a importância da disseminação das práticas e conhecimentos agroecológicos entre agricultores, por exemplo. Para além do aumento do número de agricultores produzindo de maneira ecológica, a ampliação da escala envolve esforços de ampliação de toda a cadeia produtiva - novos processos de processamento e comercialização,

²³Para apresentação detalhada de diferentes experiências nas *Redes de Agroecologia* que vem se desenvolvendo no território brasileiro, ver “Sumário executivo: redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte”, Articulação Nacional de Agroecologia, 2019. A Rede Ecoforte foi uma experiência de política pública que trouxe como inovação a perspectiva do fortalecimento das redes de organizações existentes nos territórios nacionais.

acesso a novos mercados e dispositivos de certificação, ampliação das formas de intercâmbio de conhecimentos e da articulação entre diferentes políticas públicas.²⁴

Quanto *aterritório*, o termo é mencionado na maior parte dos artigos, porém sem ser conceituado. Infere-se que, similar ao que observado para “sustentável” (discutido na sequência), território é um termo comumente encontrado nos textos da saúde, mas segue utilizado na prática como equivalente a *lugar* geográfico, em seu aspecto físico.

Brevemente, usando como referência Milton Santos (2005, p. 255), território é aqui compreendido como uma categoria de análise social que está ligada às relações de poder da sociedade. “*É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica*”. Tal definição possibilita considerar dimensões históricas/conjunturais que incidem sobre a situação de saúde, nas análises circunscritas ao modelo de determinação social do processo saúde-doença. Território também é importante para inserir a dimensão das relações de poder entre os atores envolvidos nos processos de produção, nos estudos da agroecologia considerando o conjunto do sistema agroalimentar.

Uma análise dedicada à compreensão das relações de poder e disputas em torno da agroecologia é feita por Giraldo e Rosset (2017), pesquisadores do *El Colegio de la Frontera Sur*, no México, que discutem possíveis razões para que agroecologia tenha se tornado recentemente objeto de interesse de grandes instituições e organismos multilaterais. Os autores identificam três principais mudanças no contexto geopolítico mundial: a) intensificação da estratégia de acumulação por espoliação; b) necessidade do agronegócio de se reorganizar em um contexto de crise produtiva e de declínio de sua legitimidade e; c) busca de novos mecanismos para apaziguar crescentes movimentos agroecológicos que vem emergindo em partes distintas do mundo, por meio da sua incorporação às estratégias de desenvolvimento. Passemos, a seguir, a cada uma.

As “estratégias de acumulação por espoliação” (a) podem ser diretas, desterritorializando populações pela expropriação de seus conhecimentos, bens produtivos (sementes, agrobiodiversidade, aparatos técnicos, etc) e da própria terra. Em determinados contextos, porém, faz-se a opção por formas indiretas; nesses casos, os grupos ligados à agricultura são mantidos em seus locais, mas busca-se conectá-los às cadeias globais de produção. Esta segunda forma de espoliação permite o domínio indireto de áreas geográficas

²⁴ Claudia Schmitt em comunicação oral durante o encontro de Saúde e Agroecologia, realizado no dia 02/12/2019 no auditório da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ) no Rio de Janeiro (RJ).

onde não é rentável implementar sistemas industriais de produção, por ser distantes ou com baixa fertilidade relativa (GIRALDO; ROSSET, 2017). Os autores atentam que esta estratégia se dá pela espoliação precisamente da autonomia do agricultor, por tentativas de subordinar seu trabalho através da contratação de serviços ou da formação de “empreendedores”, que remete à terceira mudança (c). A segunda mudança (b) refere-se à perda de rentabilidade da produção agroindustrial pelo emprego de técnicas degradantes das condições ecológicas, somadas à crescente publicidade negativa dos impactos ao ambiente e à saúde. Como resposta, o agronegócio tem buscado restabelecer as condições de produção com técnicas de “proteção do ambiente”; entre elas, a agroecologia.

Quando os agricultores, grupos tradicionais, e indígenas são enquadradas em termos de pobreza e subdesenvolvimento, respostas a essas condições consistem na absorção desses grupos às lógicas do mercado. A sofisticação de tal mecanismo é a inclusão da agroecologia como uma dessas soluções. Arrisca-se, assim, que os detentores originais desses saberes sejam reduzidos a “clientes de serviços agroecológicos”, fornecidos por *experts* através de programas institucionais. Ao mesmo tempo, Giraldo e Rosset (*ibid.*) ponderam que justamente por se basear em princípios adaptáveis a cada realidade, não poder ser reduzida à uma receita fechada, a agroecologia pode estar menos vulnerável às tentativas de cooptação.

Por fim, esses autores consideram que a associação a pequenos produtores e um modelo de produção com princípios ecológicos legitimam o agronegócio junto à opinião pública mediante um discurso de “responsabilidade socioambiental” e sustentabilidade: *“parece que estamos testemunhando o começo de um novo estágio da revolução verde para um novo patamar, ainda mais ‘verde’, para se legitimar através de um discurso agroecológico baseado na inclusão social, comida saudável e proteção da mãe terra”* (p. 557).

4.2.1.5 Conformação x transformação: rumo ao desenvolvimento sustentável ou a outras formas de envolvimento?

A perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa (...). Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los,

a não ser de uma maneira parcial e distorcida (QUIJANO, 2005, p. 118).

Sustentabilidade, agricultura sustentável e desenvolvimento sustentável foram termos recorrentes no conjunto dos artigos: aparecem em 12 dos 20 estudos, na maior parte das vezes sem definição e, quando conceituados, a referência utilizada é o relatório de *Brundtland*, que define desenvolvimento sustentável como “novo caminho de progresso social, ambiental e econômico que procura atender às aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro” (ONU, 1991, p. 46), incluindo à noção de desenvolvimentos as premissas da equidade social, distribuição de riquezas, fim da exploração dos seres e das discriminações, democracia plena, responsabilidade ecológica, etc.

Em 1992, a Declaração da Conferência Internacional de Promoção da Saúde na América Latina (OPAS, 1992, p. 45) define que “*a promoção da saúde na América Latina busca a criação de condições que garantam o bem-estar geral como propósito fundamental do desenvolvimento (...) assumindo a relação mútua entre saúde e desenvolvimento*”. Desenvolvimento sustentável poderia ser considerado um *avanço* na compreensão da relação entre saúde e desenvolvimento? E, em caso afirmativo, quais novas implicações trazidas por essa noção?

O artigo “Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar” Sousa *et al.* (2015) reconhecem que o termo sustentabilidade está em disputa, e consideram que uma forma de posicionar-se frente à polissemia do termo é firmar a concordância a quatro pilares:

Outras dimensões da sustentabilidade foram incorporadas à proposta original, com especial destaque para a dimensão cultural e a participação e controle sociais, aliadas à discussão do local como um espaço privilegiado de construção de cidadania, processo civilizatório e promoção da saúde e da sustentabilidade (SOUSA *et al.*, p.2015, p. 222).

Uma noção “completa” de sustentabilidade consideraria, então, a união de aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais como “parte indissociável do desenvolvimento”.

Em adição, o artigo “Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo” (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014, p. 452) menciona que a disseminação da aplicação do adjetivo sustentável por vezes exprime “*vagos sentidos de perenidade e continuidade (...) sempre*

remetidos a ambições futuras”, sugerindo uma perspectiva de desenvolvimento sustentável na quais sistemas econômicos e sistemas ecológicos se relacionam a partir de ao menos quatro objetivos:

a possibilidade de continuidade da vida humana; a possibilidade de prosperidade dos indivíduos; o desenvolvimento das culturas humanas; e a obediência a limites impostos às atividades exercidas pelos homens, evitando-se a destruição da diversidade, da complexidade, e da função do sistema ecológico de apoio à vida (p. 452).

Em consonância, em parte dos artigos analisados, (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2009; PELICIONI; AZEVEDO, 2012; CARVALHO; SILVA, 2014; RIBEIRO et al., 2015) a agroecologia é considerada equivalente a “agricultura sustentável” ou uma forma desta, como atenta o terceiro e último artigo que problematiza as noções de sustentabilidade (WARMLING; MORRETI-PIRES, 2017, p. 688): *“Na literatura, a sustentabilidade aparece como eixo central da agroecologia, por meio da aplicação dos princípios ecológicos para a consolidação do desenvolvimento sustentável”*.

De fato, nas produções dos autores do campo da agroecologia mais referenciados nos artigos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; ALTIERI, 1989) são amplamente empregados os termos “sustentável” e “agricultura sustentável”. No final da década de 1980, por exemplo, Altieri(1989) define agroecologia como uma ciência que tem por base princípios ecológicos para o manejo de sistema produtivos sustentáveis e preservação dos recursos naturais; hoje, “desenvolvimento rural sustentável” é uma bandeira de luta entre movimentos de promoção e defesa da agroecologia. Nos últimos anos, transformações nas formas de apropriação no uso desses termos(e, vale mencionar, nas próprias atualizações conceituais da agroecologia) reforçam a importância de mencionar qual referencial teórico está sendo utilizado, ao empregá-los nas produções científicas. A explicitação da base teórica de apoio da pesquisa é gesto de tomada de posição política por parte dos autores.

Warmiling e Moretti-Pires (2017, p. 693) discutem que nos discursos sobre agroecologia, apesar da sustentabilidade aparecer majoritariamente *“como um consenso, uma verdade já firmada”* esse conceito hegemônico, derivado de acordos internacionais, reflete uma visão de mundo eurocêntrica, que se afasta do caráter circular/inclusivo atribuído ao termo na biologia e ecologia, suas ciências de origem: *“O discurso do desenvolvimento sustentável inverte a raiz de causalidade da crise ambiental e, por essa, responsabiliza o subdesenvolvimento, e desconsidera a desigualdade produzida pela economia capitalista”*.

Os mesmos autores ainda acrescentam que, genericamente, os sentidos de saudável e sustentável são formas de agregar valor, são ideias oferecidas ao consumidor para demonstrar segurança, cuidado com a saúde e com meio ambiente. Através deles, a agroecologia se aproxima do mercado como produto cultural fetichizado:

As relações entre homem e ambiente, relativas a todo o processo de produção, distribuição e aquisição, passam a estar contidas no selo de orgânico, ou na informação científica comunicada por algum especialista da área sobre os benefícios relativos à saúde e/ou ambiente (WARMLING; MORETTI-PIRES, 2017, p. 694).

De forma similar ao papel desempenhado pelos selos de certificação no mercado dos alimentos “bons para a saúde” (de quem consome), a referência a documentos produzidos por organismos multilaterais tais como a ONU e da OMS – a Carta de Ottawa sobre Promoção da Saúde e o relatório sobre Desenvolvimento Sustentável – também é um recurso para conferir legitimidade ao estudo, já que são “consagrados” internacionalmente e relevantes no campo da saúde pública/coletiva.²⁵

A relevância desses documentos no campo é exemplificada neste trecho do artigo “Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde”: *“a partir de algumas das Conferências Internacionais de Promoção da Saúde desenvolveu-se um interesse cada vez maior sobre as questões socioambientais face à atual situação de degradação do meio ambiente global e, conseqüentemente, da qualidade de vida humana por ele afetado”* (RIBEIRO et al., 2012, p.386).

Considera-se, entretanto, que adoção acrítica dos sentidos, definições e propostas neles cunhados – sobre promoção da saúde, determinantes sociais da saúde, desenvolvimento sustentável, por exemplo –, (de)limita possibilidades de conexão entre saúde e agroecologia. No caso, o uso dessas abordagens definidas aqui *gerencialistas* da saúde tenderam a se associar, nos artigos analisados, com compreensões também mais genéricas ou instrumentais da agroecologia, considerando-a um *modelo para a sustentabilidade*.

Esta questão está diretamente ligada aos diferentes limites de *problematização*, bem como do tipo de proposições que irão buscar *dar conta* dos desafios que o campo da saúde coletiva se propõe a solucionar. Como será visto mais adiante, enquanto alguns artigos

²⁵Vale mencionar que o tema “mudanças climáticas” aparece em três dos artigos (PORTO E SCHULTZ, 2012, CARVALHO; SILVA, 2014; MALUF, 2015) no contexto dos desafios ambientais da atualidade, mas não aprofundam as discussões deste tema em relação à agroecologia. A presença do tema nas pesquisas ligadas a agricultura e/ou meio ambiente é um recurso que confere visibilidade, dada a relevância que o tema adquiriu nas últimas duas décadas no meio científico e para além deste.

propõem a redução ou eliminação das desigualdades sociais em direção à saúde através da adoção de uma perspectiva de desenvolvimento “que seja sustentável”, outrossim assumem uma postura questionadora do modelo de sociedade capitalista, neoliberal, globalizada na abordagem de realidades sociais e proposição de transformações.

Constatou-se que sete entre os vinte artigos (PORTO; SOARES, 2012; PORTO; SCHULTZ, 2012; DAVI et al., 2014; SOUSA et al., 2015; WARMILING; MORRETIPIRES, 2017; LIRA; ALBUQUERQUE; GURGEL, 2018; FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018) colocam em questão o modelo de sociedade e assumem explicitamente uma posição “contra-hegemônica”.

Reconhecendo a existência de uma vertente mais “crítica” no campo da saúde, seria esperado que fossem encontrados artigos que tencionassem pressupostos epistemológicos e metodológicos dominantes do campo. Levanta-se como hipóteses se a vertente explicitamente mais crítica é menos propícia a receber parecer favorável à publicação nas revistas relacionadas ao campo da saúde e/ou ser indexada à BVS, e também se a militância envolvida com a agroecologia dispõe de energia e vontade para se engajar em disputas neste espaço de produção científica/acadêmica.

Sobre repercussões do padrão moderno de produção de alimentos sobre a saúde pública, Azevedo e Pelicioni (2012) consideram que “*o mundo ainda sofre com os problemas da desigualdade social e, conseqüentemente, com os riscos relacionados à falta de alimentos.*” (p. 719). De acordo com a própria Carta de Ottawa:

as desigualdades em cada país e entre os países podem ser evitadas por meio de ações equitativas para PS [Promoção da Saúde], agindo sobre os determinantes sociais de forma coletiva, o que implicaria em melhorar as condições de vida; combater a distribuição desigual de poder, dinheiro e recursos; medir a magnitude do problema; compreender e avaliar o impacto das intervenções (OMS, 1986, p. 1).

Pelo fragmento do artigo transcrito acima infere-se que, para as autoras, as situações de vulnerabilidade social têm como origem principal - e também mecanismo de solução - a dimensão da técnica/tecnologia aplicada. A desigualdade social também é abordada como conjuntural e não como estruturante do modelo de sociedade. Outro ponto é a menção à “falta” de alimentos, que pode reduzir a questões de acesso e distribuição a necessidade de reconfiguração do sistema agroalimentar na perspectiva da soberania sobre o alimento.

De maneira divergente, o artigo “Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar” (SOUSA et al, 2015, p. 221-222)

que trata modelo produtivo da seguinte forma: "*Torna-se evidente que os processos de produção, transformação, circulação, comercialização e consumo necessitam de uma ressignificação (...) que se afaste da influência neoliberal que rege o modelo [de agricultura]*".

Ainda, “Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social” (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018) considera que para além das disputas de poder e dos distintos pontos de vista em torno da “superação das desigualdades”, é importante uma abordagem que leve em conta a dimensão ética e política “*simultaneamente ontológica, epistemológica e comunicacional.*”(p. 398). Para os autores, a produção agroecológica, familiar e camponesa e a reforma agrária são alternativas reais ao modelo dominante justamente porque “*disputam outros tipos de sociedade, convívio e economia*”, ao lado dos “*inúmeros conhecimentos e concepções de saúde provenientes das populações dos campos, florestas e águas*” (p.407).

Com a mesmaperspectiva “progressiva” das transformações verificada no fragmento anterior, Porto e Schültz (2012, p.1455) levantam como desafio como formas reguladas pelos Estados (sob a lógica da defesa dos direitos coletivos) e formas autorreguladas pelas empresas (sob a lógica da Ecoeficiência) “*poderão conviver com outras lógicas da economia solidária e da justiça ambiental, assim como por valores culturais locais e tradicionais*” (p. 1455).

Posicionamento crítico distinto foi identificado em Lira, Albuquerque e Gurgel (2018, p. 448):

Apesar de as relações construídas segundo os princípios da agroecologia apresentarem um potencial emancipador, não há dúvidas ao afirmarmos que a superação plena dessa forma de estranhamento só se dará com a superação do modo de produção capitalista e a construção de uma sociedade que tenha como essência a emancipação humana.

Ainda que o estudo acima não forneça elementos suficientes para ser circunscrito a tal perspectiva, esse fragmento traz como apontamento duas formas possíveis de valorização do potencial emancipatório da agroecologia: uma seria pelo seu caráter *de processo contínuo* e a outra enquanto um estágio final, possível de ser *plenamente* atingido. Ainda que estas perspectivas convivam, a segunda é mais verificada entre perspectivas gerenciais da transição agroecológica, e poderia ser associada ainda à uma lógica mais “determinista” de leitura do capitalismo segundo a qual, para Schültz (2008), as transformações sociais ocorreriam somente a partir de mudanças estruturais.

Sobre esse tema, Van Der Ploeg considera o próprio processo de trabalho (produção/reprodução) na agricultura como uma arena importante de transformação social para o trabalhador do campo:

A luta social não ocorre apenas nas ruas, nas ocupações de terras, nas fábricas ou nos grandes supermercados (isto é, fora dos domínios da produção e do trabalho), nem precisa haver cartazes ou discursos inflamados de todas as cores. A luta social também deve ser vista como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis, provocando pequenas adaptações que, no seu conjunto, contribuem para a criação de um bem-estar aumentado, de uma renda mais elevada e de melhores perspectivas de futuro. Nesse aspecto, a cooperação é, frequentemente, um mecanismo-chave (EDELMAN, 2011, p. 43).

No decurso da constituição da agroecologia no Brasil houve tensionamentos conceituais importantes relativos a projetos políticos e modelos de produção do conhecimento. Nos anos 1980, por exemplo, a visão de lideranças de movimentos sociais, inclusive sindicatos rurais, foi muito influenciada por intelectuais que desqualificavam o trabalho com a então chamada agricultura alternativa, associando-a à “volta ao passado”, a um “viés tecnicista” e “elitizado” da produção agrícola. Dentro dessa visão, a luta do movimento social estaria voltada à conquista da reforma agrária associada ao *direito ao desenvolvimento* pelos agricultores, correspondente à democratização da modernização da agricultura. Para Petersen e Almeida (2006, p. 27 *apud* MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 60) este tipo de interpretação revela a “*força ideológica que os mitos da modernização desempenharam mesmo nas mentes mais comprometidas com transformações estruturais em nossa sociedade*”, e também demonstra uma compreensão limitada da “*importância estratégica do debate sobre o modelo de desenvolvimento tecnológico na agricultura*” que, ao conceber somente a dimensão instrumental das tecnologias, termina reproduzindo o discurso da neutralidade das técnicas.

Neste ponto, é importante incluir a dimensão da experiência da *colonialidade* para compreender marcas intelectuais nos nossos (Brasil/latino-américa) padrões de produção do conhecimento, sobretudo em relação às ausências que persistem nas discussões sobre desigualdades sociais e condições de saúde.

Para Quijano (2005), o “*trágico desencontro entre nossa experiência e nossa perspectiva do conhecimento*” (p.137) é resultado do eurocentrismo, que acompanhou a expansão colonial se sobrepondo a todas as demais perspectivas de produção do conhecimento, tendo como elementos básicos o dualismo e o evolucionismo.

O dualismo parte da classificação racial como primeiro critério básico de distribuição da população, criada para diferenciar “resto do mundo” e Europa em categorias binárias: primitivo/civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. O evolucionismo consiste na perspectiva de movimento unidirecional no curso civilizatório que parte de um estado de natureza (passado/inferior) e culmina na civilização europeia ou ocidental (futuro/superior). Por isso, o autor considera que um elemento básico da nova subjetividade é fundação de uma nova perspectiva sobre o tempo e a história, que leva à ideia do futuro, como “*território temporal aberto*” (p. 124) que pode ser produzido pela ação e decisão das pessoas. Tal padrão de poder implicatambém um padrão *cognitivo* cuja intenção é se desenvolver, liberando-se da condição primitiva das raças colonizadas, culturalmente inferiores.

Outro desdobramento é a radical separação entre não-corpo (razão/sujeito) e corpo, fixado como objeto de conhecimento, que também incidiu sobre relações sexuais de dominação, expressão mais antiga de dominação que a racial, e reforça a submissão e inferiorização do papel das mulheres, sobretudo as consideradas, nessa lógica, como provenientes de “raças inferiores” (QUIJANO, 2005).

MaríaLugones(2014), pensadora feminista argentina, considera a dicotomia entre o humano e o não humano como a hierarquia central da modernidade colonial. A autora propõe o “sistema moderno colonial de gênero” como uma lente para aprofundar a teorização sobre a incidência do pensamento colonial/capitalista em questões ligadas a raça, gênero e sexualidade.

Como culminância desta breve apresentação, serão discutidos dois pontos particularmente importantes que emergiram da análise dos artigos. O primeiro deles é o silenciamento sobre as matrizes de conhecimento dos povos indígenas e africanos que embasam o campo da agroecologia e sobre o protagonismo das mulheres na agroecologia. O segundo é a naturalização da perspectiva dual cultura/natureza, que se relaciona a questões já discutidas sobre as definições de agroecologia, os modelos para explicar as condições de adoecimento e para propor soluções desde o setor saúde.

Adiciona-se ainda uma segunda perspectiva binária: a construção campo/cidade, mencionada na discussão sobre promoção da saúde e que pode ser lida como desdobramento da condição de inferioridade atribuída às populações/regiões mais próximas do “estado de natureza” (campos, interiores, florestas), em oposição aos lugares da civilização/razão (centros urbanos).

Esses dois eixos - ausências e dualidades - são abordados separadamente nas próximas seções (4.2.1.6 e 4.2.1.7).

4.2.1.6 Ausências persistentes: legitimidade do conhecimento

“A academia vem com uns nomes bonitos para nos confundir. Para quê o nome agroecologia? Isso é o que os povos já fazem desde sempre”²⁶

Retoma-se a questão da produção do conhecimento na agroecologia. Buscou-se observar concepções sobre os processos de construção do conhecimento em saúde e/ou em agroecologia. Ainda que em muitos estudos o tema “conhecimento” não fosse diretamente explicitado no texto, buscou-se identificar os pontos de partida distintos das autoras e autores dos artigos quando buscam legitimar a agroecologia, questão já levantada na seção 4.2.2.4 “Sentidos da agroecologia para a saúde”. Buscou-se também verificar a coerência entre a abordagem teórica da produção do conhecimento e a condução da proposta metodológica do estudo. De partida, foi observado que os estudos que consideram a agroecologia um sistema de cultivo baseado em princípios ecológicos são também, comumente, os que dão centralidade ao saber acadêmico/científico para legitimar a agroecologia.

Alguns estudos consideram que a agroecologia pressupõe a integração entre conhecimento de agricultores e o conhecimento científico. Outros abordam, adicionalmente, o papel da agroecologia no resgate de conhecimentos “tradicionais”, “ancestrais” e “locais” ligados ao cultivo de alimentos e às práticas de cuidado, porém, por vezes, sem questionar os processos convencionais de produção da própria ciência.

Exemplo está na definição de agroecologia como *“uma ciência em construção com características transdisciplinares, integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando o conhecimento tradicional, validado por meio de metodologias científicas”* (RIBEIRO et al., 2012, p.385). As autoras concluem com uma abordagem mais ligada à *transferência* de conhecimento do técnico/profissional para o agricultor/população: *“A capacitação das comunidades por meio da agricultura urbana e da agroecologia fomenta a*

²⁶ Eliete Paraguassu, liderança do grupo de mulheres marisqueiras e quilombola da Ilha de Maré (BA) e integrante da Articulação Nacional de Pescadoras (ANP), em comunicação oral durante o Encontro de Saberes do Neepes 2019 - o campo na cidade: resistências, (re)existências e interculturalidades no cuidado e na alimentação, realizado no dia 02/12/2019 no espaço Raízes do Brasil, Rio de Janeiro (RJ).

da participação popular e estimula o acesso contínuo à informação e aprendizagem em torno de questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente” (p.385).

Talvez esteja aqui o eixo central a partir da qual se desdobram as demais questões abordadas no presente estudo: o reconhecimento do caráter híbrido da agroecologia, construída no diálogo entre conhecimentos “populares” e da ciência, o que implica uma revisão em padrões de produção do conhecimento consagrados nos campos científicos, especificamente o da saúde coletiva. Não é suficiente, tampouco, problematizar a “ciência moderna” e omitir a parcela de conhecimento “popular” dos constructos “agricultura ecológica” e “agroecologia”, sendo popular entendido como proveniente de grupos camponeses, indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, ou ainda os conhecimentos resultantes de influências entre as práticas de povos originários, europeus e africanos no Brasil.

Questão aí subjacente é como a ciência se coloca “*diante da evidência de que os territórios também são espaços de produção de conhecimento, lugares de anúncio da construção de projetos emancipatórios?*”²⁷ Estariam pesquisadores e pesquisadoras dispostos a reconhecer seu papel como complementar a outros regimes de conhecimento, colocando-se também a serviço em atividades de outros sujeitos que constroem conhecimento, porém sem as mesmas pré-condições de legitimidade conferidas pela ciência oficial? Ainda, seia o tempo requerido para uma pesquisa construída sob bases *compartilhadas* compatível com o atual regime de produtividade acadêmica?

Tal postura implica a revisão de espaços de poder consolidados; talvez, por isso, não tenha sido abordagem predominante entre os artigos. Foram identificadas cinco publicações nas quais o saber acadêmico é problematizado, relativizado e/ou tem seus limites discutidos (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013; DAVID et al., 2014; SCHUTZ; PORTO, 2012; FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018). Por exemplo, em “Contribuições das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária” aponta-se que o uso familiar, popular e tradicional de plantas medicinais ainda é “*fortemente associado à pobreza e à falta de desenvolvimento*”:

As plantas medicinais sempre tiveram grande importância na cultura, na medicina e na alimentação das sociedades no mundo (...). Todavia, as realizações científicas das últimas décadas e sua ampla socialização incentivaram a monocultura do saber

²⁷ Paulo Petersen, em comunicação oral durante o evento “Encontro de Saúde e Agroecologia”, dia 02/12/2019, no auditório da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ) Rio de Janeiro, RJ.

científico nas práticas profissionais de saúde, que descredibilizam, em grande medida, outros saberes e práticas circulantes nas sociedades (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013, p.616).

Fasanello, Nunes e Porto (2018) problematizam a noção de neutralidade da ciência e se posicionam "*claramente ao lado dos excluídos radicalmente*" (p.399). No artigo, problematiza-se os métodos qualitativos convencionais da ciência que dizem ser elaborados para extrair conhecimentos provenientes das lutas sociais, ao mesmo tempo que não reconhecem os conhecimentos dos sujeitos investigados, e a tendência a pesquisar processos exteriores aos próprios pesquisadores.

Essa postura diante do conhecimento dos agricultores é reconhecida nos fragmentos extraídos em "Salutogênese-Camponês a Camponês: uma metodologia para promoção da saúde de populações expostas a agrotóxicos", no qual Abreu e Alonzo (2018) apresentam como inovação a metodologia de pesquisa que desenvolvem, que tem como papel "*motivar e empoderar os camponeses para a utilização e o intercâmbio horizontal de conhecimentos e inovações agroecológicas*"(p.263) e que tem "*os próprios camponeses como protagonistas*" (p.262) na etapa de execução, mas não na etapa formulação do problema, que foi desenvolvido previamente para realização da pesquisa-ação de doutoramento de um dos autores. Esclarecem ainda que

Compromissos pós-pesquisa de devolução e popularização dos conhecimentos científicos desenvolvidos desempenham um papel fundamental na construção de credibilidade de pesquisadores e da própria ciência/academia, de vínculos edificadores com sujeitos e comunidades pesquisadas e de subsídios para adotar metodologias sociais subsequentes de pesquisa-ação (ABREU; ALONZO, 2018, p.272).

Pela construção textual, expõe-se uma ideia de que a pesquisa fornece aos agricultores informações e motivação para que então protagonizem a transição agroecológica, assujeitamento que é reforçado ao não considerarem a existência de projetos locais prévios: "*(...) atividades determinantes para formar a convicção na viabilidade do modelo de produção da agroecologia e a disposição dos camponeses em construir o processo de transição.*" (p.272).

Alguns estudos, tal qual o mencionado acima, propõem que a partir da integração dos campos da saúde e da agroecologia é possível "levar" mudanças para o ambiente rural.

Sutilmente, observa-se os agricultores colocados em uma posição de alguém a ser informado, conscientizado ou empoderado para então mudar de sua posição passiva à “ação que transforma”, sendo por vezes intermediado pelas ações da saúde coletiva, técnicos e governo: uma construção *para*, e não *com* os sujeitos.

Subjacente a tais propostas, que terminam por inferiorizar o sujeito do campo, está a ideia de que as classes populares precisariam de educação, porque não possuem os conhecimentos necessários para ter saúde, um preconceito que persiste entre pesquisadores e administradores, ainda que seja comumente atribuído às classes dominantes. Atribuir aos grupos populares uma postura passiva ou ingênua também reflete uma interpretação equivocada de suas formas de resistência (VALLA, 1996; OLIVEIRA, 2003).

Valla(1996, p. 178) aponta que “*a dificuldade de compreender o que os membros das chamadas classes subalternas estão nos dizendo está relacionada mais com nossa postura do que com questões técnicas*”; entre os pesquisadores e profissionais da saúde, consiste em aceitar que as pessoas humildes e pobres são capazes de produzir conhecimento, organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade e, dessa forma, fazer uma interpretação que contribui para sua própria avaliação da mesma sociedade.

Valla(2003) e Fourez(1995) aproximam-se ao defenderem que o que falta aos movimentos e a população é menos o acesso ao conhecimento especializado e mais a possibilidade de acessarem as questões técnicas necessárias para poder dialogar com o Estado e outras instâncias de poder. Assim, aos profissionais (técnicos, cientistas) caberia compreender como as classes populares demonstram seus conhecimentos e então traduzir “*certas representações que permitem apreender o que está em jogo no discurso dos especialistas*”(FOUREZ, 1995, p. 222), fortalecendo os movimentos populares organizados na sua interlocução com os governos.

Em uma sociedade fortemente baseada na ciência e na tecnologia, essa *vulgarização científica* traz importantes implicações sociopolíticas, pois atua na capacidade da população de participar dos processos decisórios que lhe concernem, o que é para Fourez (1995) uma forma de “*transmissão de poder social*” (p. 223), já que a representação do mundo conferida por esse tipo conhecimento permite *agir*.

À vulgarização científica relaciona-se a noção de *capacitação técnica* desenvolvida por Victor Valla, que atenta que este papel de mediação (pelos cientistas e técnicos, mas também por profissionais, políticos, religiosos) só poderia ser realizado através da escuta atenta e do esforço para compreender a leitura que a população tem de sua própria realidade, a partir das suas condições e experiências de vida (OLIVEIRA, 2003).

Para Fasanello, Nunes e Porto (2018, p. 398) "*não há sujeitos passivos em contextos de dominação e lutas por existência em sociedades capitalistas*", por isso buscam a construção de métodos colaborativos "*que não coloquem o pesquisador numa perspectiva hierárquica de controle de qualidade e critérios de superioridade que os afastem dos sujeitos sociais excluídos, seus saberes e lutas*" (p. 402).

Distintamente, o artigo de Abreu e Alonzo (2018) é exemplo interessante porque, ao descrever com detalhamento procedimentos da sua pesquisa de campo, relatam a opção do pesquisador de alterar o método original (utilizado na abordagem "Camponês a Camponês") de relato das práticas pelos agricultores, substituindo-o por um questionário múltipla escolha "*de fácil entendimento e preenchimento pelos participantes*" (p. 268). Ao mesmo tempo, o silêncio sobre os possíveis tensionamentos, descobertas e desafios que podem ter surgido no andamento de sua pesquisa dificultam possibilidades de problematizar e eventualmente aprimorar o estudo relatado no artigo, como requerido ao *bom debate científico*.

De maneira similar, Navolar, Rigon e Philippi (2009) entrevistam agricultores e classificam aspectos identificados nas falas de acordo com aspectos pré-estabelecidos na Carta de Ottawa como da promoção da saúde (Criação de ambientes favoráveis à saúde; Desenvolvimento de habilidades pessoais e Reforço da ação comunitária): "*O conhecimento a respeito do processo saúde-doença está associado às concepções que explicam o mundo, os costumes, os valores e as crenças da sociedade*" (p.74) e por isso "*é pertinente compreender a realidade do meio rural, considerando o contexto em que vivem (os agricultores) e seus simbolismos e práticas relacionadas à saúde (...) a fim de fortalecer um sistema de atenção voltado para a realidade de um dado grupo social*" (p.76). Observa-se, ao longo de todo o estudo, o conhecimento do agricultor categorizado como "sabedoria popular", "práticas culturais", "interpretação da doença", que sutilmente reforçam as subjetividades presentes no conhecimento popular, distanciando-o da *verdade* característica do conhecimento científico.

Como demonstrado ao longo dos fragmentos, apesar de alguns estudos adotarem formalmente a definição de agroecologia como campo científico aberto a incorporação e validação de conhecimentos "tradicionais", tal conceituação difere de reconhecer que a agroecologia se constitui, fundamentalmente, baseada nesses conhecimentos tradicionais/indígenas/locais/populares.

De acordo com Méndez, Bacon e Cohen (2013), foi a partir do exercício de compreensão e tradução para "bases ecológicas" da agricultura de populações tradicionais em diferentes territórios da América Latina, que pesquisadores ("agroecólogos") puderam conceituar e aplicar a agroecologia. É um componente fundamental do campo, dentro da sua

vertente mais crítica, a construção de espaços de colaboração e troca em condições de respeito mútuo entre culturas e sistemas de conhecimento.

Quijano (2005) discute que a diversidade de povos da América e de povos forçadamente trazidos à América como escravos, com sua própria história, linguagem e identidade, foram reduzidos a identidades raciais únicas: índios e negros, respectivamente. A essas populações foi imposto o aprendizado de elementos culturais úteis à reprodução da dominação, e reprimidos os padrões próprios de produção de sentidos e de conhecimento, ao mesmo tempo que expropriaram as populações colonizadas dos conhecimentos culturais próprios que poderiam ser aplicados em benefício do centro europeu e resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo. Entre esses conhecimentos expropriados estão avançadas técnicas de mineração, extrativismo, agricultura e seus respectivos produtos, desenvolvidas através do trabalho gratuito dos então índios, negros e mestiços nas diferentes colônias da América Latina. Foi sobre essa base que a Europa se constituiu como uma nova entidade histórica, sede do controle das rotas atlânticas comerciais.

Seria tal condição passada uma pista explicativa para o não reconhecimento da origem das práticas de manejo agrícola, dos conhecimentos sobre as propriedades medicinais e formas de preparo dos alimentos e plantas medicinais?

Esta leitura da história poderia também ajudar a compreender a ausência de discussões, no corpus analítico, que evidenciem o protagonismo das mulheres no desenvolvimento dos conhecimentos e das práticas alimentares e medicinais, uma vez que são historicamente as principais responsáveis por prover o *cuidado* e a *alimentação*?

Abre-se a discussão sobre o quanto fundo o campo científico (e seus representantes) se disponibilizam a ir nas propostas de integração de saberes - *até onde* vai a construção coletiva. O movimento de apropriação que vem acontecendo no campo da agroecologia é caracterizado por Regina Mulangi²⁸ como *roubo epistemológico*. A liderança coloca que agroecologia (e os demais conceitos que acompanham o tema) podem ser ferramentas importantes “*desde que a gente saiba dizer no final de onde pegou*”: é preciso atenção porque, tradicionalmente, as instituições de pesquisa se apropriam dos conhecimentos “*e ele volta tão deformado que não pode mais ser usado pelo povo que criou*”.

Em suma, não se demarca propriedade intelectual somente recorrendo-se ao sistema de patentes. Não é preciso tanto: basta ignorar a origem de determinados conhecimentos.

²⁸ Representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA) em comunicação oral no encontro do NEEPES 2019, realizado no dia 02/12/2019 no espaço Raízes do Brasil, Rio de Janeiro (RJ).

Dentro do campo da agroecologia, as questões de legitimidade podem ser avaliadas em torno da construção da identidade do *expert*. Como já discutido, há divergências entre aqueles que se constroem como cientistas das ciências naturais e relutam em reconhecer as questões políticas ou a prática como parte intrínseca da sua pesquisa, e outros que se veem na perspectiva da transdisciplinaridade. Fora da academia, parte grupos que realizam formas ecológicas de agricultura e são considerados praticantes da agroecologia pela comunidade científica, muitas vezes não se reconhecem a partir dessa identidade (WIT; ILES, 2016).

Para Schmitt (2012), um traço distintivo da agroecologia é o tipo de circulação que busca estabelecer como campo de estudos: não apenas entre diferentes disciplinas científicas, mas entre distintas formas de produção do conhecimento, potencializando a relação entre o “conhecimento local”, o conhecimento científico e diferentes tipos de conhecimento “codificado”, bebendo das controvérsias que emergem dos espaços. Em termos das relações de poder, possibilita-se que distintos sujeitos se envolvam de maneira mais engajada no direcionamento das pesquisas, e não apenas como objetos de estudo ou informantes.

Fasanello, Nunes e Porto (2018, p. 406) propõem em seu artigo a noção de “elo silenciado” para aprofundar “*a compreensão das formas sociais de produção da não existência de modos de ser, de saberes, experiências e alternativas que marcam o mundo contemporâneo em sua dimensão comunicacional*”. Tal noção pode ser utilizada para olhar a omissão, na literatura acadêmica analisada, das tradições de conhecimento que embasam a agroecologia.

De acordo com Wit e Iles (2016), entre os grupos engajados em práticas agroecológicas, há visões distintas sobre o papel da ciência na construção da legitimidade da agroecologia. Alguns consideram a ciência convencional uma ferramenta importante na obtenção de “aliados”; para configurar-se como subjugamento, pelo histórico de relação autoritária estabelecida pelo campo científico.

O artigo intitulado “Contribuições das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária” (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2017) é um exemplo que enfatiza a centralidade do saber tradicional e popular. Os autores analisam a literatura científica sobre ações/programas de fitoterapia, propondo também a ecologia de saberes²⁹ na inserção das plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde, considerada como

²⁹ Conceito cunhado por Boaventura de Sousa Santos para designar o diálogo horizontal entre conhecimentos e que objetiva “explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes” (SANTOS, 2007, p. 87–88).

“um ambiente favorável ao diálogo respeitoso e mutuamente enriquecedor entre saberes, técnicas, tradições e racionalidades diversas em saúde (leigas e especializadas)” (p.618).

No aspecto teórico, problematizam a hegemonia da biomedicina e a forte tendência de enfatizar o aspecto de regulação dos saberes/práticas científicos na saúde, ressaltando que o uso familiar, popular e tradicional de plantas medicinais ainda é fortemente associado à “pobreza e à falta de desenvolvimento”:

As plantas medicinais sempre tiveram grande importância na cultura, na medicina e na alimentação das sociedades no mundo (...). Todavia, as realizações científicas das últimas décadas e sua ampla socialização incentivaram a monocultura do saber científico nas práticas profissionais de saúde, que descredibilizam, em grande medida, outros saberes e práticas circulantes nas sociedades" (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2017, p.616)

No aspecto metodológico, discordam em parte da classificação proposta pelo Ministério da Saúde Brasileiro e pela OMS: a classificação Medicina Tradicional (MT) adotada pela OMS *"reúne, num único conjunto, tudo o que não é a biomedicina, contribuindo pouco para a compreensão dos diferentes contextos e formas de cuidado envolvendo plantas medicinais, com seus saberes associados."* (p. 616). Como alternativa, opta por setorizar as práticas de cuidado fitoterápico *"respeitando as significativas diferenças de saberes e contexto social de uso das plantas medicinais, incluindo racionalidades médicas possivelmente envolvidas"* (p. 617).

O artigo de Sousa *et al.* (2015) relaciona produção agroalimentar e cultura ao discutir a perspectiva da sustentabilidade na Nutrição. Os autores propõem a elaboração de cardápios escolares na rede pública de educação que contribua com o fortalecimento de estratégias estruturais e educativas de valorização e “resgate dos hábitos alimentares” de cada localidade frente à uniformização e à “erosão da diversidade alimentar”, já que *“ainda é possível encontrar grande diversidade de práticas agrícolas e alimentares tradicionais[no Brasil]”* (p. 222).

Ainda, o artigo “Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuaçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar” (CARVALHO; SILVA, 214) situam o alimento como *"reconhecimento da identidade"* e a dimensão ancestral e territorial da terra: *“A terra, o terreiro, não significam apenas uma dimensão física, mas, antes de tudo, são um espaço comum, ancestral, de todos que têm os registros da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo”* (p. 527) e *“o universo da roça não é apenas uma identificação geográfica, mas uma produção política e cultural”*

(p. 526). Pontua-se, no entanto, que esse estudo não faz uso do termo agroecologia; o que aparece é “agricultura sustentável” como sinônimo de agricultura orgânica, sem uma definição desses termos: *"os tijuaneses prezam uma agricultura orgânica, natural, abominando a produção, nos latifúndios, da agricultura patronal"* (p. 529).

As autoras referem-se à dimensão racial apontando a necessidade de medidas reparatórias efetivas a favor da população negra e dos pequenos agricultores para enfrentar o problema da exclusão social do negro no Brasil, relacionando produção, educação básica e cultura:

[Há] necessidade de esclarecer, às comunidades tradicionais, sobre a importância da transmissão oral, típica das sociedades africanas, a qual deve existir em concomitância com o ensino formal, para que os mesmos façam a integração entre os saberes, a teoria e a prática. Nesse sentido, o ensino formal deve ser direcionado para este fim. Com isso, evitar-se-á a ilusão de que a escola formal possa ser um elemento desarticulador de tradições, um empecilho para manutenção da tradição agrícola (CARVALHO; SILVA, 2014, p. 528).

Seria mesmo ilusória a compreensão, no caso do estudo, entre os moradores mais idosos do quilombo, de que a educação formal do segmento básico desempenha, entre as crianças, um papel preponderantemente desarticulador dos conhecimentos de matriz africana?

Ainda outra questão importante aparece aqui: a democratização do acesso aos alimentos. Generosa de Oliveira³⁰ considera que, se não for parte da pauta da agroecologia a questão do acesso ao alimento e *“ao conhecimento que é a própria vida dos povos ancestrais”*, novamente as classes já historicamente mais privilegiadas é que estarão sendo beneficiadas com a produção de base ecológica. Como garantir então um valor de comercialização acessível para que as classes populares possam consumi-los e para que a *“comida de verdade”* não se transforme em um nicho de mercado?

Perspectiva social distinta da apontada no parágrafo anterior, relativa ao acesso e consumo de alimentos está reportada no fragmento a seguir: *“[o grupo entrevistado compreendeu] a importância de adotar uma alimentação mais natural e balanceada, introduzindo mais frutas, legumes e verduras em suas dietas diárias, além de novas espécies*

³⁰Generosa de Oliveira, representante da Articulação Nacional de Agroecologia e da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (ANA/Unicafes), em comunicação oral no encontro do NEEPEPES 2019, realizado no dia 02/12/2019 no espaço Raízes do Brasil, Rio de Janeiro (RJ).

comestíveis como a capiçoba, cariru, serralha, taioba, identificadas pelos próprios participantes" (RIBEIRO et al., 2012, p.385).

As espécies comestíveis espontâneas mencionados, tradicionalmente consumidas pelas classes populares que vivem sobretudo nas regiões mais afastadas dos centros urbanos, foram apenas em década recentes agrupadas no meio acadêmico na categoria de PANC - Plantas Alimentícias Não Convencionais (KINUPP; LORENZI, 2014). A atribuição desses alimentos como "novos" pode apontar o referencial - urbano - de onde parte o autor do estudo.

A discussão sobre democratização dos sistemas alimentares abriga dimensão do valor cultural ou simbólico atrelado ao consumo de determinado produto. A valorização de determinado alimento/produto alimentar – e, por conseguinte, do conhecimento a ele relacionado – passa pela sua "cientifização". PANC é um exemplo curioso: se dentro de determinados grupos sociais essas espécies ainda são a alternativa quando não há outra fonte de alimento, nas feiras orgânicas ou agroecológicas em centros urbanos, variedades como taioba (*Xathosomasagittifolium*) e ora-pro-nobis (*Pereskiaaculeata*) hoje estão disponíveis para venda a valor igual ou superior às variedades hortaliças comerciais.

É reconhecida que a criação da legitimidade na agroecologia é um processo político no qual a ciência desempenha autoridade, autoridade que não é sua característica inerente, resulta de ao menos 150 anos de práticas institucionalizadas nas quais determinados conhecimentos foram definidos como científicos, objetivos, confiáveis, verdadeiros (WIT; ILES, 2016). As autoras ponderam que com um crescente ceticismo na ciência nas décadas recentes, sua autoridade na validação de conhecimentos tem se espalhado para outros setores, aos formuladores de políticas públicas, mídia de massa e organizações da sociedade civil, cujos critérios próprios de validação tem se tornado mais explicitamente integrados aos procedimentos da ciência.

Ter legitimidade não implica, necessariamente, que uma prática seja benéfica à população. Ainda segundo Wit e Iles (2016), o sistema alimentar de base industrial ainda possui ampla legitimidade porque está sustentado sobre bases científicas convencionais por sua interpenetração junto aos sistemas econômicos e governamentais dos diferentes países. Ao longo de quase um século, as preferências de consumo alimentar moderna foram sendo moldadas com as tecnologias de produção, transporte e publicidade do *projeto de desenvolvimento e globalização*.

Em relação à agroecologia, as autoras consideram que a legitimidade se estabelece quando a “audiência” - representantes do governo, consumidores, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), empresas, agricultores e comunidades científicas -

reconhece, engaja-se e aceita, de acordo com suas convenções específicas que essas “formas alternativas de agricultura” e agricultores têm autoridade substancial em comparação com a agricultura industrial. Uma vez conquistada nessa base ampla, a autoridade não é facilmente retirada porque, pouco a pouco, as instituições científicas e governamentais começam a integrar a agroecologia em sua cultura e procedimentos.

4.2.1.7 Bifurcação natureza x cultura

Durante o crescimento [da semente que cai na terra], o ponto se torna uma linha, mas a linha, longe de seguir a superfície pré-preparada do chão, contribui para seu trançado mutante (INGOLD, 2012, p.32)

A dicotomia sociedade/cultura – natureza/ambiente, por ser fundante do pensamento moderno eurocêntrico, reverbera no campo da saúde que foi historicamente inaugurado pela medicina científica enquanto “*uma mediação possível para regular as relações complexas entre a natureza e sociedade*” (BIRMAN, 1991, p. 12).

Segundo Russo e Carrara (2015), a dimensão cultural/social é produtora de transformações no nível biológico (corpo e doença enquanto realidade material, considerada tradicionalmente invariável), ao mesmo que a cultura (tradicionalmente entendida como variável, pois trata das representações sobre corpo e doença) também só pode ser pensada existindo através de uma materialidade biológica, corporificada.

Para os autores, trabalhar com a ideia de uma biologia (natureza) mutável na sua relação com a dimensão social e cultural traz como efeito importante a potencialidade de reconfigurar a hierarquia estabelecida entre as ciências médicas e as ciências sociais dentro do campo. A partir da década de 1990, os novos objetos e abordagens que passam a compor a área, voltados às experiências, visões, valores e modos de organização na sociedade brasileira, começam a trazer para a esfera social e política fenômenos tradicionalmente considerados circunscritos à medicina. É a “*exterioridade*” que marca a trajetória das ciências sociais na saúde que permite a consolidação de uma perspectiva “*socio-antropológica*” crítica ao crescente processo de medicalização e ao poder normativo da ciência, capaz de demonstrar “*o enraizamento social e cultural da prática biomédica e seus objetos [corpo, saúde e doença]*” (p.479).

A leitura dos artigos produziu inferências sobre as diferentes perspectivas da relação natureza/ambiente/biológico e cultura/sociedade/pensamento subjacentes no corpus analítico. Alguns textos, importa colocar, explicitam a necessidade de levar esse tema em conta, como por exemplo no seguinte fragmento:

a natureza vem sofrendo os reflexos do uso predatório e abusivo de seus elementos, em função das demandas do mercado, processo que pouco leva em conta os desequilíbrios ecológicos gerados e a questão da sustentabilidade de tais práticas, demonstrando que o atual modelo de desenvolvimento está em crise e que há necessidade urgente de uma nova ética para nortear a relação sociedade e natureza (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2009, p.70).

Em outro fragmento do mesmo texto, cultura é definida como interpretação interna/subjetiva de um mundo externo/material/objetivo:

O conhecimento a respeito do processo saúde-doença está associado às concepções que explicam o mundo, os costumes, os valores e as crenças da sociedade, refletindo o pensamento dominante em dado momento histórico e em determinado espaço. Assim, o processo saúde-doença deve ser entendido a partir do contexto sociocultural, entendendo a cultura enquanto construção simbólica do mundo, como uma expressão humana frente à realidade (NAVOLAR, RIGON; PHILIPPI, 2009, p.74).

Sob outra perspectiva, Maluf (2015, p. 2305) considera "*O papel das famílias do campo como fornecedoras de alimentos envolve formas específicas de relações com a natureza e o território, a valorização da diversidade biológica e cultural e a manutenção do tecido social e cultural*".

Já Lira, Albuquerque e Gurgel (2018) assumem a perspectiva histórica-estrutural: "*o trabalho é uma característica que difere o ser humano dos outros animais, por ter um caráter consciente. Independentemente da forma de organização da sociedade, é condição de existência do ser humano na mediação entre este e a natureza*" (p.432). Esses autores também consideram que "*a agroecologia se fundamenta em novas experiências na relação entre humanos e a natureza*" (p. 439). Anovidade da experiência estaria, pressupõe-se, ao comparar agroecologia as experiências de agricultura industrial/monocultora. Implica, assim, desconsideração da extensa trajetória de desenvolvimento da agricultura entre povos originários e tradicionais.

Verifica-se que, mesmo quando são adotados posicionamentos “sociais” críticos, pode persistir uma noção instrumental sobre “meio ambiente” e “natureza”: já está pressuposta a perspectiva estruturalista que divide a vida humana em duas camadas, a social/cultural da mente na sociedade e a biológica/física do organismo no ambiente (INGOLD, 2000), ou ainda ser humano/sociedade e “todo o resto do mundo”. Tal dissociação fica evidenciada pela adoção de um tom *gerencial* sobre impactos ambientais e as ações de *correção*, associadas a termos como “recursos naturais” e “conquista”:

A criação de ambientes mais saudáveis envolve a proteção e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, bem como o acompanhamento sistemático do impacto que as mudanças no meio ambiente produzem sobre a saúde. Isso se estende também para as conquistas de ambientes que facilitem e favoreçam a saúde, como é o caso de espaços onde são praticadas as atividades de agricultura urbana (RIBEIRO et al., 2012, p.386).

Pode-se considerar que esta forma de compreensão aproxima-se mais dos pressupostos do modelo de determinantes da saúde, que assume “meio ambiente” como um fator externo ao indivíduo/sociedade, e com este se relaciona de maneira causal, influenciando sua saúde: *o setor da saúde é o repositório das consequências individuais e coletivas de diversos fatores que interferem na vida da população (violência, poluição, miséria, fome, obesidade, etc), os quais são determinados pela ausência ou presença das políticas de outras áreas*” (RIBEIRO et al., 2012, p. 382).

Contrapondo a abordagem dual/causal está o acesso ao que Toledo e Barrera-Bassols(2008)denominam *memória biocultural*, conhecimentos ancestrais sobretudo ligados à agricultura, pois foram eleque possibilitaram fundamentalmente a manutenção e continuidade da espécie humana, através do manejo dos ecossistemas.A permanência da sabedoria tradicional ao longo dos milêniosseria resultado de mecanismos de representação, formação e manutenção de lembranças, mantidos pela dupla estrutura - biológica e cultural - de todo ser humano, representadas respectivamente pela variação/diversidade genética e linguística. Para os autores (tradução da autora),

a convalidação deste processo se expressa na *práxis*, ou seja, no êxito das práticas que permitem tanto ao produtor individual como a sua coletividade cultural sobreviver ao longo do tempo sem destruir ou deteriorar sua fonte original de recursos locais. Isso nos dá suficientes elementos para questionar o termo “tradicional” que tem sido recorrentemente aplicado a este conhecimento pois, na realidade, cada produtor ou coletividade está lançando mão de um conjunto de experiências que são tão antigas como presentes (existiram e existem), da mesma maneira que são tão coletivas

como pessoais. Se trata mais de (...) uma síntese entre tradição e modernidade, uma perspectiva que, ao ser negligenciada pelos pesquisadores, tem servido para manter a falsa ideia de inoperância e inviabilidade contemporânea destas “tradições” e, portanto, para a justificação automática do que se considera como “moderno” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008, p. 74).

Mignolo(2017), pesquisador argentino que como Quijano é um importante representante do pensamento decolonial latino-americano, traz necessário complemento situando o significado da separação entre natureza e cultura no mundo colonial. Para o autor, o marco do colonialismo é a implantação do conceito ocidental de natureza, oriundo da cosmologia europeia cristã, e o descarte do conceito aimará e quíchua de *pachamama* (que pode ser traduzido como “mãe terra”) que designa a relação humana com a energia que engendra e mantém a vida e que compreende todos os fenômenos da existência, incluída aí a existência humana.

Indo além, María Lugones convida ainda a observar o vínculo entre essa introdução do conceito instrumental da natureza e a introdução colonial do conceito moderno de gênero, ambos centrais para o capitalismo. Para a autora, a internalização da dicotomia homens/mulheres no longo processo de subjetificação dos/as colonizados/as é parte da construção normativa do social, uma marca de civilização, de pertencimento à sociedade civil: um sistema de gênero hierárquica e racialmente diferenciado que foi e segue constantemente renovado. A autora rejeita, entretanto, qualquer inclinação à passividade:

quero pensar o/a colonizado/a tampouco como simplesmente imaginado/a e construído/a pelo colonizador e a colonialidade (...), mas sim como um ser que começa a habitar um lócus fraturado, construído duplamente, que percebe duplamente, relaciona-se duplamente, onde os “lados” do lócus estão em tensão (...). É o movimento rumo à coalizão o que nos impulsiona a conhecer uma à outra como entes que são densos, relacionais, em socialidades alternativas e alicerçadas nos lugares tensos e criativos da diferença colonial (LUGONES, 2014, p. 942).

Esta forma de resistência ou de alternativa ao pensamento hierárquico/dual é encontrada também em Tim Ingold, autor do campo das epistemologias ecológicas³¹, que

³¹As *epistemologias ecológicas* delimitam uma área de convergência do debate teórico-filosófico contemporâneo no qual Ingold se inscreve, repensam o estatuto da realidade a partir de modos ecológicos de compreender as relações com o mundo. Marca-se que essa discussão surge como esforço de superação de delimitações duais do pensamento ocidental moderno, como sociedade e natureza ou do “mundo em sua existência objetiva” e o “conhecimento do mundo” (STEIL & CARVALHO, 2014, p.163). Em outros regimes de conhecimento, das populações indígenas do território latino-americano, por exemplo, não cabe

propõe uma abordagem *relacional* da cultura e do organismo vivo. Para isso, parte da noção de que o ser que conhece (que possui razão) tem um corpo, uma materialidade (natureza), que não está separada do conhecimento: só é possível conhecer a partir do corpo. Para o autor, as formas de conhecimento não são uma prerrogativa dos humanos de diferentes culturas, mas se estendem a todos os elementos constituintes do ambiente. Segundo Steil e Carvalho (2014), incluem-se assim como sujeitos do conhecimento também aqueles que o dualismo ontológico natureza-cultura objetificou, convidando considerar como igualmente constitutivos do real as diferentes temporalidades, materiais e elementos que “escapam ao olhar humano”.

O ambiente, por sua vez, não seria exterior ao indivíduo, “o local da experiência” sobre o qual se pensa e se atua a partir das “bagagens culturais” características de cada grupo: não é a cultura que determina nossa relação com o ambiente, de maneira causal; em relação dialética, o ambiente também convoca o indivíduo a outras práticas e engajamentos (INGOLD, 2000).

Consonante a esta perspectiva, Humberto Maturana considera que os mundos possíveis dependem simultaneamente de nossas estruturas biológicas e de nossas interações com outros: somos frutos da história de nossa espécie, mas também somos frutos de nossa ontogenia, que estamos sendo/vivendo em nossas interações com outros” (MATURANA, 2002).

“Cultura” aparece explicitamente em 8 entre os 20 analisados, por exemplo, na menção à dimensão *cultural* da alimentação e do uso de fitoterápicos, ao universo da roça como uma produção também política e cultural e à valorização da *diversidade cultural* e étnica dos povos. O uso do termo *cultura* e/ou do termo *natureza* de forma separada não implica, necessariamente, uma compreensão objetificada ou dual. Ainda assim, por comumente lançarmos mão de termos como “cultura popular”, “culturas/conhecimentos/saberes tradicionais”, “diversidade cultural”, entre outros, nas abordagens sobre agroecologia e saúde, considera-se válido atentar aqui a duas pequenas contribuições sobre o tema: a primeira, fornecida por Krenak³², é que a cultura não deve ser compreendida como “autogeradora”, surgida por si só, e sim como uma maneira da vida entre os humanos se manifestar no plano da sociabilidade “contando a história de como nós estamos aqui”; a segunda, vem de Brandão (2009, p. 728), que parte de Canclini para afirmar que:

pensar uma arena específica para tal discussão, que é própria da “cosmologia” na qual a ciência ocidental está circunscrita.

³² Em comunicação oral no Seminário Selvagem, no dia 14/11/2019 realizado na biblioteca do Jardim Botânico, Rio de Janeiro (RJ).

não existem culturas em paralelo, assim como não existem culturas em franca oposição. Existem culturas em movimento, em processos contínuos de criação, interação, recriação, hibridização. A imagem de raízes que se entrecruzam no solo de uma mesma floresta e geram árvores que, mesmo quando aparentemente separadas, formam um sistema ou diferentes sistemas sempre mais complexos e interativos do que aquilo que se passa no interior de uma apenas.

4.2.2 Eixos exploratórios da relação entre saúde e agroecologia

4.2.2.1 Fluxo das propostas academia – organizações sociais/movimentos populares

A ecológica não mais impõe ‘resolver’ os contrários (...) haverá momentos de luta onde todos e todas serão conduzidos a fixar objetivos comuns (...) mas haverá, ao mesmo tempo, momentos de ressingularização onde as subjetividades individuais e coletivas "voltarão a ficar na delas" e onde prevalecerá a expressão criadora enquanto tal, sem mais nenhuma preocupação com relação às finalidades coletivas. que se desenvolvam as culturas particulares inventando-se, ao mesmo tempo, outros contatos de cidadania (GUATTARI, 1989, p. 35-36).

Nesta seção busca-se considerar como os estudos analisados estabelecem relação entre a ciência, representada pelos campos da saúde e da agroecologia, se relaciona com as “necessidades da população” ou, dito de outra forma, como a atividade científica se relaciona com decisões sociais em suas dimensões éticas e políticas.

Entre os movimentos sociais, discussões sobre o papel da ciência na construção da agroecologia podem ser verificadas nos fragmentos a seguir. O primeiro foi retirado da carta política do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (ABA, 2019):

Mais do que nunca, precisamos de uma prática científica que nos ajude a reconhecer nossas diferenças e identidades e, ao mesmo tempo, a compor um mundo comum, onde possamos cultivar a solidariedade, a esperança e a confiança, tecendo, com amor, novos saberes e relações (ABA, 2019, p. 7)

O documento-síntese de reunião da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2019) também aponta como um dos caminhos de enfoque das suas estratégias, o fortalecimento do trabalho de base e da articulação nos territórios (diálogo entre o campo e cidade), orientados pela questão da democratização dos sistemas agroalimentares, e o

fortalecimento do campo da ciência cidadã e crítica através da articulação com esferas da academia engajadas com os movimentos sociais.

De modo similar, a carta política do IV ENA (ANA, 2018) e do XI CBA (ABA, 2019) afirma a estreita relação entre saúde e agroecologia e resume o esforço de articulação do movimento agroecológico com “os movimentos em defesa *da justiça ambiental, da saúde coletiva, da economia solidária, do feminismo, das juventudes e das lutas antirracista e antiLGBTQI+fóbica*” (ABA, 2019, p.2).

Ainda, a Carta Política Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo (CARTA DE SALVADOR, 2011) sintetiza que as estratégias de transformação, que têm se mostrado efetivas, são aquelas que integram as perspectivas da agroecologia, da soberania alimentar e energética, da economia solidária, do feminismo e da justiça social e ambiental, tendo como base a organização prévia e a forte identidade territorial das comunidades.

Se voltarmos-nos aos “temas que mobilizam a construção de experiências agroecológicas no país”, discutidos no III Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia, em 2014, estão:

reforma agrária e reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais; abastecimento e construção social de mercados; agricultura urbana; comunicação; conflitos e injustiças ambientais; construção do conhecimento agroecológico: interação entre Ater [Assistência técnicas e rural], pesquisa e ensino; educação do campo; normas sanitárias; plantas medicinais; financiamento; saúde e agrotóxicos; sociobiodiversidade; acesso à água e sua gestão; sementes e Agrobiodiversidade (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 79)

Observa-se a grande parte desses tópicos (10 em 16, excetuando “abastecimentos e construção social de mercados; conflitos e injustiças ambientais; interação entre Ater, pesquisa e ensino; normas sanitárias; financiamento; sementes e Agrobiodiversidade) foi desenvolvido como tema no conjunto de artigos, com maior e menor intensidade. Poder-se-ia inferir, por conseguinte, que as produções científicas analisadas demonstram estar associadas às demandas nos territórios/grupos sociais que constroem a agroecologia. Como a intenção, no entanto, é qualificar *como* tais temas estão sendo abordados, nesta seção dá-se continuidade a análise do corpus, rastreando discussões e proposições à sociedade civil e movimentos populares.

O artigo “Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil” (WARMLING; MORETTI-PIRES; 2017, p. 695) é um exemplo de estudo que, de maneira similar a esta dissertação, discute “os sentidos atribuídos à agroecologia na literatura científica, analisando as narrativas sobre agroecologia de atores sociais envolvidos na rede de produção e consumo de alimentos agroecológicos no município de Florianópolis. Seu intuito é apontar lacunas e fornecer outros olhares sobre os discursos que vêm sendo enfatizados nas políticas públicas e discursos científicos, bem como analisar o potencial dos efeitos que cada narrativa tem “*de contribuir com a consolidação da agroecologia, ou de maneira inversa, reduzi-la ao produto sem agrotóxico, que compõe um nicho de mercado*”.

Esses autores encontram dois eixos principais de sentidos atribuídos à agroecologia: um relativo à inserção de agroecologia nos mercados e o outro relativo a agroecologia como movimento em direção à construção de um outro modelo de sociedade. Estes alinham-se a duas formas distintas de *construção* da agroecologia: a primeira com vistas à sua expansão, adequando-se ao modelo econômico prevalente e a segunda contra hegemônica, de militância/resistência, de valorização das minorias e das culturas tradicionais.

Também fazendo uma avaliação do campo, Porto e Soares (2012) problematizam que o campo científico da saúde coletiva possui número reduzido de estudos que integrem disciplinas específicas do campo da saúde (como a epidemiologia e a toxicologia), as ciências sociais e humanas, econômicas e ambientais, na literatura da saúde pública e da saúde ambiental. Direcionando também o olhar ao próprio campo de onde falam, Azevedo e Pelicioni (2012) apontam a dificuldade da implementação de propostas interdisciplinares na academia: “*A prática interdisciplinar não exige o conhecimento específico de outras áreas, mas pressupõe a busca de interfaces comuns entre as diferentes áreas e a coexistência entre diversos saberes e especialistas*” (p.294).

Tendo em vista que a própria saúde coletiva é definida como campo interdisciplinar, entre os artigos que se voltam às questões internas ao seu campo científico, observa-se por vezes a interdisciplinaridade (ou a transdisciplinaridade, já que em alguns estudos são consideradas, apresentadas como sinônimo) são propostas como possibilidades “revolucionárias” de fazer ciência, como no fragmento acima. Para Fourez, no entanto, mesmo os enfoques interdisciplinares conservam uma estrutura tecnocrática, pois ainda supõem que é possível tomar uma decisão politicamente *neutra*, uma vez reunido um número suficiente de *experts*. Esta aparente neutralidade decorre de que as decisões cruciais foram tomadas no momento anterior de adoção de determinado paradigma disciplinar, pois é

com base nos valores e pressupostos da sua disciplina que o especialista vai traduzir e atuar sobre o problema (político, social) que lhe é colocado. (FOUREZ, 1995; BOURDIEU, 2003).

Outra parte dos artigos aponta como desafios à construção partilhada de saberes e de processos de transformação social a necessidade de articulação entre os diferentes movimentos sociais ou entre as demandas desses movimentos e as pesquisas e práticas da saúde coletiva.

Porto e Soares (2012, p.27) reconhecem que *“há um processo social de ocultar dissensos e isolar as reclamações (...) para que os atores sociais demandantes constituam identidades sociais fragmentadas, seja na condição de vulneráveis que necessitam ações de ajuda, seja na condição de ilegítimos ou inimigos”* e propõem ao campo da saúde coletiva uma agenda de pesquisa que integre os setores comprometidos com a defesa da saúde, do meio ambiente e da segurança e soberania alimentar, em direção a uma abordagem inter/transdisciplinar para análises complexas e sistêmicas *“que possa prover informação útil aos que tomam decisões – incluindo cidadãos e movimentos sociais”* (p. 23). Em artigo do mesmo ano, Porto e Schültz (2012, p. 1450) reforçam ainda o *“papel dos movimentos sociais e dos projetos de pesquisa que deem visibilidade aos conflitos e às injustiças, bem como às alternativas em curso em territórios concretos”*.

Em complemento, trazendo o tema da Educação Popular em Saúde (EPS), David et al. colocam:

os movimentos sociais, as pastorais populares, as ONGs em suas diferentes expressões e espaços de atuação – saúde, economia solidária, direitos humanos, meio ambiente, agricultura familiar, agroecologia, educação – de forma articulada entre si, devem voltar a fazer processos de formação massivos com base na Educação Popular (DAVID et al., 2014, p. 1587).

Propõe-se, neste artigo, consolidar a Educação Popular como política pública transversal que tenha adialogicidade, amorosidade e emancipação como princípios que dão consistência às demais políticas públicas: *“Governo e sociedade, cada um com sua autonomia, trabalham, mediados pela Educação Popular, processos emancipatórios e cidadania.”* (p.1584), reforçando a importância da democracia e de uma política de Estado que assegure o Sistema Único de Saúde com financiamento público e vínculo de trabalho estável.

A Educação Popular é mencionada em outros 4 artigos, sendo também associada ao modo de produzir conhecimento a agroecologia. David *et al.* (2018) trazem controvérsias da institucionalização da EPS no campo da Saúde Pública "*Ao querer transformar a Educação Popular em forma de poder, ela desvirtua-se.*" (p.1587). Dentro do mundo institucionalizado a EPS e seus dispositivos (como tendas, teatros, terapias) se tornaram "normais", entretanto foram superficializados, distorcidos: "*ainda se pensa a Educação Popular como (...) forma de maquiar processos de exploração e de imposição de práticas verticais e opressivas (...) e diminuir conflitos e tensões sociais.*" (p.1587).

Apesar de ser recomendada oficialmente, as práticas de educação popular em saúde no Brasil estão tradicionalmente subordinadas ao conhecimento biomédico, são definidas de maneira vertical "*para solucionar problemas sentidos pelos serviços, não pela população*" (SEVALHO, 2016, p. 623). Essa perspectiva de educação em saúde é "tutelar" porque propicia "*intervenções paternalistas e assistencialistas (...) que pretexta proteger e fazer valer direitos dos vulneráveis.* Para Sevalho(2017, p. 181), "*A tutela funciona como exercício de dominação por parte do Estado, instituições e agentes econômicos e políticos comprometidos com a exploração das populações social e economicamente fragilizadas*".

Já o artigo "Olhar etnográfico e intervenção social na produção e uso de imagens: entrevista com José Roberto Novaes (Beto Novaes)" (NOVAES; JACKSON FILHO; SIMONELLI, 2019) discute os limites da linguagem acadêmica e potencial de projetos que abordam questões do campo (condições de vida e trabalho, lutas por direitos, memória) no Brasil por meio da arte e de imagens.

Os autores exemplificam o uso do documentário na valorização das lutas e experiências concretas em curso para "*transformar a linguagem acadêmica em imagens, em trazer para a academia as demandas dos movimentos sociais*" (p.6). Entre elas, trata da preservação dos territórios pesqueiros e a luta das mulheres no campo e na agroecologia – incorporando a questão de gênero "*em virtude da organização, das lutas e das conquistas das mulheres na sociedade*" (p.11). Abordam ainda a extensão universitária como ponte de diálogo da academia com os movimentos sociais, no desafio de "*desconstruir a valorização do saber acadêmico sobre outros saberes e encontrar mecanismos de devolução para a sociedade dos resultados da investigação acadêmica*" e colocar "*a problemática da saúde tendo como referência tanto a narrativa das pesquisas acadêmicas comprometidas com os movimentos sociais, quanto a perspectiva dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as)*" (p. 11):

Olhar o progresso do ponto de vista dos trabalhadores traz para o cenário a profunda desigualdade social, a concentração de renda e riqueza. (...). De que progresso e desenvolvimento estão falando? Para quem? Precisamos debatê-los fazendo esse contraponto (NOVAES; JACKSON FILHO; SIMONELLI, 2019, p. 11).

O estudo levanta, por fim, como desafio atual evitar retrocessos das conquistas de direitos e a "*buscar o tempo da reflexão, da solidariedade, para contrapor o tempo da produtividade, do individualismo, da alienação que o mercado capitalista impõe como valores de vida*" (p.12).

Também associado a arte e comunicação, o artigo de Fasanello, Nunes e Porto (2018, p. 412) propõem uma forma de abordagem "teórico-poética" que envolve "*tanto a dimensão corpórea concreta com o mundo da sobrevivência e superação das distintas formas de violência, como a dimensão criativa e existencial em torno da imaginação e construção de novos mundos possíveis a partir das experiências cotidianas envoltas na cultura*" e considera "*a redução do sofrimento (...) a autoestima e a celebração da vida como componentes do processo de construção de conhecimentos.*" (p.404). Esses autores discutem possibilidades metodológicas colaborativas que aproximam ciência e arte, também considerando o potencial dos documentários em estabelecer outras formas de diálogo entre dados científicos e movimentos/populações do campo para confrontar discursos legitimados por cientistas financiados, por exemplo, pelo agronegócio. Trazem à discussão a noção da ecologia de saberes para propor "*um exercício de tradução intercultural que crie os espaços de diálogo e inteligibilidade quando os grupos sociais que interagem possuem culturas, linguagens e histórias distintas*" (p. 402), considerando que

(...) as lutas sociais emancipatórias de nosso tempo envolvem disputas por visibilidade, ou seja, por melhores condições de produzir e fazer circular os sentidos e demandas dos movimentos sociais frente a formas hegemônicas opressoras e invisibilizadoras de realidades e alternativas (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018, p. 398).

Nos estudos, raras vezes é feita menção a grupos/iniciativas populares ou institucionais (acadêmicos, associações de direito civil) ligados à agroecologia. Duas são as exceções: Sousa *et al.* (2015), que citam a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como organização do movimento agroecológico ao apresentar resultados de documento de

sistematização de experiências de promoção da SAN³³; e Porto e Soares (2012), que citamo Encontro Nacional de Diálogos e Convergências de 2011 como espaço que mostra experiências de resistências e alternativas de novas economias e saberes sendo construídos nos territórios dos campos, florestas e periferias urbanas, analogamente aos Fóruns Sociais; apresenta também Agroecologia em Rede³⁴ como portal que contribui para aproximar grupos acadêmicos e movimentos sociais.

4.2.2.2 Fluxo das propostas academia – Estado

Sobre políticas e programas ligados à agroecologia³⁵ e/ou saúde, para Oliveira (2003), é papel das instituições de ensino e pesquisa e das organizações da sociedade civil (OSCIPs) buscar utilizar seus conhecimentos e recursos para fiscalizar e acompanhar o trabalho que o Estado desenvolve e propor alternativas.

Nesse caminho, dois artigos (CARVALHO; OLIVEIRA E SILVA, 2014; MALUF, 2015;) avaliam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerando-os políticas públicas brasileiras que resistem em tensionamento às políticas que apoiam ao modelo de produção e consumo dominante, associado ao agronegócio. Para esses autores, tais programas utilizam estrategicamente a capacidade das instituições governamentais (escolas, hospitais, entre outros) de impactar economias regionais e posição dos diferentes grupos produtores no mercado a partir dos seus

³³ Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências; organização Silvia do Amaral Rigon et al.; Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia (GT SSA/ANA). FASE, Rio de Janeiro, n. 1, 2010. Disponível para download no sítio: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/>

³⁴ Agroecologia em rede é um sistema de informações que mapeia iniciativas de agroecologia (experiências, grupos, coletivos, redes e pessoas) no Brasil. É possível buscar e cadastrar iniciativas por localização geográfica, por áreas temáticas, identidades dos atores envolvidos, entre outros. É gerido pela ANA e ABA em cooperação com a FIOCRUZ, e foi concebido no início da década de 2000 com metodologia originalmente da associação Agricultura Familiar e Agroecologia - AS-PTA. Em 2018, com apoio da FIOCRUZ, passa por reformulação e é relançado no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Belo Horizonte. Sítio: <https://www.agroecologiaemrede.org>

³⁵ Destaca-se outros programas e políticas de fomento à agricultura familiar que não foram mencionados nos artigos: Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (Neas), os Núcleos de Extensão Territorial (Nedets), Programa Ecoforte, Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2) - programas de implantação de cisternas para consumo humano e produção agrícola (CORTINES, 2019).

critérios de compra sobre o tipo e fonte do alimento adquirido. Os autores também consideram o PAA e PNAE estratégias que contribuem na redução da insegurança alimentar das comunidades tradicionais e no enfrentamento do problema da fome no país.

Uma outra política ligada à agroecologia é problematizada por Warmling e Moretti-Pires (2017, p. 693): a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que, segundo os autores, "*reflete efeitos da normatização pelo Estado, a redução do caráter tradicional da agroecologia e o reforço da adequação ao sistema econômico*". O artigo demarca a necessidade das políticas públicas se voltarem também às "práticas de reciprocidade": "*a aproximação entre produtor e consumidor, na venda direta, favorece o reconhecimento mútuo, a confiança e a troca de experiências de vida.*"

Entre os documentos institucionais da saúde, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, de 2013, inclui em seus princípios e diretrizes o "*apoio à produção sustentável e solidária, com reconhecimento da agricultura familiar camponesa e do extrativismo*" e a "*valorização de práticas e conhecimentos tradicionais*" (BRASIL, 2013, p. 25). Apesar de ser possível identificar, na política, alguns princípios alinhados à agroecologia, não é feita menção direta à mesma. A ausência da agroecologia em um documento que se destina pensar a saúde dos grupos que vivem "nos campos, nas florestas e nas águas, reforça a importância de avaliar também as relações institucionais que a saúde vem estabelecendo com a agroecologia, na elaboração de políticas públicas.

Em relação às proposições que os autores fazem à "sociedade civil", enquanto representantes do campo/setor saúde, verificou-se que, entre as publicações com maior tendência à "conformação" ao modelo de sociedade, é comum encontrar a noção de "participação social", um dos princípios de promoção da saúde definido pela OMS que "*pressupõe formas de participação direta dos cidadãos no planejamento, execução e avaliação dos projetos, visando à equidade e a sustentabilidade*" (p.383) e também é um "*processo mediante o qual as diferentes classes sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto de bens e serviços de uma determinada sociedade* (p.385);

Outra proposição recorrente, para o conjunto dos artigos é a *intersectorialidade* na construção de práticas e de políticas para integrar agroecologia e saúde (NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2009; PORTO; SOARES, 2012; RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015; MALUF, 2015;) Ribeiro, Bógus e Watanabe (2015), por exemplo, relacionam a ação de *agricultura urbana agroecológica* à intersectorialidade e à participação social no artigo "Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde":

acredita-se que a agricultura urbana pode ser considerada uma ferramenta para a Promoção da Saúde, mas para que sua consolidação seja viabilizada e efetivada é de fundamental importância que os gestores reconheçam seu valor nos três níveis de governo, levando em consideração os anseios e as reivindicações da população (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015, p.740).

Ao mesmo tempo em que as autoras criticam concepções mais restritas de saúde nas quais "*os sujeitos e comunidades continuam sendo responsabilizados pelas várias mudanças ocorridas no processo saúde-adoecimento*" (p.732), indicam que

o reforço da ação comunitária ocorre quando se criam condições em que comunidades, grupos e indivíduos adquirem a capacidade de tomar decisões que lhes competem para melhorar suas vidas e têm controle sobre a situação de exclusão social, redundando em melhores níveis de saúde e qualidade de vida." (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015, p.737).

Difere da participação social a noção de “controle cidadão” usada no artigo de Porto e Schültz(2012, p. 1452) que designa "*a capacidade de ação fiscalizadora da sociedade civil organizada*" associada à soberania informativa, ou seja, o livre acesso à informação enquanto um bem público crucial ao exercício da cidadania.

Participação social/popular é discutida em Sevalho(2016) que reflete sobre a construção da Vigilância Civil da Saúde que, embasada nos campos da vigilância e da educação popular em saúde, envolve uma forma de epidemiologia que se coloca “*ao lado da população*”, e partede sua experiência para unir saberes “*dos técnicos e profissionais aos saberes populares e problematiza-se à luz das condições de vida e do conflito social*” (p. 620).

O autor situa que a participação social pensada no âmbito da Reforma Sanitária na década de 1980, institucionalizada no SUS, inscreve-se numa ordem política compensatória e que transfere responsabilidades do estado para a população, “*(...) estimular populações pobres para fazer uso dos próprios recursos para superação de sua marginalidade*” (p. 620) é, na realidade, um processo de dominação.

Por fim, sobre o tema da participação, Vallacoloca que

(...) embora haja profissionais preocupados com a necessidade da população organizar-se e reivindicar seus direitos e serviços básicos de qualidade, na realidade a tradição dominante no Brasil é a da participação popular, isto é, convite das autoridades para

que a população tenha uma participação mais frequente” geralmente “para poder solucionar problemas dos quais não dão conta. Nesta concepção está incluída a ideia de que a aceitação do convite de participar seria uma forma dos governos se legitimarem. Justamente a descrença da população (...) no interesse dos governos de resolver os seus problemas, faz com que sua forma de participar seja diferente do que a suposta pelo convite(VALLA, 1996, p. 182).

*Se existe uma ânsia por consumir a natureza,
existe também uma por consumir subjetividades - as nossas subjetividades.
Então vamos vivê-las
com a liberdade que fomos capazes de inventar. (...)
É maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro,
como constelações.
O fato de podermos compartilhar esse espaço,
de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais;
significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas
diferenças, que deveriam guiar nosso roteiro de vida.
Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo.
Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar
e tirar nossa alegria de estar vivos.*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: BREVES REFLEXÕES PARA A SAÚDE COLETIVA SOBRE CAMINHOS POSSÍVEIS JUNTO À AGROECOLOGIA

Este é considerado um estudo de fronteira. Produzir conhecimento nessa posição fronteiriça requer visitar campos científicos distintos, no desafio de produzir um diálogo coeso nesse espaço de margem, entre. Tendo em vista o poder social conferido à ciência e àqueles que falam por ela (BOURDIEU, 1983), importa analisar os discursos e as ausências produzidos em seu interior; as ciências da saúde, em especial, ocupam um espaço legitimado para *prescrever* o que *faz bem*, o que *deve ser feito* e o que *é verdadeiro*. Investigar a produção do conhecimento de dentro da saúde coletiva teve como intenção compreender de quais maneiras a prática científica pode colaborar no fortalecimento e legitimação ou, ao contrário, no esvaziamento e cooptação/desterritorialização da agroecologia. Também intentou-se olhar os papéis que são e que podem vir a ser desempenhados por pesquisadoras e pesquisadores como mediadores na relação entre o conhecimento científico convencional e outras racionalidades e regimes de conhecimento.

Para Bourdieu (1997), conforme um campo científico dispõe de mais “autonomia”, as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas e, portanto, precisam fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações para serem incorporadas ao campo. Quanto maior a autonomia do próprio pesquisador no campo em que se inscreve, maior sua chance de dispor da autoridade científica como uma força política que o autoriza a falar fora do seu campo de origem com uma certa eficácia simbólica. Ao mesmo tempo, o autor atenta que os agentes que adquirem disposições diferentes daquelas exigidas no campo em que estão inscritos arriscam estar sempre defasados. Mas podem, de outra maneira, ser uma força apta a modificar estruturas do campo para conformá-las às suas disposições, resistindo ao movimento oposto, de submeter suas disposições às estruturas.

Bourdieu “autonomiza” o campo científico para analisar sua permeabilidade (heteronomia) às forças que interagem com ele. A análise da interação entre agroecologia e o campo da saúde pode assim ser dividida entre duas forças ou movimentos: ora agroecologia é um conceito, e como conceito/termo/coisa pode ser conformada aos paradigmas dominantes do campo, ora é reconhecida em sua condição de campo científico que colabora com outras possibilidades teóricas/epistêmicas para a saúde.

O campo da saúde coletiva se estrutura duplamente por uma dimensão política e uma dimensão científico-acadêmica, não dissociáveis. Desde uma perspectiva crítica do

campo, autores pontuam desafios epistemológicos e metodológicos para a saúde coletiva; neste estudo, foi destacada a questão da legitimação de regimes de produção do conhecimento não circunscritos à ciência ocidental/moderna (VALLA, 1996), atualizações no modelo explicativo de determinação social do processo saúde-doença (BORGHI OLIVEIRA, SEVALHO, 2018) a valoração das ciências sociais na saúde coletiva (RUSSO; CARRARA, 2015), desenvolvimento de chaves analíticas que permitam compreender as tendências regulatória/normativa na atividade científica do campo (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007; MORAES, 2016).

A pesquisa mostrou que existe um movimento importante, crescente, de discussões sobre agroecologia dentro da saúde coletiva. Entre esses esforços de diálogo, identificou-se que os trabalhos estão mais nucleados em torno de certos temas e paradigmas: nutrição e da segurança alimentar, os riscos e agravos associados ao uso de agrotóxicos e a promoção da saúde. A partir da segunda metade da década de 2010 temas se diversificam, abarcando pouco a pouco questões ligadas por exemplo à educação, comunicação e à arte.

Indo além da variedade temática objetivados nos textos, foi confirmado o pressuposto inicial de que por vezes, quando esses temas e conceitos são apropriados do campo da agroecologia para a saúde coletiva, são submetidos à “alienação e deformação política”. O transporte de conceitos entre disciplinas é uma “*operação metafórica*” (SEVALHO, 2017, p. 179) na qual existe a possibilidade, inevitável, de transformar ou então deformar os conceitos.

Na análise documental, procurou-se levar em conta limites característicos do artigo científico enquanto gênero textual. Um texto de tamanho reduzido e por vezes conformado às exigências da própria revista científica, não poderá se dedicar a maiores discussões acerca dos conceitos e pressupostos teóricos utilizados, ainda que a pesquisa apresente um posicionamento *crítico* sobre os referenciais de seu campo.

Ainda assim, constatou-se que ao privilegiar a objetividade e operacionalidade, a saúde acaba por apresentar seus conceitos de maneira excessivamente reduzida, esvaziada de história e de origem, o que produz também um esvaziamento dos princípios éticos e políticos da agroecologia. Por outro lado, quando a saúde adota uma posição crítica ao discutir agroecologia, as próprias bases epistemológicas da saúde coletiva podem ser tensionadas, trazendo à luz dificuldades e equívocos do campo ao se apropriar desses conceitos.

Pressupõe-se que a vertente mais “gerencialista” da agroecologia, ou seja, que a reduz a uma técnica – e a que tem mais possibilidades de institucionalização –, fosse associada nos textos às perspectivas mais “regulatórias” da saúde. Foi verificado que a maior parte das publicações podem ser consideradas híbridas de níveis variados entre essas

abordagens, vão atravessando e se detendo até certos limites: “agroecologia como ciência voltada ao estudo do agroecossistema” à agroecologia como “campo de conhecimento para emancipação”; definições dos documentos de Conferências Internacionais de Saúde a criatividade crítica; “redução das desigualdades” à superação do atual sistema socioeconômico; da abstenção da história ao convite a outras histórias possíveis; da natureza como serviço às possibilidades de outras ontologias. E daí em diante.

Outro tema para atenção é a afirmação da agroecologia como *naturalmente* promotora de saúde; pontua-se que agroecologia, não conta de solucionar das desigualdades/injustiças, disputas e conflitos nos distintos territórios e movimentos agroecológicos. A defesa da agroecologia como “nova grande solução” expressa a perspectiva universalizante da cultura científica, que não deixa se estar circunscrita às propostas prevalentes no sistema econômico atual (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007). A agroecologia poderia ser compreendida como um caminho viável aos enfrentamentos e transformações para condições dignas de saúde e vida. Ademais, a defesa da agroecologia como instrumento de transformações social não pode estar dissociada da defesa da reforma agrária, das lutas por equidade de gênero e antirracismo.

Desafios no movimento agroecológico são faceados dia a dia pelas trabalhadoras, trabalhadores e grupos que vivem nos campos, águas e florestas, Brasil adentro. Monteiro e Londres (2017) consideram que, embora muitas experiências de agroecologia no Brasil tenham sido construídas e fortalecidas nas últimas duas e três décadas, algumas envolvendo milhares de famílias, cada “rede local de inovação agroecológica” disputam acesso à terra e seus bens físicos com grandes projetos como o agronegócio, mineração, obras de infraestrutura e energia.

Tais projetos são legitimados pela sua associação à noção de progresso e de desenvolvimento do país, somado a um esforço para desqualificar a agricultura familiar e as experiências em agroecologia em curso nos territórios, que ainda permanecem pouco visíveis para a grande maioria da população e para os governos. Estas formas de disputa por “territórios materiais” estão simultaneamente associadas às disputas por “territórios imateriais” que acontecem no terreno das ideias e na formulação de teorias e paradigmas. Para os autores Giraldo e Rosset (2017), o poder de interpretar e determinar o significado de conceitos é por si só um território em disputa.

Assumir a existência de “diferentes agroecologias” não as iguala ou as planifica em termos de *validade*. Há sim, histórias e trajetórias epistemológicas distintas entre as diferentes vertentes; junto a elas, também diferentes opções políticas e interesses, o que reforça a

necessidade de situar com qual delas está implicado ao falar de agroecologia no meio científico. Atentar aos conceitos e definições não é uma forma de preciosismo científico. Cada conceito é uma escolha política; ignorar suas distinções ou tratá-los com superficialidade também. No caso da agroecologia, essas escolhas reverberam em possibilidades de cooptação pelos interesses tecnocientíficos dominantes.

Tal como a saúde coletiva, a agroecologia é um campo recente no interior do qual ainda houve poucas cristalizações no sentido de formação de “culturas tradicionais” em termos epistemológicos (OSMO; SCHRAIBER, 2015). Isso reforça a importância que as autoras e autores da saúde se dediquem a uma investigação mais aprofundada dos referenciais conceituais da agroecologia, que seguem em construção e atualização. Há importantes transformações conceituais entre publicações do início dos anos 1990 e da década de 2010, mesmo entre autores do que acordou-se nomear nesta pesquisa uma mesma “vertente” do campo da agroecologia.

O reconhecimento e incorporação das pautas de organismos multilaterais, após mais de trinta anos de negligenciamento do movimento agroecológico, tem se dado sob um processo de despolitização, de tentativa de consolidação da agroecologia como um conjunto de técnicas ou tecnologias de cultivo que pode auxiliar no amortecimento da crise da produção alimentar industrial; uma alternativa que pode ser *aplicada*, enquanto estruturas de poder permanecem incontestadas.

Porém, esse progressivo reconhecimento da agroecologia não deve ser entendido apenas como resultante de “estratégias de cooptação”: é conquista de uma longa trajetória de pressões e luta por legitimidade e pressões dos próprios movimentos populares, como assinala a Declaração do Fórum Internacional pela Agroecologia, em Nyéléni (LA VIA CAMPESINA, 2015), assinada por representantes de comunidades tradicionais, agricultores e lideranças de movimentos sociais de diferentes países. A carta política do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (ABA, 2019, p. 9) também afirma esse reconhecimento como fruto da luta histórica e pontua:

Estamos cientes que esse reconhecimento vem acompanhado pelo risco de cooptação pelo mesmo sistema de poder que denunciemos. Ao tentarem apresentar a proposta agroecológica como uma nova tecnocracia esverdeada, os ideólogos do agronegócio procuram mais uma vez ocultar as relações de poder que estruturam o modelo dominante de produção e consumo alimentar (ABA, 2019, p. 4).

Não por acaso, a visibilidade da agroecologia tem ocorrido com tensionamentos entre diferentes lógicas de legitimidade/valoração: um reconhecimento que desterritorializa, que avança sobre o que é comum: a base, a raiz e os contextos. Essa mudança traz novas implicações à produção do conhecimento agroecológico, distinto do período em que o campo ocupava apenas um espaço “contratendente”.

O que pode definir se dada prática científica está alinhada a princípios *emancipatórios* é se esta reproduz uma lógica colonizadora e de homogeneização ou colabora no fortalecimento da capacidade dos sujeitos e grupos de assumir responsabilidade sobre as questões que afetam suas vidas. Por mais que se incentive a agroecologia nas produções científicas, o apagamento da dimensão da origem popular, tradicional e indígena e sua contextualização histórica e territorial reproduz e valida formas de apropriação pelos grupos que detêm poder no circuito dominante do sistema agroalimentar mundial.

Reforça-se que também o campo da saúde pode colaborar para a *desterritorialização* da agroecologia quando a dissocia de sua origem. Dentre 20 artigos que compuseram o corpus de análise, nenhum discutiu a questão indígena ou da saúde indígena, e, entre os 110 documentos de revistas da América Latina analisados na etapa de abordagem quali/quantitativa, apenas dois tratam do tema, sendo nenhum deles produzidos no Brasil. Apenas 1 entre os 20 estudos foi realizado junto a população tradicional, neste caso de matriz africana. Nenhum deles se dedica ao tema das mulheres na agroecologia ou discute seu protagonismo no cultivo/alimentação/cuidado circunscritos aos conhecimentos e práticas agroecológicas.

Pode-se pensar em algumas explicações: por exemplo, pode haver uma dificuldade dos pesquisadores, nas instituições alocadas nos centros urbanos, para acessarem grupos tradicionais mais afastados geograficamente; ou pode ser que os referenciais teóricos utilizados pelos autores se liguem à vertente da agroecologia mais ligada às ciências duras ou naturais. Fato é que, entre os grupos de pesquisa da saúde coletiva que tem se dedicado a discutir agroecologia nas instituições brasileiras – e conseguido divulgar seus resultados –, não foi encontrado um envolvimento mais aprofundado com questões ligadas à raça, etnia e gênero na maior parte das publicações analisadas.

A ausência de estudos ligados a povos indígenas leva a refletir se o menor interesse por suas experiências com agroecologia se associa ao fato desses grupos produzirem sobretudo para autossustentabilidade. Ainda reconhecido o importante esforço do diálogo no campo, agroecologia é de maneira predominante e sutil, instrumentalizada: instrumento para “salvar o mundo”, mas antes o *mundo* de quem produz e publica na saúde.

Considera-se que é importante a saúde coletiva se aproximar da “agroecologia”, desde que seja reconhecida a origem *popular* dos conhecimentos que antecipam o nome agroecologia e dão base à sua constituição no Brasil. Ainda mais fundamentalmente, essa origem remete aos povos que aqui estavam antes da colonização e daqueles que forçosamente vieram, que incluem os conhecimentos e técnicas sobre os usos alimentícios, propriedades medicinais, formas de extrair, manejar e consorciar espécies nos domínios de diversidade ecológica/social nos diferentes biomas do país.

Talvez um desafio da saúde coletiva no diálogo com a agroecologia seja não cair, de um lado, na instrumentalização da agroecologia às tendências de regulação e normatização dominantes no campo, reduzindo-a de sua condição indissociável de “movimento/ciência/prática”. No outro, se dispor ao diálogo com grupos/movimentos sociais organizados sem deixar submeter o campo à *politização* pela incorporação deliberada de suas demandas, em decorrência da própria heteronomia característica do campo da saúde.

Remarca-se o modelo explicativo de determinação social do processo saúde doença como referencial importante para orientar a inserção da agroecologia no campo da saúde coletiva, especialmente sua versão “atualizada” por Borghi, Oliveira e Sevalho (2018), nomeada determinação estrutural-relacional. Entre os modelos explicativos empregados na atualidade, este busca compreender/analisar as condições de saúde e de adoecimento de uma população ou grupo levando e conta os processos socioambientais/culturais/políticos/econômicos em sua complexidade, evitando recorrer a relações de causa e efeito, categorias analíticas e hierarquias simplificadas dos fatores que incidem sobre a saúde, e nisto difere-se do modelo de Determinantes Sociais da Saúde veiculado pela OMS que, segundo Borde, Hernández-Álvarez e Porto (2015) reforça uma aparente unanimidade teórica e uma noção de universalidade que colaboram para despolitização da questão da saúde.

Sobre as escolhas/limites da pesquisa, considera-se que a discussão aqui proposta pode ser enormemente frutificada pelas contribuições de autores dos estudos pós-coloniais e descoloniais/decoloniais. Considera-se que a análise das produções científicas sobre agroecologia poderia ser complementada pela avaliação aprofundada de padrões nos núcleos de produção por instituição e estado brasileiro. Considera-se ainda a importância de analisar, “no sentido inverso”, os olhares do campo da agroecologia sobre a saúde.

Analisando mecanismos de construção dos fatos e das ficções na tecnociência, Latour (2000, p. 166) considera que “*se não houver mais discordância entre os cientistas quanto à situação dos fatos, será inútil continuar falando em interpretação,*

representação, visão preconcebida ou distorcida do mundo, quadros fracos e frágeis do mundo...”. Os intensos embates simbólicos em torno da agroecologia, as distintas formas de compreensão e pontes que vem sendo construídas entre ela e a saúde, demonstram que a disputa ainda está acontecendo sobre uma parte *não resolvida da ciência*, de uma identidade da agroecologia ainda em elaboração. Por um olhar curioso, são potencialidades de uma controvérsia que ainda está “aberta”.

São tempos de questionamento do estatuto da ciência enquanto instância que fala “*desde um não lugar, em nome da razão universal*” (STEIL; CARVALHO, 2014, p. 171-172) e tempos de esforços para torna-la “*‘humana’ e ecológica, passando a habitar o mundo impermanente e instável das coisas*”, “*dividindo com outros regimes de produção da verdade a sua tarefa e a sua missão de validar o conhecimento*”. Este pode ser também um momento propício para direcionar o trabalho científico à construção de imaginários poderosos de mobilização (GIRALDO; ROSSET, 2018) em torno da relação saúde – agroecologia.

Alguns campos científicos têm sido permeados, em intensidade distintas, por uma perspectiva ontológica da produção do conhecimento e vem abrindo espaços para diálogo entre pluralidades de visões da natureza e do corpo. Discussões desde essa perspectiva podem ser frutificadas com a aproximação a sistemas de conhecimento (como de povos indígenas e de matrizes africanas, por exemplo) que, historicamente, em nosso projeto de nação, foram deslocadas às *margens* e às *mágicas*. Considerando que “*um campo não se orienta totalmente ao acaso*” e que “*nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento*” (BOURDIEU, 1997, p. 27), na saúde coletiva isto implica rever formas mais convencionadas de considerar a experiência, universos simbólicos e conhecimentos de grupos e sujeitos de interesse das suas pesquisas.

Da saúde, pode-se colaborar com a formalização de conhecimentos “popular”, “experimental” e “local” à linguagem da ciência convencional, facilitando a comunicação entre esses grupos com formuladores de políticas públicas e com a comunidade científica. Nesses tempos de *finds*, a abertura ao diálogo com regimes distintos de produção do conhecimento pode ampliar perspectivas de construção de um “futuro ancestral”³⁶.

Débora Danowski e Viveiros de Castro (2014) consideram o *fim do mundo* um tipo de problema que, apesar de não poder ser resolvido no plano da razão, é por ela colocado

³⁶Termo utilizado por Ketty Marcelo Lopes, presidente da Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru (Onamiap) em comunicação oral no Seminário Selvagem, no dia 14/11/2019 na biblioteca do Jardim Botânico, Rio de Janeiro (RJ).

sob a forma de fabulação mítica ou de "narrativas" que nos orientam e nos motivam. Para os autores, "*A dualidade mítica 'humanidade/mundo', pensada a partir de sua dissolução por subtração de um dos pólos*" (p. 34) nos arrasta simultaneamente por um duplo movimento, "*em direção a um passado de pura plenitude existencial (que nunca aconteceu como presente, pois é sua ideia reguladora e portanto sua inversão mítica)* e um futuro de inexistência absoluta" ou "*espera da morte*" (p. 31-32).

Para esses autores, a noção de Antropoceno³⁷ representa uma mudança da perspectiva sobre a espécie humana: de agente biológico transformado em força geológica ameaçadora cujas ações influenciam em mudanças rápidas que não são boas para a vida humana "*tal como a conhecemos*" (p.35). A partir de Deleuze e Guattari(2000), discutem que no Antropoceno a geologia entra em "*consonância geológica com a moral*" (p. 27), ou seja, é o período em a responsabilidade e a intencionalidade humana alocam-se em uma ordem geológica. Esta comunicação do geopolítico (ação humana, sistema político/econômico) com o geofísico (alterações nas dinâmicas climáticas do sistema-Terra), por sua vez, contribui decisivamente para a dissolução da distinção fundamental da episteme moderna "*entre as ordens cosmológica e antropológica*" ou, em outras palavras, entre natureza e cultura.

Em conformidade, Krenak(2019, p. 58) considera que a marca mais profunda do Antropoceno é "*Nosso apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade*". Para este autor, sobraram poucas humanidades "*que ainda estão agarrados nas bordas do planeta*" e refletem sobre uma cosmovisão e que, protegidos por essa memória, "*são capazes ainda de pensar outros mundos e construir outras perspectivas de mundo*"(KRENAK, 2020). Uma humanidade *culpada* pela queda tem medo do fim do mundo. Mas *cair* (ao fim, ao "inferno") não é uma ideia fundadora de todas as culturas: "*Em algumas culturas, a ideia de cair está dentro do ciclo da existência, se articula com a ideia da semente, que se enterra, morre e vira a árvore e dá mais semente, e frutas, e vira semente, e enterra de novo. Ciclos.*"(ibid.).

³⁷Jason Moore (2017) propõe rebatizar o "Antropoceno" de "Capitoloceno", para demarcar sua origem no próprio "surgimento" do capitalismo no século XVI com a mutação na lógica das relações de produção. Difere-se assim de outros autores que situam o início do Antropoceno na Revolução Industrial (século XIX). Outras vertentes recuam ainda mais o início do Antropoceno até o período Neolítico ("pré-história" ou "idade da pedra polida", período entre 10.000 e 4.000 a.C. que marca oficialmente o início da agricultura e da "sedentarização"), o que para Danowski e Castro (2014) é uma manobra política conveniente no ocultamento dos interesses tecno-econômicos associados à crise ambiental atual.

Dentre as dualidades mencionadas ao longo desta dissertação, a mais brutal, ou mais fundamental e que antecede as demais é, para Krenak (2020), a divisão entre “eu e o outro”, que distingue pela negação. Como contraponto, o autor propõe que é da afetação pelos outros que se pode voltar a ter outra compreensão, comum, “*sobre nós mesmos, sobre a Terra e sobre a vida aqui na Terra*”. Não há soluções universais, tampouco garantias: antes, oportunidades de experimentar saltos “*onde as falas não caíam no vazio, mas elas semeiam, em mim, em você, encontros*” (*ibid.*).

REFERÊNCIAS

- ABA. **Carta Sergipana do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (XI CBA)**, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/11/XI-CBA-Agroecologia_Carta-Sergipana.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019
- ALMEIDA, V. E. S. DE et al. Uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos no Brasil: cultivando perigos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3333–3339, out. 2017.
- ALMEIDA-FILHO, N. Modelos de determinação social das doenças crônicas não-transmissíveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. 865–884, dez. 2004.
- ALTIERI, MIGUEL. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALVES FILHO, J. P.; RIBEIRO, H. Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. **Saúde Soc**, v. 23, n. 2, p. 448–466, jun. 2014.
- BECKER, H. **Problemas de inferência e prova na observação participante** In Becker H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BIRMAN, J. A Physis da Saúde Coletiva. 1. v. 1, n. Physis, p. 6, 1991.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu – Sociologia. In: São Paulo: ática, 1983. p. 122–155.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BORDE, E.; HERNÁNDEZ-ÁLVAREZ, M.; PORTO, M. Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana. **Saúde em Debate**, v. 39, n. 106, p. 841-854, jul-set 2015.
- BORGHI, C.; OLIVEIRA, R.; SEVALHO, G. DETERMINAÇÃO OU DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE: TEXTO E CONTEXTO NA AMÉRICA LATINA. 3. v. 16, p. 869–897, dez. 2018.
- BRANDÃO, C. Vocação de Criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. v. 39, n. 138, p. 715–746, 2009.
- BREILH, J. **Una Perspectiva Emancipadora de la Investigación y Acción, Basada em la Determinación Social de la Salud** In: **Asociación Latinoamericana de Medicina Social. Taller Latino Americano sobre Determinantes Sociales de la Salud: documento para la discusión**. México: Alames, 2008.
- BREILH, J.; RIBEIRO, V.; CASTIEL, L. D. **Epidemiologia crítica ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
- BVS. **Portal Regional da PVS - Informação e Conhecimento para a Saúde**Biblioteca Regional em Saúde, 2020. Disponível em: <<https://bvssalud.org/>>. Acesso em: 15 jan. 2020
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611–614,

out. 2004.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 2, 2002.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. v. 1, n. 1, p. 24, 2004.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679–684, dez. 2006.

CARNEIRO, F. (ORG.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, A. S.; OLIVEIRA E SILVA, D. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Interface comun. saúde educ**, v. 18, n. 50, p. 521–532, set. 2014.

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 12, p. 3041–3050, dez. 2007.

CONSEA. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346. 2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 01/01/2020.

COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF: Gervásio Paulus, 2009.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbarie Editora, 2014.

DAVID, H. M. S. L. et al. Processos de formação e produção de conhecimento: cinco olhares sobre a Educação Popular e Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. suppl 2, p. 1579–1590, dez. 2014.

DECS. **Descritores em Ciências da Saúde**, 2019. Disponível em: <<http://decs.bvs.br>>. Acesso em: 15 set. 2019

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2000. v. 1

EDELMAN, M. Van der Ploeg, Jan Douwe: *The New Peasantries: Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization*: London and Sterling, VA: EARTHSCAN, 2009. xx + 356 pp., maps, photographs, tables. **Human Ecology**, v. 39, n. 1, p. 111–113, fev. 2011.

FASANELLO, M. T.; NUNES, J. A.; PORTO, M. F. DE S. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **RECIIS (Online)**, v. 12, n. 4, p. 396–414, dez. 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. p. 174, 1990.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução a filosofia e a ética das ciências**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Unesp, 1995.

FREITAS, J. D. DE; PORTO, M. F. Por uma epistemologia emancipatória da promoção da

saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, n. 2, p. 179–200, out. 2011.

FUNASA. **Cronologia Histórica da Saúde Pública - Uma Visão Histórica da Saúde Brasileira**. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

GIRALDO, O.; ROSSET, P. Agroecology as a territory in dispute: between institutionalization and social movements. v. 45, 2017.

GLIESSMAN. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill. Chapter 10: Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2000.

KINUPP, VALDELY; LORENZI, HARRI. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: Guia de Identificação, Aspectos Nutricionais e Receitas Ilustradas**. 1. ed. [s.l.] Instituto Plantarum, 2014.

KRENAK, A. **Ideias Para Adiar o Fim do Mundo**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

KRENAK, A. **“Vida sustentável é vaidade pessoal”, diz Ailton Krenak**, 25 jan. 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/amp/nid/vida-sustentavel-e-vaidade-pessoal-diz-ailton-krenak/?__twitter_impression=true>. Acesso em: 29 jan. 2020

LA VIA CAMPESINA. **Declaración del Foro Internacional de Agroecología - Nyéléni, 2015**, 2015. Disponível em: <<https://www.foodsovereignty.org/es/forum-agroecology-nyeleni-2015/>>

LATOUR, BRUNO. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Unesp, 2000.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

LUPICINIO IÑIGUEZ (ED.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: vozes, 2004.

MALUF, R. S. et al. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303–2312, ago. 2015.

MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MEIRELLES, L. **Vozes da Agricultura Ecológica II**. 1. ed. Porto Alegre: Essência do Saber, 2019.

MÉNDEZ, E.; BACON, C.; COHEN, R. Agroecology as a Transdisciplinary, Participatory, and Action-Oriented Approach. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 45–59, 2013.

MIGNOLO, W. D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 01, 2017.

MILTON SANTOS. O retorno do território. Em: *Territorio y movimientos sociales*. v. 16, n. OSAL, 2005.

- MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. : **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**, p. 32, 2017.
- MOORE, J. The Capitalocene, Part 1: on the nature and origins of our ecological crisis. v. 44, n. 3, p. 594–630, 2017.
- MORAES, D. **Entre Tiro, Porrada e Bomba: esteroides anabolizantes androgênicos, gerencialismo arriscado e os discursos médicos moralizantes**. Doutorado—Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2016.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- NAVOLAR, T. S.; RIGON, S. DO A.; PHILIPPI, J. M. DE S. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. **Rev. bras. promoç. saúde (Impr.)**, v. 23, n. 1, mar. 2010b.
- NETO, N. et al. **Cartilha Sistemas Agroflorestais Agroecológicos em Assentamentos da Reforma Agrária COOPERA FLORESTA**, , 2016.
- NOVAES, J. R. P.; JACKSON FILHO, J. M.; SIMONELLI, A. P. Olhar etnográfico e intervenção social na produção e uso de imagens: entrevista com José Roberto Novaes (Beto Novaes). **Rev. bras. saúde ocup**, v. 44, p. e17–e17, 2019.
- OLIVEIRA, M. B. DE. Ciência: força produtiva ou mercadoria? v. 21, n. Crítica Marxista, p. 77–96, 2005.
- OLIVEIRA, R. M. DE. Pistas para entender a crise na relação entre técnicos e classes populares: uma conversa com Victor V. Valla. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 1175–1187, ago. 2003.
- OLIVEIRA, R. M. DE; VALLA, V. V. As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle do dengue. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. suppl, p. S77–S88, 2001.
- OSMO, A.; SCHRAIBER, L. O Campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. v. 24, p. 205–218, 2015.
- PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. DE. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, v. 32, n. 4, p. 299–316, ago. 1998.
- PICHARDO, B. La revolución verde en México. p. 40–68, 2006.
- PIRAUX, M. et al. Transição agroecológica e inovação socioterritorial⁵. v. 20, n. 1, p. 25, 2012.
- PORTO, M. F. DE S.; SCHÜTZ, G. E. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1447–1456, jun. 2012.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina em A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RIBEIRO, D. **“América Invertida” (1943) de Joaquim Torres García: uma análise e reflexão**, 2014. Disponível em:
<http://mariamarmelo.weebly.com/uploads/2/5/9/8/25988485/america_invertida.pdf>
- RIBEIRO, S. M. et al. Agricultura urbana agroecológica - estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Rev. bras. promoç. saúde (Impr.)**, v. 25, n. 3, set. 2012.

- RUSSO, J. A.; CARRARA, S. L. Sobre as ciências sociais na Saúde Coletiva - com especial referência à Antropologia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 467–484, jun. 2015.
- SABOURIN, E. et al. (EDS.). **La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología em: Políticas públicas a favor de la agroecología em América Latina y El Caribe**. Porto Alegre: Evangraf / Criação Humana , Red PP-AL, 2017.
- SABROZA, PAULO. Concepções sobre saúde e doença. In: SANTOS, Elizabeth M.; NATAL, Sônia (orgs.). Dimensão técnico-operacional: unidade didático-pedagógica. In: Rio de Janeiro: abrasco, 2005. p. 350–369.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção - Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. 2007.
- SANTOS, B. DE S. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*. 2007.p. 71-94.
- SCHMITT, C. **TECENDO AS REDES DE UMA NOVA AGRICULTURA: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- SCHMITT, C. O enfoque agroecológico e suas imbricações locais: mediações sociotécnicas e políticas de escala. **Abordagens geográficas do urbano e do agrário**, n. Editora Universitária da UFPE, p. 87–114, 2012.
- SCHMITT, C. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira in BALESTRO, Moisés e SAUER, Sérgio (org.) Agroecologia e os desafios da transição ecológica**. 2. ed. [s.l.] Expressão Popular, 2013.
- SCHÜTZ, G. E. **La insoportable levedad del papel: conflicto socioambiental y salud en torno de la producción de celulosa en el Cono Sur Latinoamericano**. Tese (Doutorado em Saúde Pública)—Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), 2008.
- SCIELO. **Scientific Electronic Library Online - SciELO**, 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 jan. 2020
- SEVALHO, G. Apontamentos críticos para o desenvolvimento da vigilância civil da saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 611–632, jun. 2016.
- SEVALHO, G. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 64, p. 177–188, 18 maio 2017.
- Soberania e Segurança Alimentar na construção da Agroecologia - ANA - 2010.pdf** . [s.d.]. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Soberania%20e%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20na%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Agroecologia%20-%20ANA%20-%202010.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020
- SOUSA, A. A. DE et al. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Rev. nutr**, v. 28, n. 2, p. 217–229, abr. 2015.
- STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. DE M. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 163–183, abr. 2014.
- STOTZ, E. N.; ARAUJO, J. W. G. Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 5–19, ago. 2004.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. [s.l: s.n.].

VALLA, V. A CRISE DE INTERPRETAÇÃO E NOSSA: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 2, p. 177–190, 1996.

VOTRE, SEBASTIÃO JOSUÉ. **Análise do discurso**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

WARMLING, D.; MORETTI-PIRES, R. O. Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil. **Interface (Botucatu, Online)**, v. 21, n. 62, p. 687–698, set. 2017.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503–515, dez. 2009.

WIT, M. M. DE; ILES, A. Toward thick legitimacy: Creating a web of legitimacy for agroecology. v. 4, 2016.

APÊNDICE 2

Quadro da etapa de análise documental dos 20 artigos da saúde coletiva

TÍTULO	abordagem/definição saúde	abordagem/definição promoção da saúde	eixos de relação agroecologia-saúde	modelo explicativo	abordagem/definição agroecologia	relação campo-cidade (questão agrária, agronegócio)	legitimidade do saber
	O estudo em questão se vale de uma forma instrumental ou crítica do campo da saúde?	Qual a concepção de saúde/promoção de saúde no estudo?		3. Como se situa em relação às chaves regulação x emancipação e determinantes x interseccionalidade?	7. A agroecologia está sendo considerada em suas dimensões científicas em Lira et al. (2017)?	12. Quando aborda a agricultura familiar ou a reforma agrária, o tipo de sistema de cultivo é posto em questão? 13. Qual a relação campo-cidade existente no estudo?	5. Como os saberes e a produção do conhecimento estão sendo considerados no estudo? 6. Agroecologia como conhecimento de agricultores e científico
Trabalho e estranhamento: a determinação social da saúde em asentamentos	No estudo, uso de abordagens não relacionadas a partir do modo de organização do	não cita	Lira (2018), Carvalho et al. (2017) e Alreu & Alonzo (2018) questionam a argumentação a retórica do "uso seguro" de agrotóxicos, baseados na pela alimentação, nutrição	3. o único artigo que utiliza a determinação como referencial teórico: "a saúde dos assentados e a construção de práticas de saúde"	agropecuária é apresentada como uma ciência que busca integrar os saberes científicos, tradicionais e locais	12. Caracteriza o trabalho camponês como aquele que "tem como existência o autocossano e a circulação simples de mercadorias para atendimento das necessidades da família"	6. Agroecologia como conhecimento de agricultores e científico
Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Timon, Brasil. Use of genetically modified crops and pesticides in Brazil: growing hazards	peça alimentação, nutrição. SAN: apresenta o PAA e PNAE como estratégias para	não cita		não cita	agropecuária não é mencionada, apenas agricultura sustentável, sem definição, sinônimo de agricultura sustentável	12. sim	situa o alimento como "reconhecimento da identidade" e a dimensão ancestral e territorial da terra: "A terra é ancestral, não cita outros estudos acadêmicos: "Os resultados obtidos no presente estudo estão em concordância com os resultados de outros estudos"
Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da situação atual. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios	"Este estudo sugere que culturas GM contribuíram para o aumento do uso de agrotóxicos no Brasil"	não aborda	não aborda	dicotômica; não problematiza	não menciona	não menciona	(uso seguro) produtores familiares foram compelidos pelas políticas de incentivo a adquirir e usar agrotóxicos. Não especifica a origem do conhecimento agroecológico mas propõe um transf em conhecimento popular e de movimento social; 9. Fasanello, Nunes e Puro (2018) problematizam os
Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando saberes	não define. implicitamente está em concepção crítica, emancipatória.	não cita	uso de agrotóxicos enquadra um problema ambiental e de saúde pública	ver fluxo academia-pop	ver fluxo academia-pop	13. O modelo agrícola "responsável por inúmeros impactos socioambientais e de saúde pública, tais como: a concentração de terra, renda e outros recursos econômicos"	9. protagonismo popular e de movimento social; 9. Fasanello, Nunes e Puro (2018) problematizam os

campo científico, poder, papel ciência (metodologia; inter/transdisciplinaridade de/interculturalidade)	fluxo propostas academia - conhec popular/mov social	educação popular / construção partilhada do conhecimento	situa pontos de partida (conceitos etc)	fluxo propostas serviço/Estado - população/usuário	fala pra quem? projeto societário	arte, cultura	o que propõe?
4. O estudo é instrumental ou é um engajamento para produzir tensionamentos, tanto do ponto de vista teórico como		8. O estudo aborda formas/processos de organização social e produção do conhecimento relacionados às práticas		intersetorialidade, empoderamento, emancip, autonomia, part social	10. Para qual área política/social de atuação se voltam as propostas em saúde e agroecologia do estudo? 14. Como o estudo aborda a questão "Apesar de as relações construídas, segundo os princípios da agroecologia apresentarem um potencial emancipador, não há dúvidas ao afirmarmos que a		agropecuária ajuda, porém a superação plena dessa forma de estranhamento só se dará com a
metodologia descreve o processo metodológico, estudo etnográfico com observação participante, e entrevista com informantes-chave. "Tinha consciência da necessidade de buscar metodologias participativas"	Necessidade de "medidas reparatórias a favor da população negra e dos pequenos agricultores" juntamente com a "necessidade de esclarecer, as contradições metodológicas, éticas e metodológicas"	não menciona/não é	não	ver "fala pra quem"	14. aborda a necessidade de reparação da população negra e dimensões de classe: "necessária a superação dos principais obstáculos por meio de ações reparatórias, reflexivas e estruturais"	O universo da pesquisa não é apenas uma identificação geográfica,	ver "fala pra quem"
trans/interdisciplinar, centralidade na transformação da ciência: propõe uma agenda de pesquisa que integre os setores comprometidos com a defesa da justiça, da equidade, da sustentabilidade e da consciência explicitamente a hegemonia e neutralidade da ciência	Os autores apontam que a literatura no campo da saúde pública e da saúde ambiental apresenta um número bem reduzido de estudos que integrem diferentes campos de conhecimento. Levanta como desafio central "como formas legítimas reguladas pelos Estados (lógica de defesa dos direitos coletivos) e autoreguladas pelas empresas privadas"	não menciona/não é	epidemiologia crítica, mas não desenvolve	não faz	não menciona	não menciona	ver "abordagem saúde"
Problematiza a noção de neutralidade da ciência e se posiciona "claramente ao lado dos excluídos radicalmente" (p.399). Ver "arte, cultura"	se volta à construção de métodos colaborativos que apóiam o fortalecimento e a autonomia das vozes subalternizadas de camponeses e movimentos sociais de campo, no território de Sabará	não menciona. Ver "fluxo academia-pop"	democracia	10. Difere da participação social a noção de controle cidadão, que significa "a capacidade de ação fiscalizadora da sociedade civil organizada" (p. 1452) e se associa à construção de instituições de base		cenário ideal aquele no qual, entre outros fatores, a diversidade cultural é discutida	produção do conhecimento, especificamente